



AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.
Relatório e Contas_2021

Handwritten signature or initials in blue ink.

Índice

Mensagem do Presidente, 5

A Empresa

Quem Somos, 10

Destaques Ano/Principais Acontecimentos, 13

Principais Indicadores Económico-Financeiros, 38

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas de actuação, 40

Enquadramento macroeconómico, 44

Dinâmica do Sector a nível internacional, 67

O Negócio em 2021, 71

Desempenho e eficiência Operacional 72

Principais Indicadores de Actividade, 74

Perspectivas para 2022, 75

Sucursais e Subsidiárias, 76

Sustentabilidade e desempenho, 78

Stakeholders, 83

Sistema de controlo Interno e Gestão do Risco, 83

Gestão do Capital Humano, 89

Análise Económica e Financeira, 94

Inovação & ID, 98

Cumprimento das Orientações Legais, 101

Perspectivas Futuras, 129

Eventos Subsequentes, 130

Sucursais da Sociedade, 130

Considerações finais, 130

Proposta de Aplicação de Resultados, 131

Anexo ao Relatório, 131

Relatório dos Administradores não Executivos, 132

Demonstrações financeiras do Exercício de 2021

Contas Individuais, 133

Relatório e Parecer do Fiscal único, 1xx

Mensagem do Presidente



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2021 fica marcado pelo início da implementação plena dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola nas Províncias do Bengo e do Cunene, assim como pelo início em junho do Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huíla. O mercado de Angola continua a ser o mais significativo nas atividades da AdP Internacional e como resultado na aposta continuada neste mercado, conquistou-se um novo contrato de Assistência Técnica para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

Em 2021, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia. Em relação a novos mercados, destaca-se a conquista de um novo contrato no Líbano, cujo objetivo passa pelo apoio às 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2021 fica marcado pelo desenho do Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique aprovado para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que atividades passassem todas para 2021, assim que haja condições mínimas de segurança e possibilidades de deslocação a Maputo, Beira, Inhambane, Maxixe e Nampula. Ainda neste país, a AdP Internacional manteve em 2021 a sua atividade no consórcio liderado pela Castalia (EUA), prestando desde 2019 serviços de consultoria à AURA (Autoridade Reguladora de Água), no âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo assenta na definição do modelo tarifário para a AURA;



- Em Angola, a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento das Províncias do Bengo e do Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos. No mês de junho de 2021, teve início o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial, totalizando 6.3M USD. Ainda neste país, iniciou-se em dezembro de 2021 o Contrato de Assistência Técnica para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), num valor global de cerca de 3 milhões de euros;
- Em Cabo Verde, decorreram os Projetos de Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas com financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal;
- O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em consórcio com a EdP Internacional e a Leadership Business Consulting, retomou o seu normal curso em abril de 2021, tendo as equipas focado na implementação das atividades de suporte às áreas da água e energia da EAGB. O contrato foi interrompido devido à situação pandémica, entre junho de 2020 e abril de 2021. Entretanto foram retomadas, dentro da normalidade possível, todas as atividades inerentes à sua boa execução, com o regresso dos 5 peritos principais a Bissau;
- Na Tunísia, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a "Office National de l'Assainissement" (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia, a apresentação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º trimestre de 2022.
- Na Costa do Marfim, estruturaram-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. Estes projetos terão a sua concretização até ao final do 1º semestre de 2022;
- No Malawi, está em conclusão o projeto dos "Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe", que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Em Timor-Leste, o ano fica marcado pela execução dos projetos para os sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor-Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses e envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD. Estão ainda em fase de conclusão dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa para março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o

arranque fosse adiado para, numa primeira fase para setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021. Atualmente espera-se que se dê o seu início durante o 1º semestre de 2022.

- É ainda de relevar a continuação do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "Utilities of the Future". A AdP Internacional, através dos seus técnicos, conferiu suporte especializado, com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente à "Utilities of the Future - UoF" envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP Internacional.

A situação de pandemia mundial que se viveu em parte de 2021 obrigou à reformulação e/ou ao adiamento para 2022 de muitos dos contratos previstos executar no ano de 2021. Ainda assim, é de assinalar a assinalável melhoria do EBITDA para 286 mil euros positivos, fruto de uma boa execução operacional dos contratos em curso, face ao projetado. O Resultado Financeiro foi negativo em 24 mil euros, mas ainda assim, o melhor dos últimos anos. É de salientar ainda, uma diminuição do endividamento bruto da AdP Internacional em 200 mil de euros, resultado de atrasos significativos no recebimento de verbas provenientes das instituições financiadoras dos projetos.

Assim, a recuperação económica da AdP Internacional evoluiu de forma positiva e sustentada, como resultado da implementação de novos contratos em Angola, na Guiné-Bissau (reinício), em Moçambique e em Cabo Verde.

Saliente-se ainda, o suporte permanente do acionista e da tutela que, apesar das dificuldades sentidas por todos ao longo do ano, sempre estiveram disponíveis para apoiar a atividade internacional do Grupo Águas de Portugal, sobretudo em matéria institucional e financeira.

Uma última nota sobre o excecional desempenho dos nossos colaboradores, em particular os expatriados, que sempre mantiveram uma postura de grande profissionalismo durante todo o ano de 2021, desempenhando as suas funções mesmo em plena pandemia, em condições sanitárias bastante adversas e de elevado risco para a sua saúde. A todos, o nosso muito obrigado pelo vosso empenho.

AdP

A Empresa



gip f

A – A Empresa

Quem somos

A missão, a visão e valores

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de outubro e detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo AdP.

A AdP Internacional tem como missão **prestar serviços a nível internacional** e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora, **capitalizando o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP** e contribuindo para a projeção internacional do sector português da água, num quadro de ação em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030. Em linha com esta missão, a sua visão é ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como uma referência internacional na gestão de serviços de água e, nos mercados-chave onde atua, ser líder no setor do abastecimento de água e saneamento.

Em todas as linhas de atuação, a AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A adota os **valores** da holding AdP SGPS. Acrescem a estes, os valores nucleares da AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais:



Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, SA é responsável pela **gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal**, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP Internacional **exerce a sua atividade num ambiente concorrencial** nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um **papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional**, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma

lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais. Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



A cadeia de valor da empresa, consubstanciada nas áreas de serviço nucleares e nas competências distintivas, pode representar-se da seguinte forma:



Handwritten signature/initials

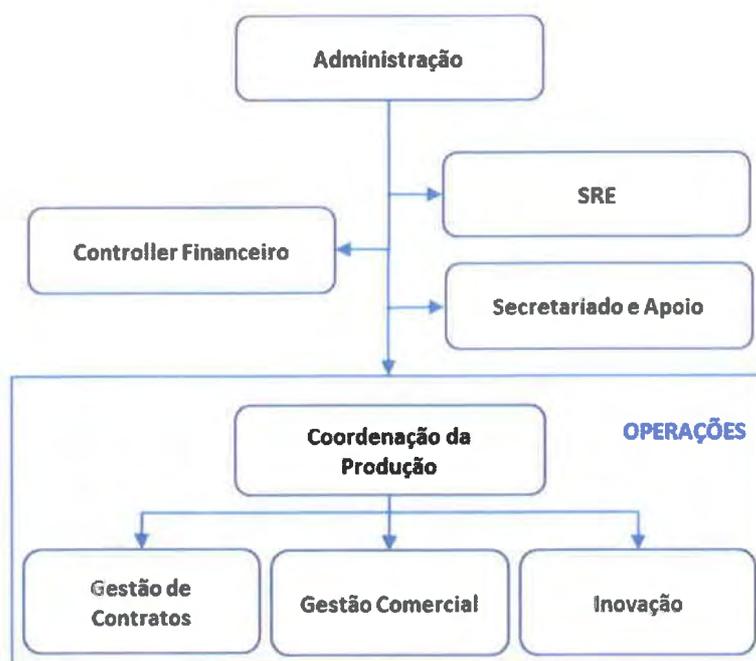
Estrutura acionista e Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2021, o capital social da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

Por deliberação da acionista única, a 1 de julho de 2016, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2016/2018 os quais se mantiveram em funções no âmbito do referido mandato até 27 de maio de 2020. No dia 28 de maio de 2020, foi eleita a Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2020-2022. A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por três membros, um dos quais presidente. A Assembleia Geral elegeu o presidente e um vogal na condição de gestores executivos e um vogal na condição de gestor não executivo. O Fiscal único Efetivo e Suplente (ROC) foram igualmente eleitos por deliberação da acionista única, tomada com efeitos a 22 de abril de 2020.

Na sequência da reestruturação definida em 2016 para otimizar os resultados e aumentar a eficiência operacional, a estrutura organizacional da AdP Internacional apresenta a seguinte configuração:



Em virtude das novas exigências e desafios que se apresentam à Águas de Portugal Internacional, está em curso a revisão da estrutura organizacional da empresa, processo que deverá estar concluído no início de 2022.

Destaques do ano/Principais Acontecimentos

i. Síntese

O ano de 2021 fica marcado pelo retomar dos contratos em Angola, na Guiné-Bissau, em Moçambique, na Tunísia e em Cabo Verde, mas também pelo arranque de novos contratos em Angola, em Cabo Verde e Grenada, o que originou um impacto significativo no volume de negócios da empresa.

Em relação ao contrato de Assistência Técnica aos Serviços de Água e Saneamento de Goa, houve a assunção comum de que o seu início deverá ser adiado para 2022, em virtude da situação pandémica que se vivia

Em 2021, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados no Médio Oriente (Líbano) e na América Central (Grenada).

Resumidamente, a nível interno, em 2021 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas em 2017, no sentido do **aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura** da empresa:

- Otimização das estruturas dirigentes e de suporte presentes nos mercados-chave, nomeadamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Nestes 3 mercados foi eliminada a função de direção-geral até que o volume de contratos em execução justifique uma alteração desta situação.
- Integração de funções de produção e de execução contratual na equipa especializada de sede da AdP Internacional. Para além das funções comerciais e de desenvolvimento de negócio, a equipa de sede assumiu funções de produção em vários contratos, a par da atividade comercial, o que contribuiu para a redução dos custos de estrutura da empresa.
- Implementação do processo de preenchimento de time-sheet e reforço do acompanhamento dos processos de contabilidade de gestão. Estas medidas estão a contribuir para a melhoria do acompanhamento da situação económica e financeira dos projetos e, conseqüentemente, da informação de gestão.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Continuação do Contrato de consultoria para Assistência Técnica à Global Water Practice, no âmbito da resposta a emergências just-in-time (JIT) à crise do COVID-19;
- No mercado de **Moçambique**, 2021 fica marcado pela coorganização, juntamente com o FIPAG – Fundo de Investimento do Património de Água, da conferência que decorreu a 15 de setembro em Maputo e também em modo online. A Conferência de Financiadores teve como parceiros, entre outros, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, entidades com as quais o Grupo Águas de Portugal colabora em diversos projetos a nível internacional. A conferência de financiadores teve por objectivo principal captar parceiros e investidores nacionais e internacionais para o programa de investimento no abastecimento de água urbano em Moçambique para o período 2022-2032;
- Em **Angola**, a intervenção da AdP Internacional foi assegurada pelos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) de Assistência Técnica às empresas de água e Saneamento das províncias de Bengo e de Cunene. A implementação destes contratos assegura a continuidade e a afirmação da AdP Internacional como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em

Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos.

No mês de junho de 2021, foi iniciado o Contrato 78NCI/HUILA/19 - Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huila. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, é financiado pelo Banco Mundial e totaliza 6.3M USD. Trata-se de um Performance Base Contract, com a monitoria e avaliação de Indicadores de desempenho com metas anuais bem definidas.

No final do ano 2021 a AdPI recebeu a notificação de atribuição de um novo contrato de serviços de consultoria para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimento (BEI) ao Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2) gerido pela Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola.

Durante os próximos três anos a AdPI será responsável pela criação e por assegurar o funcionamento de uma unidade de gestão do financiamento do BEI em Angola, com base numa equipa técnica multidisciplinar de peritos especializados em processos de concursos e contratação pública;

- Na **Guiné-Bissau**, o projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional (líder) e a Leadership consulting (parceiro) retomou a sua atividade na EAGB de forma presencial em abril de 2021. Devido à Pandemia de COVID 19, a 29 de março de 2020 os membros permanentes do projeto viram-se forçados a regressar a Portugal, seguindo as diretrizes afixadas pelos serviços consulares Portugueses;
- A AdPI reforçou a presença em **Cabo Verde** integrando um consórcio liderado pela empresa AqualSilico, uma *start-up* portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

Em 2021 deu-se continuidade aos contratos dos Projetos Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água e o Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas aprovados para financiamento pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal.

No ano de 2021 foi ainda dada continuidade à implementação do projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos em Cabo Verde, agora na sua Fase 5, correspondente ao Plano Operacional para a ilha de Santiago, que assegurou a continuação e conclusão do esforço de desenvolvimento de Planos de Ação para a totalidade do território nacional.

Em 2021 foi também negociada uma nova agenda ambiental entre Portugal e Cabo Verde para os próximos quatro anos (2021-2024), que inclui investimentos em oito projetos que visam reforçar a sustentabilidade ambiental do arquipélago. O protocolo de cooperação ambiental entre os dois países foi assinado pelos ministros da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde, Gilberto Silva, e do Ambiente e da Ação Climática de Portugal, João Pedro Matos Fernandes, durante visita do ministro português ao arquipélago, a 25 de junho. O Grupo Águas de Portugal será responsável pela execução de três projetos, com início previsto para 2022:

Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas

Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe

Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão;

- Em **Grenada** nas Caraíbas, a AdPI iniciou em 2021 o projeto de consultoria G-CREWS, o qual prevê o apoio à GFA Consulting Group GmbH no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, tendo como financiador a GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit;
- Em 2021 a AdPI foi contactada pela empresa DAI (EUA) no sentido de prestar apoio técnico no **Líbano** no projeto de "Lebanon - Water, Sanitation and Conservation (WSC)" o qual conta com financiamento da USAID (U.S. Agency for International Development). Este projeto tem como objetivo principal apoiar 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

O contrato, que deverá ser assinado em 2022, terá a duração de 3 anos (com dois de opção, adicionais);

- Na **Tunísia**, prosseguiram os projetos no âmbito da Convenção de Cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinados pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a "Office National de l'Assainissement" (ONAS).

Destaca-se ainda na Tunísia a apresentação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º trimestre de 2022;

- No **Malawi**, está em fase de conclusão o projeto dos "Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe", que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional;
- Na **Costa do Marfim** preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade, a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento, cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. A sua execução ocorrerá durante o ano de 2022;
- Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de **Goa** (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas (PWD) - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa para março de 2020. A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para, numa primeira fase para setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021 assim que existissem condições para tal. Foi entendimento entre a AdPI e o PWD que o arranque do contrato deveria ser novamente adiado para 2022, por questões sanitárias;

- Em Timor-Leste, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro deu continuidade em 2021 ao desenvolvimento do contrato RFP039 - com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque e ao contrato FBS19019 - com o objetivo de desenvolver Planos Diretores para o setor de água e saneamento para as capitais de município de Ainaro, Suai e Bobonaro.

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "Utilities of the Future - UoF", a AdP Internacional manteve em 2021 o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente às UoF envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Em 2021, destaca-se o suporte dado pelos técnicos da AdPI em duas concessionárias de água e saneamento, nomeadamente: CAGEPA na Paraíba (Brasil) e WASAC no Ruanda.

Este contrato, embora de pequena dimensão financeira, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP I.

Nos parágrafos seguintes é feita uma descrição detalhada dos principais acontecimentos ocorridos durante o ano de 2021.

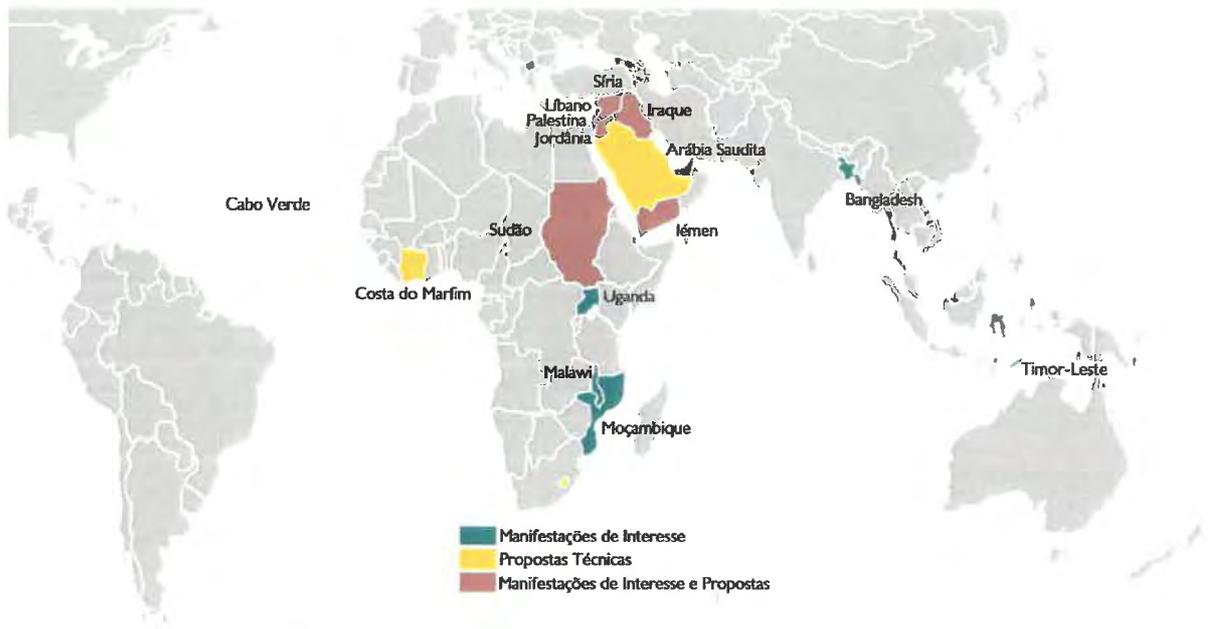
ii. Actividade comercial

Em 2021, verificou-se uma forte atividade de desenvolvimento de negócio. Em linha com o plano estratégico da AdP Internacional, manteve-se a aposta nos mercados prioritários (lusófonos) bem como a procura de oportunidades em novas geografias.

A atividade da AdP Internacional centrou-se na identificação de novas oportunidades no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiadas pelas principais instituições multilaterais, designadamente Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento.

As manifestações de interesse e propostas desenvolvidas foram ao encontro das áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos e o conhecimento interno bem como as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos. Os países lusófonos mantiveram destaque entre os países beneficiários, em particular no continente africano. Procurou-se ainda diversificar as regiões de intervenção identificando oportunidades de negócio noutras países, desenvolvendo contactos e sinergias com outras entidades com experiências complementares permitindo reunir competências técnicas em consórcios internacionais que assegurem a possibilidade de sucesso das propostas apresentadas.

O mapa abaixo resume o nº de manifestações de interesse e propostas desenvolvidas em 2021.



Manifestações de Interesse

Em 2021 foram preparadas 7 manifestações de interesse respondendo a concursos internacionais financiados por instituições financeiras internacionais e centrando-se maioritariamente no continente africano, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Destas, 3 passaram à fase de proposta técnica e financeira e 4 aguardam ainda resposta:

Designação	Financiador	País
Tariff Assessment, Affordability Analysis and Willingness to Pay. Financiamento	Agence Française de Développement ("AFD")	Malawi
Tariff Assessment, Affordability Analysis and Willingness to Pay. Financiamento	Agence Française de Développement ("AFD")	Uganda
Consultancy Services from a Project Management Consultant (PMC) (Package No.: SD2) under Dhaka Sanitation Improvement Project (DSIP), Dhaka WASA	Government of the People's Republic of Bangladesh / IDA	Bangladesh
Framework Agreement for Consulting Services in Fragile Contexts	KFW	Iraq, Jordan, Lebanon, Palestine, Sudan, Syria, Yemen
Technical Assistance for Establishment of (Northern and Central Regions) Water Utility	FIPAG	Mozambique
Technical Assistance for Establishment of (Southern and Maputo Metropolitan Regional)	FIPAG	Mozambique
Project Supervision Consultant of Water Supply and Sanitation Investment Project for Municipals Capitals of Lospalos, Same and Viqueque	Asian Development Bank	Timor Leste

Propostas Técnicas

Em 2021 foram preparadas 9 propostas técnicas e financeiras em sede de concurso internacional, conforme ilustrado no Quadro seguinte. Dessas, 3 ainda estão a aguardar uma decisão e 5 foram adjudicadas.

Designação	Financiador	País
Technical assistance to the project implementation unit Lesotho Lowlands Water Development Project - Phase II	Banco Europeu de Investimentos	Lesoto
Water Sanitation and Conservation (WSC) Project	DAI/USAID	Libano
Framework Agreement for Consulting Services in Fragile Contexts	KFW	Iraq, Jordan, Lebanon, Palestine, Sudan, Syria, Yemen
Élaboration d'un diagnostic et d'une stratégie de réduction de l'eau non facturée	Banco Mundial	Côte d'Ivoire
Dar es Salaam Water Loss Reduction Performance Based Contract	Banco Mundial	Tanzania
Private Sector Participation in the Water Distribution Sector (South Cluster)	Saudi Arabia	Saudi Arabia
Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe Ilha do Fogo	Fundo Ambiental Português	Cabo Verde
Apoio à implementação do plano operacional intermunicipal de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de Santo Antão	Fundo Ambiental Português	Cabo Verde
Projeto piloto de Economia Circular no ciclo urbano da água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de água e valorização de recursos para fins agrícolas	Fundo Ambiental Português	Cabo Verde

Parcerias e consórcios

O estabelecimento de parcerias e consórcios faz parte da estratégia de desenvolvimento da atividade comercial, sendo esse um dos pilares estratégicos "Sozinhos vamos mais rápidos, mas juntos vamos mais longe".

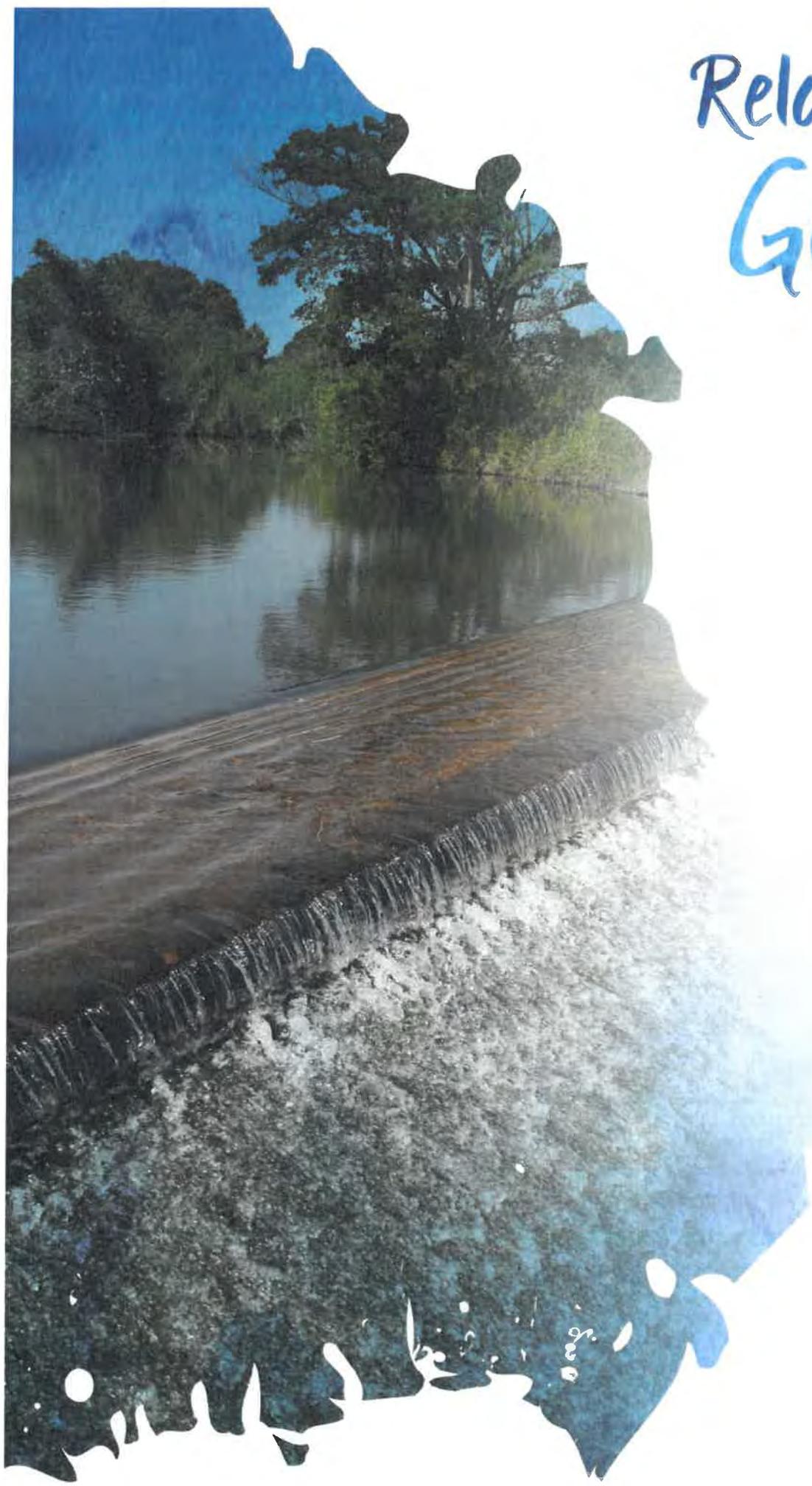
A identificação de novas oportunidades de projetos passa também pelo estabelecimento de consórcios e parcerias que permitem chegar a outros geografias e potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

As entidades parceiras dos projetos são, maioritariamente, empresas com experiência no sector da água e que atuam em áreas geográficas nas quais a AdP Internacional procurou associar-se para reunir competências técnicas e experiência local no país alvo da intervenção. Destacam-se como parceiros internacionais a GFA Consulting, empresa alemã de consultoria para o desenvolvimento económico e social, a Miya, a ASPA Utilities, com as quais foram elaboradas respostas conjuntas a concursos internacionais nas geografias acima referidas.

Em 2021, destaca-se a continuação da parceria com diversas empresas portuguesas do sector, designadamente a COBA, Engidro e a Indáqua.

Em Portugal, entidades de outros sectores, como a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento social, associaram-se a projetos da AdP Internacional. Destaca-se o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), a organização não-governamental portuguesa IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor, com competências específicas e atividade em áreas complementares que valorizaram as propostas de projeto apresentadas.

Relatório de Gestão

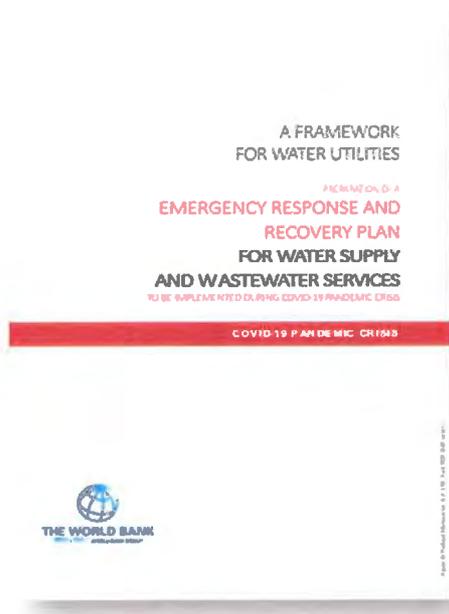


simf

iii. Projetos e iniciativas em curso

Ações de cooperação

Serviços de consultoria para suporte JIT de resposta a emergências COVID-19. Contrato nº 7195763



O objetivo dos serviços de consultoria implementados pela AdP Internacional, com financiamento do Banco Mundial tem como objetivo prestar apoio técnico à Prática Global de Água do Banco Mundial (GP da Água) contribuindo assim para dar uma resposta de emergência just-in-time (JIT) à crise do COVID-19. Isto é conseguido através do apoio às equipas de responsáveis do Banco Mundial as quais trabalham com serviços de abastecimento de água e saneamento (WSS) em países clientes. O apoio técnico da AdP Internacional permite que às equipas do Banco Mundial forneçam orientação aos clientes sobre medidas de resposta a emergências a serem implementadas imediatamente para garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água potável em unidades de saúde.

Os serviços prestados pela AdP Internacional incluem duas componentes principais: (1) enquadramento para orientar o desenvolvimento dos planos de resposta e recuperação de emergência do COVID-19; e (2) suporte técnico *just-in-time* (JIT).

Países africanos da CPLP



Moçambique

Conferência de Financiadores do Setor da Água em Moçambique

A Águas de Portugal Internacional, juntamente com o FIPAG – Fundo de Investimento do Património de Água, coorganizou a conferência, que decorreu a 15 de setembro em Maputo e também em modo online. A Conferência de Financiadores teve como parceiros, entre outros, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, entidades com as quais o Grupo Águas de Portugal colabora em diversos projetos a nível internacional.

A conferência de financiadores teve por objectivo principal captar parceiros e investidores nacionais e



internacionais para o programa de investimento no abastecimento de água urbano em Moçambique para o período 2022-2032.



Angola

Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de CUNENE EP (EASC EP)

Em 2021 a AdPI assegurou a continuidade dos dois contratos de assistência técnica às empresas provinciais de água e saneamento das Províncias de Bengo e de Cunene, ambos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) com base no programa financeiro do Projeto de Apoio Institucional e Sustentável ao Fornecimento de Serviços Urbanos de Água e Saneamento (ISSUWSSSD) gerido pela Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola. Este financiamento visa apoiar o desenvolvimento de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento a nível local e o reforço institucional e a governação sectorial a nível nacional.

Ambos os contratos asseguram a continuidade e a afirmação da AdPI como agente de apoio ao desenvolvimento do sector da água em Angola em particular através do reforço de competências e meios técnicos que vem assegurando ao longo dos últimos anos.

Em 2021 a AdPI a continuidade do contrato do Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cunene EP (EASC EP) mantendo o apoio à empresa provincial iniciado em 2019 e que se prolongará até 2022.



Tal como no ano anterior, a implementação do contrato foi igualmente confrontada com o contexto da pandemia COVID 19, criando dificuldades e custos acrescidos na implementação do projeto afectando de forma transversal todas as actividades de 2021. Apesar do contexto, foram encontradas condições de segurança e apoio local no país para que as equipas técnicas fossem mobilizadas para Ondjiva, capital da Província de Cunene, onde se localiza a sede da EASC e onde se localiza o ponto central dos serviços prestados.

Neste contexto foi assegurado o desempenho dos serviços de assistência técnica especializada e apoio às actividades gerais da EASC, na organização e reforço de funcionamento nas áreas específicas, nomeadamente:

- Apoio ao Conselho de Administração (CA) nas actividades dos dia-a-dia e no reforço organização da empresa e a implementação de processos de gestão;
- Reforço e capacitação das áreas técnicas de operação e manutenção;
- Funcionamento da área comercial da empresa com base na utilização do AQUAMatrix;
- Implementação de procedimentos de análise e controlo de qualidade da água em laboratório;
- Fornecimento de equipamentos, materiais e outros recursos operacionais.

Neste contrato, a equipa técnica de peritos da AdP trabalha em conjunto com os técnicos e os responsáveis da EASC para assegurar das áreas de Produção, Comercial, Recursos Humanos, Financeira e de Operação e Manutenção prevendo-se um acompanhamento até ao próximo ano que, contratualmente, corresponderá ao último ano de serviços. Ainda assim, e para antecipar o encerramento do projeto, a AdPI iniciou um conjunto de diligências junto do gestor do financiamento para que fosse aprovada uma proposta de extensão contratual que permitisse assegurar os serviços de apoio à EASC até 2023, recuperando impactos negativos da pandemia COVID-19 nos dois primeiros anos de contrato.

Contratos de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do BENGÓ

No ano de 2021, foi dada continuidade à execução do Contrato de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPASBENGO), que teve início em julho de 2019. Este contrato tem como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. O montante associado ao contrato é de 6 527 048,38 USD. O prazo de execução do contrato é de 36 meses.

O contrato de assistência técnica tem como principais objetivos:



A execução do contrato em Angola é assegurada por uma equipa de 12 peritos, a que acresce 6 estagiários angolanos contratados pela AdP, contando ainda com o apoio de uma equipa de backoffice em Lisboa e Angola. Tratando-se de um contrato baseado no desempenho, a sua avaliação é feita através de 31 KPI, calculados numa base anual e trienal.



A Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPASBENGO E.P.) foi criada pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 276/17, de 5 de maio, cujo objeto é a gestão e exploração de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais na Província do Bengo. A população estimada desta província é de 429 322 habitantes.

A produção de água é de cerca de 160 200 m³ de água/mês, com uma média de água faturada de 39%. A capacidade financeira da empresa é muito deficitária, o que constitui um dos principais focos de atuação da assistência técnica.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela AdP em 2019, mais focados no conhecimento e levantamento pormenorizado dos meios humanos, técnicos e financeiros existentes na EPASBENGO, a execução do contrato em 2020 foi significativamente afetada pela situação de pandemia de COVID-19 e das consequentes restrições sanitárias e de mobilidade adotadas em Portugal e Angola. Para além do impacto na execução da assistência técnica, esta situação de pandemia teve implicações diretas na prestação de serviços pela EPASBENGO, bem como na degradação das condições socioeconómicas da população da Província do Bengo. Assim, verificou-se uma deterioração da capacidade financeira da empresa, devido à redução significativa da taxa de cobrança, agravada pela instabilidade laboral resultante da falta de pagamento dos salários dos trabalhadores.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas pela equipa no terreno e da necessidade de ajustar o plano de atividades da assistência técnica, devem ser destacados, para o ano de 2021, os seguintes aspetos:

- Apresentação do Relatório e Contas 2020, incluindo o Parecer do Auditor Externo, e aprovação pelo Instituto de Gestão de Ativos e Participações do Estado de Angola (IGAPE);
- Organização da informação administrativa e financeira e continuação da implementação do software ERP – Primavera;
- Implementação do AquaMATRIX;
- Cadastro das ligações e validação da base de dados de clientes (cerca de 5 686 clientes);
- Implementação de giros e entrega no domicílio de faturas;
- Implementação de avisos de corte como objetivo de aumento de cobranças;
- Redução da faturação por estimativa através do aumento da realização de leituras;
- Campanhas de para aumento de número de clientes;
- Implementação de procedimentos na área de Produção, incluindo a gestão de stocks de reagentes;
- Implementação do software de informação geográfica G/Interaqua, realizando o cadastro da rede e infraestruturas;
- Início das atividades da Revisão do Plano Diretor de Água e Saneamento da Província do Bengo;

- Implementação e formação do Sistema de Gestão da Manutenção suportado no software MANUTEC;
- Continuidade na implementação do Plano de Controlo de Qualidade da Água e do Plano de Controlo Operacional;
- Entrega de artigos e equipamentos previstos no contrato de assistência técnica para dar resposta às necessidades da empresa;
- Implementação de procedimentos de gestão de armazém;
- Estabelecimentos de mecanismos de comunicação através da publicação de boletins diários relativos à produção e distribuição de água;
- Início da atividade de mobilização social com o objetivo de sensibilizar a população para o uso racional da água e sua importância na saúde pública.



CSAGOM – Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da HUÍLA (Angola)



Este Projeto teve o seu início a 1 de junho de 2021, com a chegada ao Lubango da Equipa Principal de Peritos e o arranque dos trabalhos.

A entidade contratante é a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, sendo financiado pelo Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento e totaliza 6.3M USD. O Projeto, com duração de 48 meses, finalizará a 31 de maio de 2025 e tem como Cliente Final a EPASHuíla- EP – Empresa Pública de Água e Saneamento da Huíla.

gip 8

O contrato de assistência técnica, que abrange os Municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba da Província da Huíla (79.022 km²), no sul de Angola, tem como principais objetivos:

Num período de quatro anos, assegurar que a EPASHuíla é uma Empresa **ORIENTADA PARA O DESEMPENHO, FINANCEIRAMENTE INDEPENDENTE e TECNICAMENTE SUSTENTÁVEL**, capaz de cumprir suas obrigações legais e com os clientes

Assegurar que a **TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CUSTOS É DE PELO MENOS 80%** com base em orçamentos pré-aprovados, sólidos e realistas.

Assegurar que as **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SÃO AUDITADAS** de forma independente todos os anos e que os **RESULTADOS** da auditoria **SÃO SATISFATÓRIOS**.

Auxiliar a **EPASHuíla NA CONSOLIDAÇÃO** das suas estruturas e do seu processo organizacional, bem como na gestão e no plano de negócios.



Assegurar uma **SÓLIDA GESTÃO COMERCIAL** no que respeita à gestão da faturação, cobrança, receita e dívida.

Assegurar a **CONTINUIDADE E QUALIDADE** do abastecimento de água à população de Lubango, Quipungo, Matala, Jamba, Chibia e Cacula tendo por base o sistema existente.

Auxiliar a EASH na **SUPERVISÃO** do contrato de três anos para a **OPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO** dos sistemas construídos para Cacula e Jamba por parte da adjudicatária.

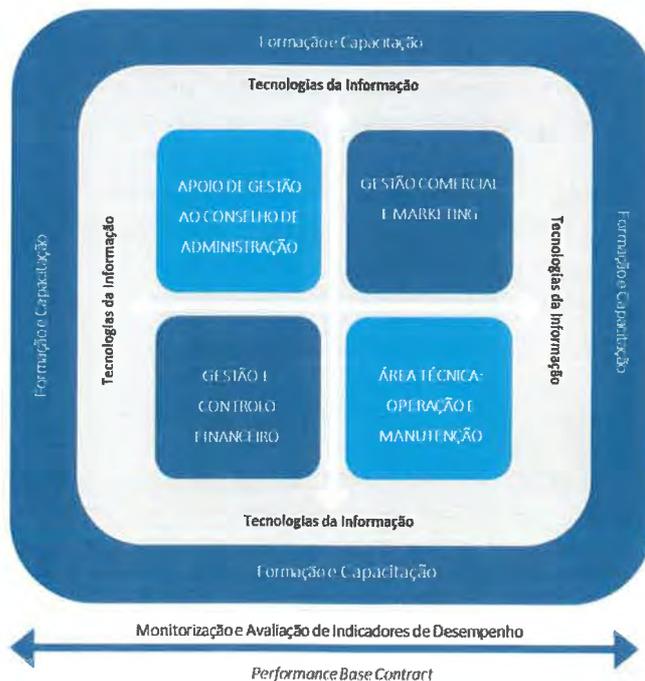
Assegurar a **EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E COBRANÇA**.



A equipa de Peritos da AdP Internacional trabalha diária e directamente com todos os técnicos da EPASHuíla no sentido de melhoria dos serviços prestados à população, fomentando a sustentabilidade da Empresa e a capacitação contínua dos seus técnicos.

Trata-se de um Performance Base Contract, com a monitoria e avaliação de Indicadores de desempenho com metas anuais bem definidas. As principais áreas de intervenção abrangidas neste contrato são as exemplificadas no esquema, estando ainda previstas a realização de serviços adicionais nomeadamente:

- Plano de Investimento a 10 anos;
- Programa de Redução de Perdas e melhoria de eficiência hidráulica da rede de distribuição;
- Visão para a Universalidade da Cobertura do Serviço;
- Plano de Gestão da Qualidade da Água.



Jm f

Unidade de Gestão de Financiamento do BEI

No final do ano 2021 a AdPI recebeu a notificação de atribuição de um novo contrato de serviços de consultoria para a criação de uma unidade de gestão do financiamento paralelo do Banco Europeu de Investimento (BEI) ao Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2) gerido pela Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério de Energia e Águas (MINEA) de Angola.



Durante os próximos três anos a AdPI será responsável pela criação e por assegurar o funcionamento de uma unidade de gestão do financiamento do BEI em Angola, com base numa equipa técnica multidisciplinar de peritos especializados em processos de concursos e contratação pública.

Esta equipa é constituída por sete técnicos especializados nas áreas associadas à atribuição de fundos de financiamento, nomeadamente, gestão, procurement, contabilidade e finanças complementados pelas áreas técnicas específicas relacionadas com os impactos da aplicação dos mesmos, nomeadamente a área ambiental e social. Tendo em conta que o financiamento é dirigido ao sector da água e saneamento, a equipa integra também dois técnicos com competências específicas na área de ambiente e desenvolvimento social e na área de gestão de empresas de água.

De acordo com a estratégia definida entre o financiador e a entidade gestora os fundos disponibilizados e os respectivos investimentos serão direccionados para as cidades capitais das três províncias alvo da intervenção, nomeadamente a cidade de Dundo (Província de Lunda Sul), de Moçâmedes (Província de Namibe) e Luena (Província de Moxico).

Tendo em conta que este financiamento paralelo do BEI é uma intervenção pioneira desta entidade em Angola, a AdP assume mais uma vez um papel de destaque no contexto do apoio ao desenvolvimento do sector da água e saneamento neste país.



Guiné – Bissau

O projeto de melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau), financiado pelo Banco Mundial e em parceria com a EdP Internacional (líder) e a Leadership consulting (parceiro) retomou a sua atividade na EAGB de forma presencial em abril de 2021. Devido à Pandemia de COVID 19, a 29 de março de 2020 os membros permanentes do projeto viram-se forçados a regressar a Portugal, seguindo as diretrizes afixadas pelos serviços consulares Portugueses.



Jp f

Entre abril e dezembro de 2021 a equipa focou-se em retomar as atividades preconizadas no plano de trabalhos, acelerando o ritmo de implementação de forma a recuperar o período de suspensão. Destacam-se as seguintes atividades:

- Aumento das receitas, salientando-se a implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes "Medidata" o qual possibilita um incremento significativo de emissão de faturas bem como a concomitante implementação de medidas para diminuição de dívidas de clientes com ativação de medidas de cortes de fornecimento de energia e de água e contactos diretos com os clientes para reaver os valores em falta;
- Implementação do sistema ERP (Primavera) da EAGB, um momento crítico de reestruturação organizativa de fundo na empresa com mobilização transversal de técnicos das áreas financeira, contabilística, de logística e de recursos humanos;
- Implementação do SIG, que permitiu iniciar de forma estruturada a atualização do recenseamento de clientes ativos bem como melhorar a gestão de ativos por via da implementação e parametrização de registo de ocorrências e ordens de trabalho;
- Implementação de novas estruturas e sistemas de desenvolvimento de RHs bem como o redesenho do sistema de remunerações;
- Melhoria da Operação e Manutenção do SAA, através de criação de mapas com os históricos das ocorrências para facilitar na tomada de decisão (reparação, substituição, investimento) bem como a recorrente reabilitação da rede de distribuição e outras infraestruturas de abastecimento de água (bombas, quadros elétricos, etc). Destaca-se também a criação de um protótipo operacional para efeito da criação de uma solução de SIG G/InterAqua e a colocação de medidores de caudal nos furos/reservatórios.



Cabo Verde

PHOS VALUE

O AdPI reforçou a presença em Cabo Verde integrando um consórcio liderado pela empresa AqualnSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.



O objetivo geral deste projeto é contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector de tratamento e reciclagem de águas residuais em Cabo Verde através da validação e implementação de novas soluções estruturais (“soluções sustentáveis “Phos-Value”) para tratar e reciclar efluentes como biofertilizantes para agricultura e/ou outras aplicações industriais. Desta forma o projeto contribui também para reduzindo a eutrofização marinha e promovendo um modelo de negócio de economia circular do uso de água reforçando a sua utilização junto das comunidades locais.



Este projeto é financiado pela Organização das Nações Unidas (UN) via um concurso internacional Ocean Innovation Challenge (OIC) para projetos inovadores integrados no ODS 14 (Vida Submarina) identificando e financiando iniciativas piloto que demonstrem abordagens inovadoras para a protecção dos oceanos.

Nos próximos dois anos a AdPI irá acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das actividades e disponibilizando recursos e conhecimento com o objectivo de integrar e multiplicar os resultados deste tipo de inovação nos seus projetos de nos países em desenvolvimento.

Durante 2021 e ainda em Cabo Verde, foram desenvolvidos pela AdPI diversos projetos enquadrados na Cooperação ambiental entre Portugal e Cabo Verde, com financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal, designadamente:

Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água (Fase 4)

Dando continuidade ao Projeto iniciado em 2017 e continuado em 2018 e 2019, visando a prevenção e gestão de conflitos de usos da água. Em 2021 pretendeu-se formar técnicos cabo-verdianos capacitados para difundirem o “Toolkit”, passando assim a existir um conhecimento a nível de formador sobre as técnicas inovadoras apresentadas. Para isso foram levadas a cabo “ações de formação de formadores” dirigidas aos formandos de anos anteriores que se mostrem mais capazes de assegurarem a disseminação do “Toolkit”.



Igualmente foram levadas a cabo formação especificamente dirigidas a dirigentes de topo da administração central e local de modo a permitir um maior alinhamento entre os vários órgãos da administração na forma como os conflitos nos usos de água podem ser geridos;



gipk

Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas

Envolvendo o desenvolvimento de um plano de ação para a reutilização de águas residuais tratadas, para a ilha de Santiago, tendo como objetivo identificar as instalações de tratamento com viabilidade de produção de água para reutilização (ApR), os potenciais usos e as necessidades de investimento para assegurar os níveis de tratamento em conformidade com as normas de qualidade exigidas e para a construção dos sistemas de distribuição de ApR.



Projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos em Cabo Verde (Fase 5)

No ano de 2021 foi ainda dada continuidade à implementação do projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos em Cabo Verde, agora na sua Fase 5, correspondente ao Plano Operacional para a ilha de Santiago, que assegurou a continuação e conclusão do esforço de desenvolvimento de Planos de Ação para a totalidade do território nacional. O Projeto envolve o tratamento dos dados recolhidos na fase precedente e o subsequente desenvolvimento do planeamento operacional para a gestão de resíduos na ilha, concretizado no respetivo Plano de Ação, acompanhado do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica e complementado por um conjunto de ações de formação de apoio à implementação do modelo proposto.

Em 2021 foi também negociada uma nova agenda ambiental entre Portugal e Cabo Verde para os próximos quatro anos (2021-2024), que inclui investimentos em oito projetos que visam reforçar a sustentabilidade ambiental do arquipélago. O protocolo de cooperação ambiental entre os dois países foi assinado pelos ministros da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde, Gilberto Silva, e do Ambiente e da Ação Climática de Portugal, João Pedro Matos Fernandes, durante visita do ministro português ao arquipélago, a 25 de junho.

Num valor global de 2,3 milhões de euros, financiado em 85% por Portugal, através de verbas do Fundo Ambiental, este protocolo visa a execução de projetos nas ilhas do Fogo, Santiago, Santo Antão, Maio e São Vicente, nas áreas de saneamento, reutilização de águas residuais na agricultura, resíduos sólidos, valorização turística e ambiental das aldeias rurais, educação ambiental e consolidação das reservas de biosfera.

O Grupo Águas de Portugal será responsável pela execução de três projetos, com início previsto para 2022:

- **Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas**

Na ilha de Santiago, técnicos da AdP Internacional e da Águas do Tejo Atlântico vão trabalhar num projeto piloto que será de grande relevância para contribuir para o aumento de disponibilidades de água no setor agrícola.

A intervenção engloba o desenvolvimento de um Plano de Ação tendo em vista a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e Valorização de Recursos, para a ETAR de Santa Cruz que terá como objetivo identificar e implementar as intervenções (obras de construção civil e aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos) necessárias para complementar o esquema de tratamento existente de modo a assegurar a viabilidade de produção de Água para Reutilização (ApR) na agricultura, em conformidade com as normas de qualidade exigidas, bem como da valorização agrícola dos subprodutos (lamas) geradas na ETAR. A sua natureza do projeto piloto permitirá também delinear e testar um modelo que poderá ser replicado noutras ilhas.

- **Elaboração do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe**

Na ilha do Fogo, a AdP Internacional vai desenvolver um projeto transversal na área do ambiente procurando dar resposta a algumas das necessidades prioritárias para a população nesta vertente. A intervenção engloba as seguintes tarefas:

- Na vertente do saneamento visa-se a implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe que contribuirá para assegurar a proteção dos recursos hídricos e os ecossistemas mais frágeis, permitindo uma maior resiliência ao impacto das alterações climáticas;
- Na vertente dos resíduos sólidos visa-se a implementação de um conjunto de medidas (selagem da lixeira existente e recolha seletiva de resíduos) para a ilha do Fogo, que irão promover a recuperação de áreas degradadas;
- Pretende-se ainda desenvolver um conjunto de ações de capacitação de quadros técnicos, incluindo quadros da administração central, local e ainda da sociedade civil, com o propósito de os capacitar nas temáticas de gestão de água e de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, ambiente, sócio económica, entre outras. Estas ações inserem-se numa estratégia de sensibilização ambiental às populações com vista a promoção da alteração a médio e longo prazo de comportamentos ambientais.

- **Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão**

A intervenção engloba as seguintes tarefas:

- Revisão/ Elaboração do Projeto de Execução do Centro de Tratamento de Resíduos;
- Definição da localização da Estação de Transferência de Resíduos da ilha e elaboração do respetivo Projeto;
- Elaboração do Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental do Centro de tratamento e da unidade de transferência de resíduos;
- Especificação técnica dos equipamentos de recolha e tratamento de resíduos;
- Elaboração de medições e orçamento detalhado das Infraestruturas de tratamento e transferência de resíduos;
- Ações de Formação na área de tratamento de resíduos.

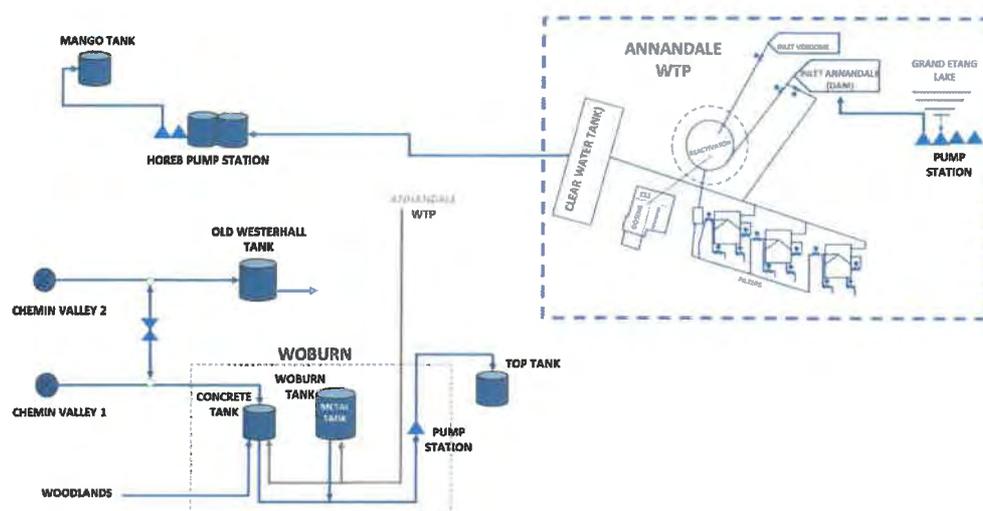
A AdP Internacional na América Central



Grenada

A AdPI iniciou em 2021 o projeto de consultoria G-CREWS em Grenada nas Caraíbas, o qual prevê o apoio à GFA no que toca à gestão de recursos hídricos e de serviços de água com vista a uma maior resiliência face às alterações climáticas, tendo como financiador a GIZ. Entre novembro e dezembro de 2021, a equipa da AdPI fez a sua primeira missão a Grenada tendo sob sua responsabilidade específica apoiar nos seguintes temas:

- Apoiar a elaboração de ToR para a fornecimento e instalação de um sistema SCADA em infraestruturas selecionadas em Grenada;



- Desenvolver o Plano de Resposta a Emergências e apoiar à sua implementação;
- Contribuir para a avaliação de riscos ambientais, sociais, de saúde e segurança das atividades da NAWASA, incluindo obras civis contratadas;
- Fornecer suporte para a gestão de saúde e segurança da NAWASA.

A AdP Internacional no Médio Oriente



Líbano

A AdPI foi contactada pela DAI (EUA) no sentido de prestar apoio técnico no projeto de saneamento e conservação (Lebanon - Water, Sanitation and Conservation (WSC)) o qual conta com financiamento da USAID (U.S. Agency for International Development). Este projeto tem como objetivo principal apoiar 4 empresas regionais de água e saneamento no Líbano no sentido de definir e apoiar à implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa.

O contrato, que deverá ser assinado em janeiro de 2022, terá a duração de 3 anos (com dois de opção, adicionais). Para o ano de 2022, a AdPI deverá focar-se em mobilizar conhecimentos e técnicos selecionados para apoiar as empresas durante esta situação de gestão de crise nos seguintes temas:

- Realizar diagnósticos operacionais nas 4 empresas nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira);
- Desenvolvimento de uma estratégia de emergência de médio prazo;
- Desenho de contratos de performance (e prestar suporte à sua implementação e monitorização) no que toca à operação e manutenção de infraestruturas bem como de gestão de serviços de água não faturada.

A AdP Intenacional na Africa do Norte e na África Oriental



Tunísia

Prosseguem os projetos patrocinados pelo Convenção de cooperação entre os Ministérios do Ambiente Português e Tunisino, patrocinadas pelo Fundo Ambiental, através do contrato com a congénere Tunisina da AdP, a "Office National de l'Assainissement" (ONAS). Este projeto é composto por cinco (5) componentes distintas, todas na área do saneamento e tratamento de águas residuais, nomeadamente:



Saneamento de povoações com menos 10.000 habitantes - estudo técnico-económico para escolha dos sistemas de tratamento mais adequados

Elaboração de um plano de 5 anos, para o destino final das lamas (de ETAR), para a Região Norte da Tunísia

Desenvolvimento de um Estudo Estratégico para a Eficiência Energética nas ETAR da ONAS

Reaproveitamento das águas residuais, com tratamento terciário na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mornaguia: Aplicação às culturas hortícolas (excluindo o espectro cultural);

Apoio técnico e institucional à governança descentralizada dos serviços de saneamento

Este contrato desenvolve-se com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, como forma de partilhar os conhecimentos e experiência adquiridos no Grupo AdP, na área de saneamento.

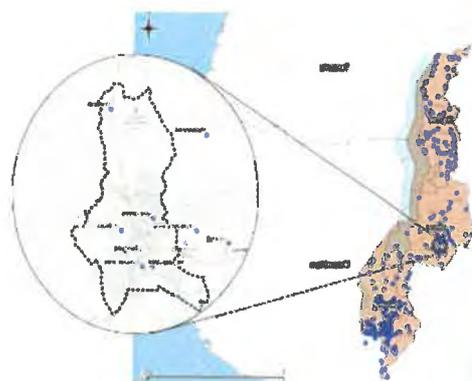


Destaca-se ainda na Tunísia a apresentação da proposta para um **Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes**, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial, cujo resultado será conhecido durante o 1º trimestre de 2022.



Malawi

Durante 2021, prosseguiu a prestação de serviços, no consórcio de empresas portuguesas, no qual a AdP Internacional participa, para a realização dos **Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe**, na República do Malawi, cujos clientes são o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe.



Mapa do Malawi, com localização de Lilongwe



Sistema de saneamento de Lilongwe

Este estudo é financiado pelo Banco Mundial, com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, bem como de outros reputados especialistas portugueses.



Costa do Marfim



Na Costa do Marfim preparam-se os 2 projetos financiados pelo Fundo Ambiental; [Plano de Comunicação em Saneamento e Salubridade](#), a desenvolver para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e o projeto de [Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento](#), cujos beneficiários serão os técnicos das diversas entidades tuteladas por aquele Ministério. A sua execução ocorrerá durante o ano de 2022.

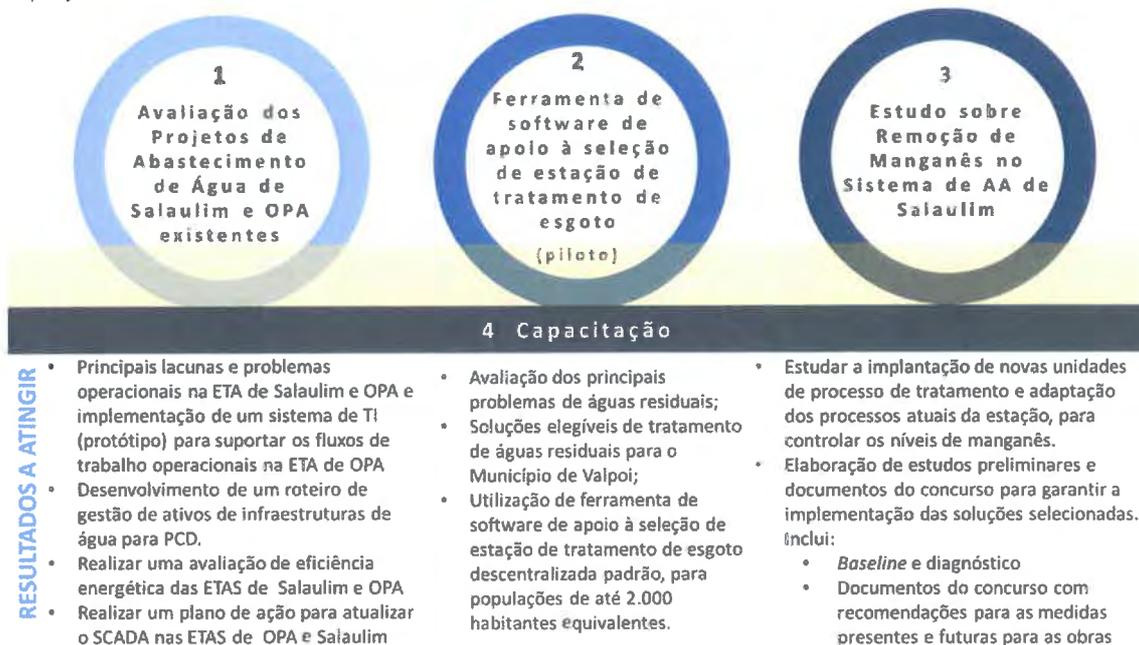
A AdP Internacional na Ásia



Goa (India)

Na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para Cooperação Técnica assinado entre o Governo de Goa (através do Departamento de Obras Públicas) e o Ministério do Ambiente da República Portuguesa (através da Águas de Portugal), assinado em 29 de setembro de 2018 estava previsto o arranque do projeto [Assistência Técnica Ao Departamento de Obras Públicas-PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa](#) para março de 2020.

O projeto assenta em 4 atividades chave, sendo elas:



A situação de Pandemia Mundial por Sars-Cov-2, decretada a 11 de março de 2020 pela OMS – Organização Mundial de Saúde, obrigou a que o arranque fosse adiado para, numa primeira fase para setembro de 2020, tendo sido novamente adiado para data a agendar em 2021 assim que haja condições para tal. Foi entendimento entre a AdPI e o PWD que o arranque do contrato deveria ser novamente adiado para 2022, por questões sanitárias;



Timor-Leste

RFP039 – Consultoria para o Desenvolvimento de Projetos de Execução de Sistemas de abastecimento de Água para as Capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque

Em 2021, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro deu continuidade ao desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Lospalos, Same e Viqueque. O presente projeto encontra-se em pleno desenvolvimento.

Em fases anteriores de desenvolvimento do projeto foram acauteladas as necessidades emanadas das componentes ambiental e social de forma a tornar mais expedita a implementação da fase seguinte: construção de infraestruturas com início previsto em finais de 2022.

Após terminados todos os trabalhos de campo relevantes, as equipas de engenharia estão presentemente a desenvolver os projetos de execução propriamente ditos estimando-se que os mesmos sejam entregues até final de maio de 2022.

A entidade gestora, Bee Timor-Leste, E. P. está atualmente a preparar a publicação dos concursos para fiscalização das obras de construção para o qual a AdP Internacional pretende apresentar-se a concurso consorciada com a Nippon Koei, uma conceituada consultora nipónica.

As referidas soluções irão promover o acesso a água potável com qualidade apropriada para o consumo humano e disponibilidade contínua a um universo de consumidores de 150.000 habitantes equivalentes. Na fase preliminar do desenvolvimento do projeto estima-se um investimento de 66,5M USD.



Ações de sensibilização comunitária



Campanha de análises de qualidade de água

FBS19019 – Consultoria para o Desenvolvimento de Planos Diretores de Água e Saneamento para as Capitais de Município de Ainaro, Suai e Bobonaro

Também em 2021, o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro deu continuidade ao desenvolvimento do contrato FBS19019 com o objetivo de desenvolver Planos Diretores para o setor de água e saneamento para as capitais de município de Ainaro, Suai e Bonobaro.

Os referidos Planos pretendem definir um plano estratégico para o desenvolvimento dos futuros sistemas de água e saneamento acautelando as necessidades de uma população estimada em 2040 de 86.000 habitantes com um custo de investimento de 75M USD.

Por ser um documento estratégico, além da forte componente técnica dos referidos planos, a componente ambiental, caracterização e impacto social, gestão de recursos hídricos e operação e manutenção reveste-se de uma cabal importância a ter em conta pelo decisor.

Prevê-se o fecho deste contrato no primeiro segundo de 2022 onde seguidamente a entidade gestora, Bee Timor-Leste, irá proceder ao lançamento do concurso para desenvolvimento dos projetos de execução.



Equipe da AdP Timor-Leste que efetuou os inquéritos porta-a-porta



Reunião de apresentação dos Estudos de Viabilidade Técnico-Financeira no município de Ainaro

A AdP Internacional e as Utilities of the Future

Contrato-Quadro de Serviços de Consultoria - Iniciativa Utilities of the Future - Contrato nº 7193404

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado "Utilities of the Future - UoF", a AdP Internacional manteve em 2021 o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes. O conceito subjacente às UoF envolve não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais. Em 2021, destaca-se o suporte dado pelos técnicos da AdPI em duas concessionárias de água e saneamento, nomeadamente:



- CAGEPA na Paraíba (Brasil). Apoio dado aos técnicos da empresa na implementação do *toolkit* de diagnóstico e planeamento a curto e médio prazo preconizado pela iniciativa UoF nomeadamente nas dimensões i) comercial, ii) gestão financeira, iii) técnica, iv) organização e estratégia e v) recursos humanos.

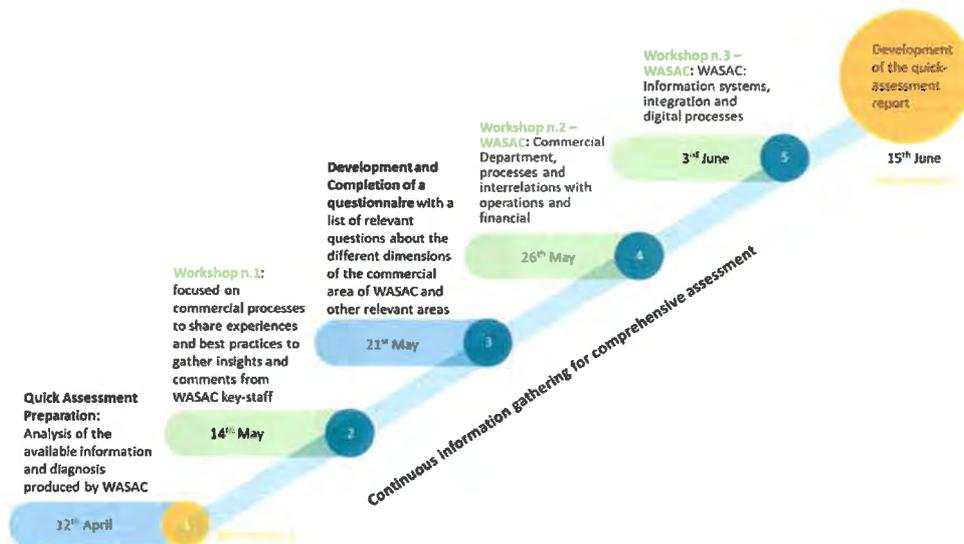
gmp f



Figura 1 - Pirâmide de sucesso das UoF (fonte: Banco Mundial)



- WASAC no Ruanda. Realizou-se um diagnóstico rápido para avaliar a situação atual dos processos comerciais da empresa, nas dimensões funcional, digital e organizacional, tendo em conta os seus objetivos a curto e médio prazo. Esta avaliação permitiu apoiar as decisões do WASAC no que toca a um plano futuro para melhorar seu desempenho comercial e financeiro.



Principais Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros apresentados refletem a natureza concorrencial da AdP Internacional. A empresa tem a sua actividade focalizada nos mercados internacionais, e a sua evolução está relacionada com as oportunidades existentes e a competitividade da empresa para as concretizar. A AdP Internacional concorre com os maiores players internacionais no sector da água, e defronta-se com uma competição cada vez mais forte e mais diversificada. Nos últimos anos, denota-se uma tendência crescente dos operadores públicos em regiões desenvolvidas, e em desenvolvimento, para diversificarem as áreas de ação e virarem-se para os mercados internacionais à procura de oportunidades de negócio. A AdP Internacional tem a grande mais-valia de poder contar com uma equipa de potenciais 3.000 colaboradores, pertencentes ao Grupo AdP, com fortes competências nas áreas de atuação da AdP Internacional.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da empresa denotam também a sua natureza de empresa no mercado, em que a oscilação do volume de negócios está diretamente relacionada com a oscilação dos gastos operacionais: em períodos com maior número de contratos em execução, os gastos operacionais aumentam na proporção. Salienta-se ainda os aspetos relacionados com a volatilidade cambial, com um peso significativo nos encargos financeiros.

Em síntese, é relevante ter em conta que a análise dos indicadores se encontra condicionada pela natureza da sua atividade, que é dependente dos concursos internacionais ganhos em cada ano e das medidas organizacionais internas adoptadas para a otimização dos gastos operacionais e para o aumento da competitividade da empresa.

Un: m€

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2019	2020	2021	Var 2021 / 2019		Var 2021 / 2020	
				Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	3.491	3.544	6.262	2.772	79%	2.718	77%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	18	(79)	286	268	1517%	365	-462%
Margem EBITDA	1%	-2%	5%	0	801%	0	-305%
Resultado Operacional	(73)	123	83	155	-213%	(40)	-33%
Resultado Financeiro	(101)	(83)	(24)	76	-76%	58	-70%
Resultado Líquido	(219)	30	38	257	-117%	9	29%
Investimento	220	106	183	(37)	-17%	77	72%
Ativo Líquido	3.655	6.371	6.913	3.259	89%	542	9%
Passivo	3.692	6.160	6.675	2.983	81%	515	8%
PMP (dias)	188	248	150	(38)	-20%	(98)	-40%
PMR (dias)	418	661	105	(313)	-75%	(556)	-84%
Endividamento	1.700	4.200	4.010	2.310	136%	(190)	-5%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

AdP

Carteira de Participações e Sucursais

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e é acionista de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Ao longo dos últimos 8 anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



B – O Negócio

Linhas Estratégicas de actuação

Nos últimos anos, a AdPI tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo AdP nos últimos 20 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver know-how e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

A estratégia da Unidade de Negócios Internacional deve também ter em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo AdP, que se deve materializar na área internacional através do enfoque numa política de cooperação com os países lusófonos concertada com a tutela governamental. A dimensão pública deve também induzir uma estratégia que assegure a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdPI pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas portuguesas.

Nesse sentido, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nas cinco orientações do acionista para o atual mandato, que se apresentam na figura seguinte:



Estas cinco orientações traduzem-se nos seguintes objetivos estratégicos:

Orientação 1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais.

- Centrar o portfólio de serviços da UNI nas competências e know-how de valor acrescentado do Grupo AdP.
- Vender internacionalmente os produtos desenvolvidos pelas empresas do Grupo.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas nos projetos da UNI, em detrimento de consultores individuais externos.

Orientação 2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento” no seio da AdP Internacional, que já existe, mas que se dilui nos processos de negócio.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o MNE, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

Orientação 3

Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e fazer pontes com as empresas nesses processos.

Orientação 4

Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Estabelecer parcerias estratégicas com *players* internacionais para potenciar a posição da UNI em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de “*Value for Money*” nas atividades de desenvolvimento de negócio.

Orientação 5

Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As linhas de atuação subjacentes a estes objetivos assentam no seguinte posicionamento estratégico:

Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos "core" e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.



De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centra a sua estratégia comercial nos seguintes eixos:

- Países da CPLP com exceção do Brasil.
- Países africanos na vizinhança dos PALOP, que tenham previstos financiamentos internacionais relevantes para o setor da água.
- Magreb (Marrocos e Tunísia).
- Ásia (em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais).

Produtos: Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços "core" para os quais a AdP Internacional, através do know-how do Grupo AdP, se posiciona como referência internacional.

Os serviços "core" em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência e o know-how consolidado ao longo dos 25 anos de atividade do Grupo AdP. O portfólio de produtos e serviços da UNI baseia-se nas competências-chave do Grupo e nas soluções tecnológicas já implantadas nos mercados nacional e internacional: (i) **Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;** (ii) **Operação e Manutenção de Infraestruturas;** (iii) **Planeamento e gestão de investimentos;** (iv) **Estudos estratégicos** e (v) **Formação e capacitação.**

A atividade da AdP Internacional deve ainda servir de indutor da venda internacional das soluções desenvolvidas e comercializadas pelas empresas do Grupo AdP, nomeadamente o AQUAMATRIX, o WONE, o AQUASAFE, o AQUAMOD, entre outros.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP e reforçar competências internas inovadoras, tirando partido do know-how do Grupo AdP.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o know-how e a experiência especializada das equipas técnicas das várias empresas do Grupo AdP. Se é importante ser competitivo na

fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente nos contratos ganhos que a AdP I é uma empresa que mobiliza equipas de excelência e que entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce ainda que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo AdP.

Parcerias: Criar e consolidar parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para internacionalizar o setor e alavancar o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão das empresas nacionais e do próprio Grupo AdP a nível global, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais fora dos PALOP deve ser alavancada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais internacionais. Nesse sentido, as Agências Bilaterais para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas europeias, asiáticas e americanas são potenciais tipos de entidades a identificar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, muito alavancados pelos financiamentos da banca multilateral, a AdP Internacional posiciona-se também como um parceiro reconhecido por estas instituições. No quadro da sua atuação estratégica, é dada especial importância à atualização do portfolio de projetos de investimento a financiar pelas multilaterais, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu, Eurostat e INE.

crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registre uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos

serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indesmentíveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata

² Fontes: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descuidar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, consequentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comitês Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

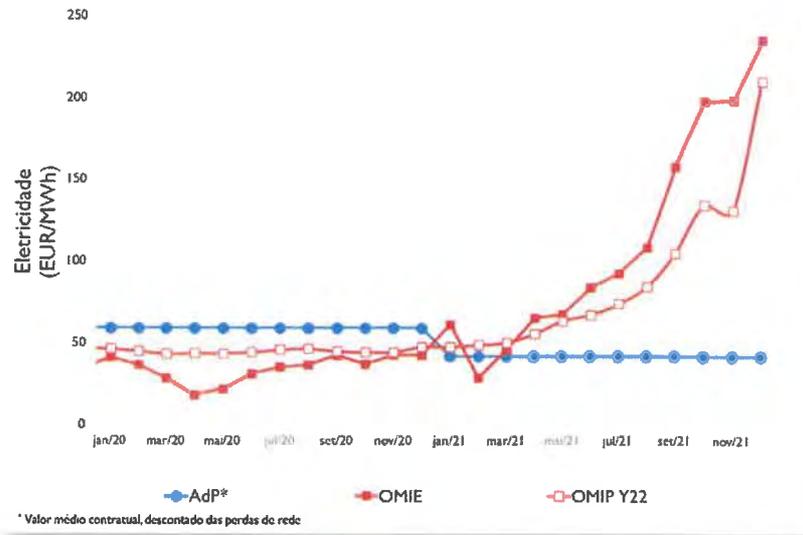
No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

A energia no Grupo AdP

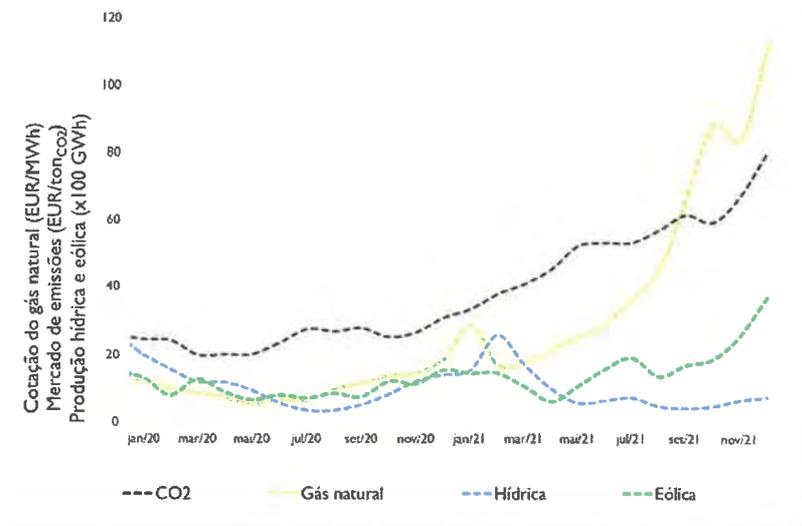
O preço da energia elétrica em Portugal

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO₂ (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO₂ para as cotações do gás natural e do CO₂, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021 / 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021 / 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,4%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

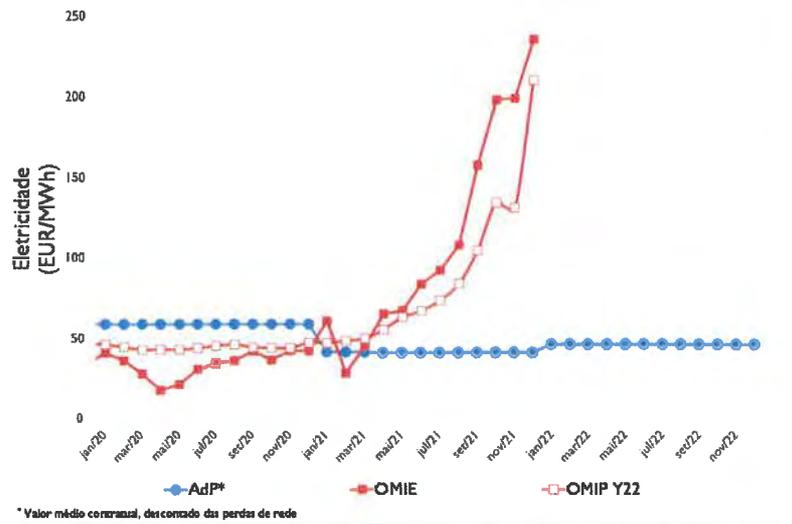
Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com constrangimentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.

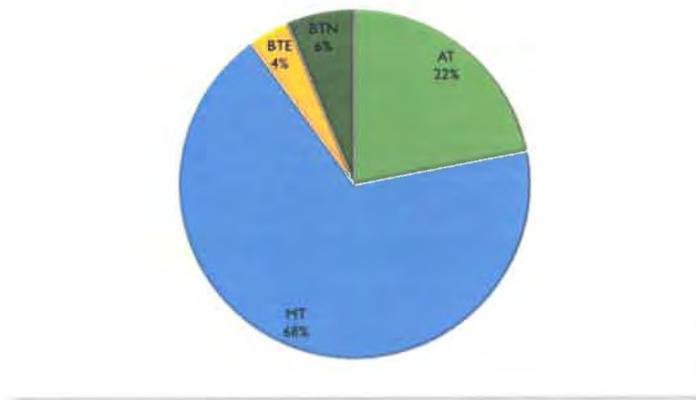


Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).

Consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+-3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

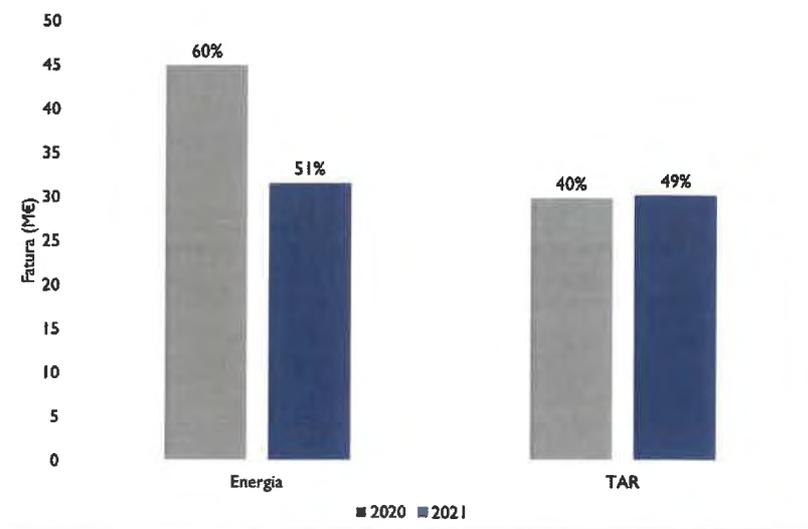
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas

piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">▪ 9,7 milhões de habitantes servidos▪ 96% de alojamentos servidos▪ 186 litros: consumo médio diário de água por habitante▪ Tarifa média ponderada: 0,5519EUR/m³▪ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	<ul style="list-style-type: none">▪ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem▪ 86% de alojamentos servidos▪ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento▪ 1,9 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente▪ Tarifa média ponderada: 0,5393EUR/m

Dados RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série; IWA COVID-19 Task Force - International Water Association (iwa-network.org); <https://www.apda.pt/pt/noticia/3204/disponivel-sessao-gravada-de-a-pandemia-covid-19-e-o-abastecimento-de-agua/>

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSARP 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de

maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto “Rumo à COP26” agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

Nos mercados prioritários

Angola

Visão geral económica

Depois de sofrer durante anos os efeitos dos preços mais baixos do petróleo e dos níveis de produção, Angola começa a mostrar alguns sinais de recuperação económica. Apesar dos progressos significativos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, Angola, desde 2015, sofre o impacto do declínio acentuado do setor petrolífero, agravado desde 2020 pela pandemia de COVID-19. O produto interno bruto (PIB) real contraiu cerca de 5,4 por cento em 2020, que marca o quinto ano consecutivo de recessão, com uma queda total do PIB de 10,8 por cento. O setor petrolífero representa um terço do PIB e mais de 90% das exportações. A transformação de um modelo económico liderado pelo Estado e financiado pelo petróleo para um modelo de crescimento liderado pelo setor privado é um processo complexo e de longo prazo e o setor petrolífero continuará a desempenhar um papel importante durante este período de transição.



A estabilidade macroeconómica tem sido salvaguardada através de um regime cambial mais flexível, política monetária adequada, prudência fiscal e redefinição da dívida com os principais credores bilaterais. A atual administração realizou várias reformas importantes desde que assumiu o cargo em 2017, incluindo a lei de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como a lei de privatizações, a criação de uma janela única para os investidores melhorarem o clima de negócios e a estabelecimento de um cadastro de proteção social para proteger os mais vulneráveis. Estas reformas já estão a produzir alguns resultados positivos, uma vez que a atividade económica não petrolífera despendeu antes e depois do choque da COVID-19 e a produção não petrolífera angolana ganhou competitividade devido à depreciação cambial.

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem mantido uma política monetária restritiva para ancorar a inflação e compensar o impacto da depreciação cambial. Mais recentemente, o BNA subiu a taxa de juro de referência para 20 por cento (de 15,5 por cento) em julho de 2021. Além disso, o BNA continuou os seus esforços para alcançar uma taxa de câmbio mais flexível, permitindo que as companhias petrolíferas vendessem divisas diretamente aos bancos comerciais, contribuindo para fortalecer os amortecedores contra choques externos. No entanto, a inflação permaneceu alta, aumentando para

Handwritten signature or initials in blue ink.

26,1% em agosto de 2021 em comparação com 23,4% no ano anterior, impulsionada pelo efeito de repasse atrasado da depreciação da moeda e choques de custo e oferta relacionados à pandemia de COVID-19.

As autoridades também estão abordando ativamente as vulnerabilidades do setor financeiro. A regulamentação financeira foi reforçada com a aprovação de uma nova Lei das Instituições Financeiras em maio de 2021. A lei reforça os poderes de resolução bancária do BNA e inclui também requisitos de governo societário reforçados. Além disso, a lei orgânica do Banco Central também está sendo alterada para fortalecer sua autonomia.

Espera-se que Angola termine o longo ciclo recessivo em 2021, auxiliado pelo aumento dos preços do petróleo, estabilização da produção petrolífera e recuperação do setor não petrolífero apoiado pelo levantamento das restrições relacionadas com a COVID-19 e pelo impacto desfasado das reformas macroeconómicas. O crescimento real do PIB está estimado em 0,4 por cento, com o crescimento do setor não petrolífero compensando uma contração renovada do setor petrolífero.

Contexto Político

Angola mantém a estabilidade política desde o fim da guerra civil de 27 anos em 2002. Em 2010, uma constituição estabeleceu um sistema parlamentar presidencialista com o presidente não mais eleito por voto popular direto, mas sim como o chefe do partido com mais assentos.

Uma proposta para uma revisão pontual da constituição do país está atualmente em discussão no parlamento. A legislação eleitoral local e outras leis ficarão suspensas até que o processo de revisão constitucional esteja concluído.

Internacionalmente, Angola está a tornar-se mais assertiva e a demonstrar um compromisso mais firme com a paz e a estabilidade em África, particularmente na região dos Grandes Lagos.

Desafios de Desenvolvimento

Angola fez progressos económicos e políticos substanciais desde o fim da guerra em 2002. No entanto, o país continua a enfrentar enormes desafios de desenvolvimento, que incluem a redução da sua dependência do petróleo e a diversificação da economia; reconstrução da sua infraestrutura; e melhoria da capacidade institucional, governança, sistemas de gestão das finanças públicas, indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida da população.

Grandes bolsas da população vivem na pobreza sem acesso adequado a serviços básicos, e o país poderia beneficiar de políticas de desenvolvimento mais inclusivas. De acordo com a Pesquisa de Despesas e Rendas 2018/2019 do instituto nacional de estatísticas, o índice de pobreza foi de 40,6%. Um programa de proteção social destinado a beneficiar 1,6 milhão de famílias vulneráveis até 2022 está a ser implementado em todo o país.

Diversificar a economia através de reformas estruturais profundas e contínuas é essencial para alcançar um crescimento inclusivo e consolidar a sustentabilidade económica. A rápida expansão da produção não petrolífera requer a implementação das reformas em curso para reforçar a governação, melhorar o ambiente empresarial e promover o investimento privado e a abertura comercial, bem como o desenvolvimento do capital humano e das infraestruturas. As autoridades também devem promover as condições para um desenvolvimento mais célere dos principais setores económicos, tais como a agricultura, as telecomunicações e o setor financeiro.

As projeções apontam para um crescimento global positivo de Angola em 2022, atingindo cerca de 4% a médio prazo, impulsionado pela implementação das reformas estruturais planeadas que visam reforçar o crescimento. A inflação deverá diminuir gradualmente a partir de 2022, à medida que a inflação alimentar mundial abranda e o banco central mantém uma orientação restritiva da política monetária. Uma posição orçamental prudente e contínua, incorporada aos planos orçamentais para 2022, apoiará um rápido declínio no rácio dívida pública/PIB, enquanto protege as principais despesas sociais e de saúde.

Fonte: FMI e World Bank Angola Country Overview

Cabo Verde



A fragmentação de seu território cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios para a prestação de serviços, incluindo energia, água, educação e saúde.

Cabo Verde tem assistido a um progresso económico significativo desde 1990, impulsionado em grande parte pelo rápido desenvolvimento do turismo (20% do PIB), juntamente com um desenvolvimento social considerável devido a fortes políticas sociais desde a década de 1970.

Contexto Político

Cabo Verde é considerado um exemplo de democracia em África, muito pela sua estabilidade política. Os processos eleitorais ocorreram sem distúrbios, realizados regularmente, com alternância pacífica de poder entre os dois principais partidos. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), responsável pela libertação colonial, de ideologia de esquerda, governou por dois períodos de 15 anos; o Movimento para a Democracia (MpD), partido liberal e de direita, governado por dois mandatos na década de 1990, voltou ao poder em 2016, e atualmente é a força política que apoia o governo. A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) representa a terceira força política do país.

As eleições legislativas, realizadas a 18 de abril de 2021, reelegeram o MpD com maioria absoluta. As eleições presidenciais ocorridas a 18 de outubro de 2021, com oito candidatos, resultaram na eleição à primeira volta do quinto presidente da República de Cabo Verde, José Maria das Neves.

Visão geral económica

Antes da pandemia de COVID-19, Cabo Verde experimentou um crescimento económico robusto impulsionado por um setor de turismo próspero e fortes reformas estruturais. Entre 2016 e 2019, o crescimento médio foi de 4,7% (3,4 em termos per capita) sustentado por condições globais favoráveis aliadas a fortes reformas estruturais, principalmente no setor de SOE. Do lado da procura, foi impulsionado pelas exportações líquidas e pelo investimento e consumo privado. Do lado da oferta, o crescimento foi impulsionado pelas atividades turísticas e pelo crescimento dos serviços domésticos não transacionáveis. Os esforços de privatização do governo ajudaram a apoiar a confiança dos investidores e consumidores. O crescimento económico sustentado e robusto levou a um declínio da pobreza de 24,5% em 2015 para 11,5% em 2019.

Impulsionado pela paralisação do setor de turismo, o PIB contraiu 14,8% em 2020 (15,7% em termos per capita) – uma das maiores reduções na África. O país depende fortemente do turismo, que representa 25% do PIB e movimenta cerca de 40% da atividade económica geral. Globalmente, o setor dos serviços contraiu 19%, enquanto a produção industrial diminuiu 2%. A hotelaria e a restauração contraíram 71%, enquanto os transportes e as comunicações caíram 33%. A crise reverteu o progresso na redução da pobreza alcançado desde 2015.

O défice global (incluindo subvenções) aumentou de 1,8% em 2019 para 8,9% em 2020, impulsionado principalmente pelo impacto da crise nas receitas orçamentais. Consequentemente, as necessidades de financiamento fiscal para 2020 aumentaram substancialmente, abrindo uma grande lacuna de financiamento fiscal, que foi preenchida principalmente por empréstimos concessionais e doações de Parceiros de Desenvolvimento.

De acordo com a previsão do FMI, a outubro de 2021, Cabo Verde deve registar um crescimento de 4 por cento em 2021, mas em 2022 a taxa deve situar-se nos 6,5%, ao passo que a taxa de inflação prevista para 2022 deve subir até 1,6%.

Fonte: FMI e World Bank Cabo Verde Country Overview

Guiné-Bissau



A Guiné-Bissau, um dos países mais pobres e frágeis do mundo, tem uma população de cerca de 1,9 milhões. A costa do Oceano Atlântico da Guiné-Bissau é composta pelo arquipélago dos Bijagós, com mais de 100 ilhas. Faz fronteira com o Senegal a norte e com a Guiné a sul e a leste e, apesar da sua dimensão, acolhe uma grande variedade de grupos étnicos, idiomas e religiões.

Contexto Político

A Guiné-Bissau tem uma história de fragilidade política e institucional que remonta ao tempo da sua independência de Portugal em 1974. É um dos países mais propensos a golpes de estado e politicamente mais instáveis do mundo. Desde a independência, foram registados quatro golpes de estado bem-sucedidos, com outras 16 tentativas de golpes, conspirados ou alegados. Foram feitos alguns progressos com o anterior presidente, José Mário Vaz, que foi o primeiro a completar um mandato completo desde a independência. As eleições presidenciais de 2019 foram seguidas por uma crise política que terminou em abril de 2020 com o reconhecimento pela CEDEAO de Umaro Sissoko Embaló como Presidente da República. Com a posse do novo governo em março de 2020, o país teve estabilidade política apesar das tensões internas e das alegações de interferências políticas no poder judicial. As próximas eleições legislativas estão previstas para o início de 2023 e as eleições presidenciais para o final de 2024.

Perspetiva económica

A economia sofreu uma contração de 1,4% em 2020, em comparação com um crescimento real do PIB de 4,5% em 2019. Isto foi impulsionado por ruturas nas cadeias de abastecimento e pela redução da procura e da atividade económica, causadas por medidas e políticas adotadas para a contenção da pandemia. A inflação aumentou para 1,5%, tendo sido de 0% em 2019. O défice orçamental global aumentou de 4% do PIB em 2019 para 9,5% em 2020. As receitas fiscais caíram de 10,2% para 8,4%, o que equivale a um rácio salários/receitas fiscais de aproximadamente 80%. Do lado da despesa, a despesa total do governo aumentou de 19,3% do PIB em 2019 para 25,8% em 2020. Como resultado, a dívida pública atingiu 79,3%.

Prevê-se que o crescimento real do PIB atinja 3,3% (3,6% em termos per capita) em 2021, à medida que o programa de vacinação ganha tração, a procura internacional por castanha de caju recupera e as medidas de lockdown vão terminando. Uma recuperação dos preços internacionais e fortes números preliminares da produção interna e da exportação de caju ajudarão a ter um défice orçamental de 5%. Prevê-se que a dívida pública venha a descer para 78,4% do PIB. A inflação deverá aumentar para 1,9% e permanecer estável a médio prazo.

Estas perspetivas estão sujeitas a riscos substanciais de descida. Uma nova fase de instabilidade política pode levar a derrapagens fiscais e exacerbar o já difícil ambiente para os negócios. Preços mais baixos para o caju no futuro ou menores quantidades exportadas também seriam um risco. A persistência da crise da COVID-19 pode afetar negativamente os rendimentos das famílias e aumentar o risco de caírem numa situação de pobreza. Os riscos associados à instabilidade bancária também continuam a ser uma ameaça à estabilidade macrofinanceira.

Um forte aumento dos preços do petróleo também colocaria uma pressão adicional sobre o saldo da balança corrente externa e deixaria menos recursos disponíveis para despesas governamentais a favor dos mais pobres. Abordar as grandes desigualdades existentes no país também exige esforços para melhorar a prestação de serviços e melhorar o acesso aos serviços básicos. Contudo, acelerar ou mesmo manter o ritmo de redução da pobreza será difícil se a situação política permanecer por resolver e se não forem enfrentados os grandes desafios de desenvolvimento que limitam o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade.

De acordo com o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2022, a outubro de 2021, atingirá 4% e a taxa de inflação a 2%.

Fonte: FMI, World Bank Guiné Bissau Country Overview

São Tomé e Príncipe



A República de São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno estado insular de rendimento médio baixo com uma economia frágil. É altamente vulnerável a choques exógenos. Arquipélago dividido em seis distritos e a Região Autónoma do Príncipe (Região Autónoma do Príncipe), situa-se no Golfo da Guiné, a 350 km da costa ocidental de África. Com uma superfície de 1.001 km², este país lusófono tem uma população de mais de 215.000 pessoas e um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita de \$ 1.960 em 2019.

Contexto Político

STP tem sido um modelo de transição democrática de poder na África Central e isso foi reforçado no dia 6 de agosto, quando foi realizada a segunda volta das eleições presidenciais. As eleições altamente disputadas foram vencidas pelo candidato apoiado pela oposição e os demais candidatos não apenas admitiram a derrota de forma pacífica, mas também se comprometeram a trabalhar em conjunto com o novo presidente.

O governo é liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), graças a um acordo pós-eleitoral com a coligação PCD-MDFM-UDD, dando-lhes maioria no parlamento.

A Assembleia Nacional tem 55 assentos, sendo 25 atualmente ocupados pelo Partido da Ação Democrática Independente (ADI), 23 pelo MLSTP-PSD, cinco pela coligação PCD-MDFM-UDD e dois pelo Movimento Cidadão Independente de São Tomé e Príncipe (MCISTP).

Contexto social

Apesar das questões metodológicas, há um consenso de que os níveis de pobreza não mudaram significativamente entre as duas últimas pesquisas domiciliares (2000 e 2010). Estimativas recentes do Banco Mundial mostram que cerca de um terço da população vive com menos do que a linha de pobreza internacional de US\$ 1,90 por dia, e mais de dois terços da população é pobre, usando a linha de pobreza mais alta do Banco Mundial de US\$ 3,20 por dia. Áreas urbanas e distritos do sul, como Caué e Lembá, apresentam níveis mais elevados de incidência de pobreza.

STP tem um desempenho superior à média da África Subsaariana no índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e tem feito progressos na melhoria de outros indicadores sociais. Tem uma taxa bruta de escolarização primária de 110%, uma esperança de vida de 66 anos, uma taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos de 51 por 1.000 nascidos vivos, acesso a uma fonte de água melhorada para 97% da população e acesso a eletricidade para 60% da população.

Perspetiva económica

STP enfrenta desafios que são típicos de estados pequenos e insulares e afetam sua capacidade de lidar com choques e manter o equilíbrio fiscal e externo. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país muitas vezes impede a produção eficiente de bens e serviços na escala necessária para atender a demanda dos mercados locais e de exportação. Seu afastamento e insularidade aumentam os custos de exportação, impedindo o país de diversificar sua economia e tornando-o mais vulnerável a choques nos termos de troca. A indivisibilidade na produção de bens públicos e a dificuldade de prestação de serviços a uma população dispersa implicam um alto custo dos bens públicos e um alto nível de gastos públicos é necessário para a prestação de serviços públicos adequados.

O crescimento de STP nas últimas duas décadas foi impulsionado principalmente pelas despesas governamentais impulsionadas pela ajuda externa e empréstimos governamentais, juntamente com a agricultura, turismo e investimento direto estrangeiro alimentados pelas expectativas para a produção de petróleo.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média de mais de 4% entre 2010 e 2019, embora tenha desacelerado para menos de 3% em 2018-19 devido a graves quedas de energia, atrasos do governo a fornecedores locais e exclusão do financiamento doméstico. A agricultura e a pesca também foram afetadas por choques climáticos e pragas agrícolas. A pandemia de COVID-19 afetou STP, pois o país registou uma elevada taxa de infeção e a indústria do turismo, que tinha sido um motor do crescimento do setor privado, parou em março de 2020. No entanto, com financiamento externo significativo, o governo conseguiu para compensar a perda de rendimentos dos trabalhadores do turismo e outros impactos negativos na atividade económica. De acordo com dados oficiais, o PIB real de STP cresceu 3,1% em 2020, apesar das perturbações causadas pela pandemia de COVID-19. Gastos públicos mais altos com o alívio da COVID-19 e outros projetos financiados por apoio financeiro internacional excepcional apoiaram esse desempenho de crescimento. Apesar de uma desaceleração esperada devido ao desenrolar do impulso fiscal financiado com recursos externos, o crescimento real do PIB deverá atingir 2,1% em 2021 devido a uma forte recuperação do setor agrícola liderada pela recuperação económica global e uma leve melhora do turismo setor à medida que as viagens internacionais são retomadas gradualmente.

O Banco Mundial tem apoiado STP desde o início da pandemia, fornecendo assistência financeira rápida, incluindo uma doação de US\$ 2,5 milhões para a saúde, financiamento adicional para proteção social e operação de apoio orçamentário de US\$ 10 milhões.

De acordo o FMI a taxa de crescimento do PIB projectada para 2022, a outubro de 2021, atingirá 2,9 % e a taxa de inflação a 7,8%.

Fonte: World Bank São Tomé e Príncipe Country Overview, FMI- World Economic

Dinâmica do sector a nível internacional

A situação atual dos recursos hídricos destaca a necessidade de uma melhor gestão dos recursos hídricos. Reconhecer, medir e expressar o valor da água e incorporá-la na tomada de decisões são fundamentais para alcançar a gestão sustentável e equitativa dos recursos hídricos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Aqueles que controlam como a água é valorizada controlam como ela é usada. Os valores são um aspecto central do poder e da equidade na governança dos recursos hídricos. A AdP Internacional | RC 2021 | 66

falta de valorização plena da água em todos os seus diferentes usos é considerada uma causa raiz, ou um sintoma, da negligência política da água e sua má gestão. Com demasiada frequência, o valor da água, ou o seu conjunto completo de valores múltiplos, não tem lugar de destaque em todas as tomadas de decisão.

Embora o termo “valor” e o processo de “avaliação” estejam bem definidos, existem muitas visões e perspectivas diferentes do que “valor” significa especificamente para vários grupos de utilizadores e partes interessadas. Existem também diferentes métodos para calcular o valor e diferentes métricas para expressá-lo

As diferenças na forma como a água é valorizada ocorrem não apenas entre os grupos de partes interessadas, mas também de forma generalizada dentro desses grupos. Essas perspectivas divergentes sobre o valor da água e as melhores maneiras de calculá-lo e expressá-lo, aliado ao conhecimento limitado do recurso real, apresenta um cenário desafiador para melhorias rápidas na valorização da água. Por exemplo, é inútil tentar comparar quantitativamente o valor da água para uso doméstico, o direito humano à água, crenças tradicionais ou religiosas, e o valor de manter os fluxos para preservar a biodiversidade. Nenhum destes devem ser sacrificados em prol da obtenção de metodologias de avaliação consistentes.

Na contabilidade económica tradicional, muitas vezes um meio importante de fundamentar as decisões políticas, o valor da água tende a ser determinado da mesma forma como a maioria dos outros produtos é avaliada — usando o preço ou os custos definidos nas transações económicas. Porém, no caso da água, não existe uma relação clara entre o seu preço e o seu valor. Onde a água é precificada, o que significa que os consumidores pagam por seu uso, o preço geralmente reflete um esforço de recuperar custos, e não o valor do que foi fornecido. No que diz respeito à determinação do valor, no entanto, a economia continua sendo uma ciência altamente relevante, poderosa e influente, embora sua aplicação precise se tornar mais abrangente.

Ainda assim, os diferentes valores da água devem ser harmonizados, inconsistências devem ser resolvidas e eventuais compensações devem ser incorporadas num planeamento sistemático e inclusivo e nos processos de tomada de decisões. O caminho a seguir, portanto, consiste em desenvolver uma abordagem comum de valoração onde for viável, mas também priorizar abordagens aprimoradas para comparar, contrastar e combinar diferentes valores e integrar conclusões justas e equitativas a formas aprimoradas de políticas e planeamento.

Perspectivas regionais

África Subsaariana

Estima-se que os recursos de água doce da África respondam por aproximadamente 9% do total mundial. No entanto, esses recursos estão distribuídos de forma desigual, com os seis países mais ricos em água da África Central e Ocidental detendo 54% dos recursos totais do continente, e os 27 países mais pobres em água detendo apenas 7%. A iniciativa Africa Water Vision 2025 oferece um marco para se alcançar a segurança hídrica e a gestão sustentável dos recursos hídricos. No entanto, o rápido crescimento populacional; uma governança hídrica e arranjos institucionais inadequados; o esgotamento dos recursos hídricos por meio da poluição; a degradação ambiental; o desmatamento; e investimentos insuficientes e insustentáveis em abastecimento de água e saneamento são alguns dos principais desafios para a realização do ODS 6 no continente.

Na África Subsaariana, atribuir valor à água tem sido uma tarefa desafiadora para muitos pesquisadores e especialistas em desenvolvimento, devido, pelo menos em parte, à limitação dos dados históricos de referência disponíveis. Os pesquisadores que estudam o valor da água têm se concentrado principalmente em usar o preço real pago ou à disposição do consumidor para pagar, adotando o método de valoração contingente. Os estudos que valorizam a água na África Subsaariana têm-se concentrado principalmente no uso doméstico da água.

Região Pan-Europeia

Atribuir valor à água é uma tarefa desafiadora dentro de qualquer país, mas quando se trata de atravessar fronteiras, os desafios são ainda maiores. Embora a valorização da água tenha uma importância cada vez maior na Região Pan-Europeia, os esforços para valorar a água, especialmente em bacias transfronteiriças, permanecem limitados em escopo e frequentemente adotam abordagens diferentes. Em geral, as abordagens discerníveis para valorar quantitativamente a água em bacias transfronteiriças visam à gestão de inundações, à redução do risco de desastres, aos sistemas de alerta precoce e aos serviços ecossistêmicos. Os benefícios económicos coletivos da cooperação transfronteiriça nesses aspectos, superaram em várias vezes os custos coletivos de investimentos em ações unilaterais.

A valoração quantitativa da água é significativamente mais desafiadora em contextos transfronteiriços, pois, muitas vezes, os dados necessários para os cálculos não existem. Os países que compartilham recursos hídricos frequentemente conferem diferentes ênfases aos valores, às necessidades e às prioridades dos setores relacionados com a água. A valoração de vários elementos é realizada com base em aproximações e, portanto, seus valores são muitas vezes subestimados, principalmente devido à falta de dados e à incapacidade de quantificar os benefícios indiretos. No entanto, existem várias abordagens amplas para identificar caso a caso os benefícios intersetoriais da cooperação hídrica transfronteiriça. Esses benefícios, quando reforçados, podem ajudar a aumentar o valor da gestão hídrica transfronteiriça, reduzindo assim os custos económicos e de “inação” ou cooperação insuficiente em bacias partilhadas.

América Latina e Caribe

O stress hídrico na região impulsionou uma série de conflitos, uma vez que vários setores, incluindo os da agricultura, hidroeletricidade, mineração e até de água potável e saneamento, estão competindo por recursos escassos. Alguns dos principais obstáculos para garantir processos de alocação eficazes dizem respeito à regulamentação deficiente, à falta de incentivos e/ou à falta de investimentos. Em última análise, todos esses fatores refletem o baixo valor que costuma ser atribuído aos recursos hídricos na região. Os custos de uso ou manutenção da água – uma vez outorgada a concessão ou o direito de uso – costumam ser nulos ou insignificantes para as hidroelétricas, mineradoras e até mesmo produtores rurais; às vezes, esses custos nem sequer são incluídos nos seus balanços financeiros. Isso representa um subsídio implícito e invisível que não reflete o valor estratégico da água nos múltiplos processos de produção e num contexto de mudança climática. A maioria dos países da região não alocou fundos suficientes para a aplicação adequada da lei em casos de poluição ou sobre-exploração. Embora os preceitos legais sejam de extrema relevância, a regulamentação e a monitorização, assim como incentivos adequados, são essenciais na região, não apenas para garantir uma melhor avaliação do papel e do valor da água, mas também para evitar a sobre-exploração e a poluição, particularmente num contexto de crescente instabilidade climática.

Ásia e Pacífico

Devido ao crescimento populacional, à urbanização e ao aumento da industrialização, a competição intersectorial por água tornou-se mais grave na região, ameaçando a produção agrícola e a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, afetando a qualidade da água. Muitas vezes, a água é um recurso relativamente escasso e valioso na região, e é provável que a sua escassez piore devido aos impactos da mudança climática. A captação não sustentável de água é uma grande preocupação na região, uma vez que alguns países retiram proporções insustentáveis de seu suprimento de água doce – excedendo a metade da disponibilidade total de água –, e 7 dos 15 maiores captadores de água subterrânea de todo o mundo estão na Ásia e no Pacífico. As águas residuais continuam a ser um recurso subutilizado na região. Na Ásia e no Pacífico, portanto, há a necessidade urgente de reaproveitar as águas residuais, assim como de combater a poluição da água e promover a eficiência hídrica, inclusive no setor industrial. Isso é especialmente urgente nos países menos desenvolvidos existentes na região, nas ilhas e nos países nos quais os recursos hídricos são particularmente escassos. A região tem assistido ao surgimento de diversas iniciativas positivas de valoração da água que alavancam novos modelos financeiros, de governança e de parcerias, principalmente na Austrália, na China, no Japão e na Malásia.

Estados Árabes

Poucas regiões valorizam a água tanto quanto a seca região árabe, onde mais de 85% da população vive em condições de escassez hídrica. Essa escassez aumentou a dependência de águas transfronteiriças, recursos hídricos subterrâneos não renováveis e recursos hídricos não convencionais. A quantidade de água doce que pode ser captada de forma sustentável provavelmente seria ainda menor se a qualidade da água também fosse considerada. A água é tão valorizada na região que é considerada um tema de segurança nas discussões bilaterais e multilaterais entre os Estados. Essa situação é agravada pelo facto de que mais de dois terços dos recursos de água doce disponíveis nos Estados Árabes atravessam uma ou mais fronteiras internacionais. No entanto, metodologias conjuntas para a valoração económica das águas transfronteiriças ainda não foram incorporadas nos acordos de cooperação, assim como há pouco financiamento para apoiar os esforços de gestão conjunta. Além disso, considerações de segurança nacional e o foco nos direitos sobre a água, tendem a dominar o discurso dos Estados ribeirinhos, embora existam iniciativas emergentes para valorizar a cooperação transfronteiriça e a análise hídrica voltada para a segurança climática e à mitigação de riscos relacionados com as águas transfronteiriças no Oriente Médio e no Norte da África.

Para que o valor total da água seja captado e esta seja considerada por todos como um direito humano, é necessário um investimento considerável em infraestrutura, tecnologias adequadas e uso de recursos hídricos não convencionais, para melhorar a produtividade, a sustentabilidade e o acesso para todos.

O ODS 6 em 2021⁴

Mesmo antes do COVID-19, o mundo já estava longe do caminho para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos até 2030.

⁴ Fontes: <https://www.unwater.org/>, <https://www.sdg6monitoring.org/activities/sdg-6-progress-update-the-world-is-off-track/>, <http://sdgiisd.org/>

Os dados mais recentes, disponíveis nos sete relatórios de indicadores dos ODS publicados pela Iniciativa de Monitorização Integrada da ONU-Água para o ODS 6 (IMI-SDG6), mostram que 2 bilhões de pessoas em todo o mundo ainda vivem sem água potável gerida com segurança e 3,6 bilhões sem saneamento gerido com segurança. Além disso, 2,3 bilhões de pessoas carecem de instalações básicas para lavagem das mãos com água e sabão em casa. A maioria das águas residuais é devolvida à natureza sem tratamento. Uma em cada cinco bacias hidrográficas do mundo está a passar por mudanças rápidas, como inundações ou secas com maior frequência e intensidade, e 80% dos ecossistemas de zonas húmidas já estão perdidos.

Apenas cerca de metade dos países do mundo têm leis, instituições e orçamentos avançados para a gestão sustentável e equitativa dos recursos hídricos. A participação da comunidade ainda não é ampla e em apenas 24 países todas as águas transfronteiriças estão cobertas por acordos operacionais para cooperação em água. Para além de tudo isto, as mudanças climáticas estão a aumentar a variabilidade do ciclo da água e atingir extremos em todas as regiões do mundo, causando estragos e deslocando milhões de pessoas. Quase 10% da população mundial vive em áreas com elevado *stress* hídrico.

Mais do que tudo, precisamos de políticos e formuladores de políticas a nível nacional para definir prioridades mais ousadas, porque os dados mostram que precisamos acelerar o progresso, em algumas áreas até quatro vezes mais rápido, para cumprir o ODS 6 nos próximos nove anos.

O ODS 6 Global Acceleration Framework, lançado em 2020 com o apoio total das Nações Unidas, define o que precisa ser feito. Dos relatórios de progresso lançados recentemente, duas ações imediatas emergem para a comunidade da água em geral:

Incentivar a recolha de dados nacionais e regionais

Só podemos gerir de forma sustentável o que medimos e, no momento, há muitas lacunas nos dados, apesar dos níveis heróicos e sem precedentes de relatórios durante o caos da pandemia.

No ano passado, o IMI-SDG6 combinou os esforços da OMS, UNICEF, ONU-Habitat, PNUMA, FAO, UNECE e UNESCO (como agências de custódia dos vários indicadores globais do ODS 6) para chegar aos países com solicitações de dados: isso foi o nosso '2020 Data Drive'.

A COVID-19 causou dificuldades extremas para os pontos focais nacionais do ODS 6 em todos os países, com pessoas forçadas a trabalhar em casa com poucos equipamentos, poucas consultas presenciais e muitas atividades de coleta de dados canceladas. Dadas as circunstâncias, os pontos focais fizeram um esforço notável. Em média, os Estados-Membros da ONU agora têm dados sobre 8,2 dos 12 indicadores (acima de 7,0 em 2019), e o número de relatórios sobre nove ou mais indicadores aumentou de 37 em 2019 para 92.

Apesar desse progresso significativo, permanecem grandes lacunas de dados para alguns indicadores, normalmente aqueles que dependem de redes de monitorização *in situ*, como a qualidade da água e aquíferos. Por exemplo, muitos países baseiam os seus relatórios de qualidade da água ambiente com relativamente poucas medições; os 20 países mais pobres relataram apenas 1.000 corpos de água no total, enquanto os 24 mais ricos relataram cerca de 60.000. Resolver estes problemas é um esforço a longo prazo e de capital intensivo.

Nossos pontos focais de monitorização do país sabem melhor do que ninguém sobre os benefícios e custos de sistemas robustos de monitorização da água e do saneamento e a necessidade urgente de estabelecê-los. Encorajamos os funcionários de alto nível nos ministérios nacionais a ouvir o que os pontos focais têm a dizer. E, à medida que continuamos nossas atividades de capacitação nos países, também pedimos aos parceiros de desenvolvimento que apoiem esse

trabalho. Convocamos os académicos, o setor privado e a sociedade civil a contribuir para o esforço conjunto, trazendo os seus conjuntos de dados de água e saneamento para a mesa.

Ajudar os políticos e os decisores a tomar medidas informadas

Sem dados, tomamos decisões no escuro. Com os dados, podemos priorizar nossos esforços para onde eles são mais necessários, determinar se alcançamos os resultados desejados e saber quais as soluções que estão a funcionar e quais as que não estão, permitindo-nos direcionar recursos com base nessas leituras. Os dados são realmente a força vital da tomada de decisões e a matéria-prima para a prestação de contas.

O que todos os especialistas em água precisam pensar é como os dados da água e do saneamento podem ser convertidos em informações, de forma que os decisores e os políticos possam agir sobre eles. Por exemplo, no IMI-SDG6, estamos a alimentar as reuniões anuais do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) e a próxima Revisão Abrangente de Meio Termo da Década de Ação pela Água, que se reunirá em 2023. E a nível nacional, estamos cada vez mais focados em apoiar a capacitação sobre o uso de dados para políticas. O IMI-SDG6 também gerem o SDG 6 Data Portal, que apresenta os dados mais recentes sobre todos os indicadores do ODS 6 por país e região.

A Agenda 2030 só pode ser alcançada se capitalizarmos plenamente as interligações e a natureza integrada de todos os ODS. A recolha coordenada de dados e a sua análise conjunta são cruciais. À medida que aprofundamos a leitura dos dados da água e saneamento, devemos trazer dados e especialistas de outros setores, incluindo os de planeamento urbano, saúde, agricultura e energia.

Ganhos dramáticos em água e saneamento são possíveis quando os governos e todas as partes interessadas da sociedade se unem. Garantir que haja água e saneamento para todas as pessoas, para todos os fins, até 2030 ajudará a criar uma sociedade global à prova de futuro contra diversas ameaças que surgirão.

Precisamos fazer muito mais em todas as metas do ODS 6 e fazê-lo muito mais rapidamente. Isso é crucial para a paz, o desenvolvimento sustentável, a ação climática e o bem-estar humano. Sabemos para onde precisamos ir e os dados ajudarão a iluminar o caminho.

O Negócio em 2021

Acompanhando as tendências mundiais, em 2021, a actividade comercial da AdP Internacional centrou-se na **identificação de novas oportunidades de projetos** no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiados pelas principais instituições de financiamento multilateral e apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional.

Os projetos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque na procura de novas oportunidades de projecto. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano.

No entanto, e dando sequência à estratégia delineada para o triénio, foi feito um esforço significativo para diversificar as regiões de intervenção, identificando múltiplas oportunidades de negócio noutros países e respondendo a processos de

procurement em geografias novas. Esta abordagem comercial assentou na identificação de parceiros internacionais e nacionais estratégicos e na constituição de consórcios com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

É relevante lembrar que a atividade comercial desenvolvida pela AdPI nos mercados internacionais é condicionada pelos processos de procurement nas principais instituições financiadoras multilaterais. Genericamente, estes processos implicam uma fase de pré-qualificação, a que se segue a preparação da proposta comercial (no caso de sucesso na fase de qualificação) e a contratação.

Os registos históricos da atividade comercial mostram que, frequentemente, os períodos que medeiam a identificação da oportunidade até à contratação do serviço podem ser muito demorados, o que exige um ritmo continuado de resposta a oportunidades que surgem. Por outro lado, também é frequente a ocorrência de atraso no lançamento de concursos. Estes aspetos são os mais críticos para a manutenção de uma carteira adequada de contratos em execução. Para minimizar estes impactos, a AdPI tem procurado desenvolver uma abordagem proactiva junto dos clientes, nomeadamente no apoio à preparação de projetos financiáveis e na identificação das potenciais fontes de financiamento.

É de realçar, em 2021, a atividade desenvolvida em projetos financiados pelo Fundo Ambiental para os mercados dos países africanos de língua portuguesa e para a Tunísia e a Costa do Marfim. Em paralelo, foi possível ter sucesso numa nova proposta de Assistência Técnica em Angola, com o contrato a ser financiado pelo Banco Mundial.

Desempenho e eficiência operacional

Em 2021 deu-se continuidade à consolidação de mecanismos para assegurar a otimização do desempenho e eficiência operacional, tendo sido reforçado o processo de especialização de gastos e proveitos em todos os projetos em curso.

Foram ainda tidos em conta os seguintes aspetos:

- Definição clara de responsabilidades e áreas de atuação de cada colaborador, e, em paralelo, a criação de mecanismos tendo em vista o controlo e o acompanhamento da atividade diária da empresa, sob a forma de uma "coordenação de produção" que, a cada momento, assegure a mais adequada alocação de tarefas aos recursos humanos disponíveis.
- A identificação dos Processos chave para o negócio e dos respetivos Procedimentos a adotar, de modo a garantir que as atividades a desenvolver pelos colaboradores da AdP Internacional sejam inequívocas na sequência de sub-tarefas/etapas a implementar, quais os intervenientes e suas responsabilidades, e finalmente, no tipo de registos a produzir por forma a assegurar a rastreabilidade do histórico das atividades.

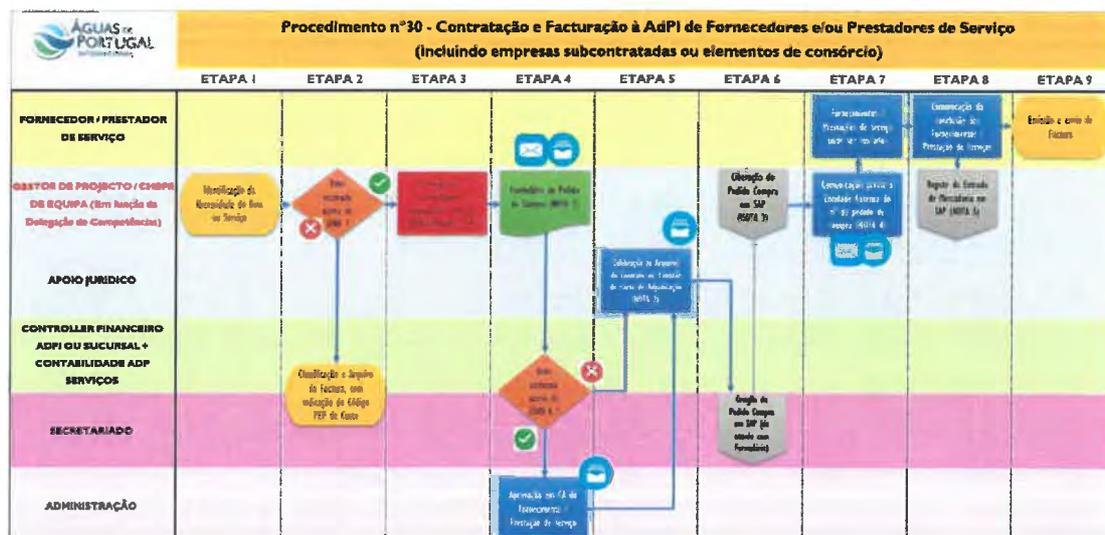
Tendo presente estes objetivos, e dando continuidade ao trabalho já iniciado em 2016, estão em implementação 14 procedimentos considerados como prioritários, respeitantes a:

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM VIGOR



Macro-processo	Processos		Procedimentos
	Nível 1	Nível 2	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO	Identificação de Oportunidades	Seguimento periódico "reactivo" de oportunidades	P01 Identificação de oportunidades em aberto (Mdi / Propostas)
		Seguimento periódico "pro activo" de oportunidades	P02 Mapeamento de Oportunidades em forecast/pipeline
		Preparação da Proposta	P10 Preparação da Proposta Financeira
GESTÃO DE CONTRATOS	Kick-off do Projecto em Portugal	Definição da Logística necessária para o Projecto	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
			P21 Emissão de Vistos e Passaportes
			P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
			P29 Facturação ao Cliente
ORGANIZAÇÃO INTERNA	Desenvolvimento do Projecto	Facturação e Cobrança	P30 Facturação à AdPI de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço
			P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
		Aquisição de viagens e alojamentos	P21 Emissão de Vistos e Passaportes
			P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
			P34 Aquisição de serviços e equipamentos
			P39 Criação e Actualização de Bases de Dados (CV para propostas, Listas de Referências)
			P40 Gestão da documentação legal de suporte à actividade da AdPI

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de um procedimento em vigor:



Mantém-se em vigor o controlo da alocação de tempo e de custos de cada um dos elementos da AdP Internacional na sede às diferentes propostas e projetos em cursos, através do preenchimento de uma Folha de Ocupação Semanal em SAP (time-sheet), para registo do trabalho realizado nos períodos precedentes, bem como do preenchimento de um designado "Plano de Cargas", com a estimativa das afetações previstas para os períodos subsequentes ao registo semanal.

A análise dos registos das folhas de ocupação semanal mostra que a equipa de sede da AdP Internacional alocou o seu tempo a trabalhos para projetos concretos (produção) e para a área de desenvolvimento de negócio, o que permitiu uma afetação mais otimizada dos recursos e a redução dos custos de estrutura da empresa.

Principais indicadores de atividade

Com base no sistema de controlo e acompanhamento das ações comerciais e no processo de preenchimento da time-sheet da AdP Internacional, é possível medir a atividade da empresa e obter informação relevante para a estratégia adotada pela empresa nos últimos anos.

No quadro seguinte apresentam-se esses indicadores para 2021, 2020 e 2019.

	2021	2020	2019
Alocação da equipa de sede a projetos	77%	64%	76%
Número de Mdl submetidas	7	14	4
Número de propostas submetidas	9	13	18
Número de ações comerciais com empresas portuguesas (Mdl e propostas)	3	4	2
Número de novos países com abordagem comercial	-	4	5

Perspectivas para 2022

O ano de 2022 será o ano de maior relevância para a atividade da AdP Internacional na última década. O início de um novo contrato financiado pelo Banco Europeu de Investimentos, em Angola, associado aos 3 contratos de assistência técnica naquele país (nas províncias do Bengo, Cunene e Huíla), serão fundamentais para assegurar a sustentabilidade da atividade da empresa durante o ano de 2022.

As perspetivas na área de desenvolvimento de negócio são positivas, embora venham a exigir uma forte afetação de recursos da equipa de sede, que terá também de assegurar a gestão e parte da execução dos projetos em curso. Uma das prioridades nesta área é a melhoria contínua da qualidade das propostas técnicas apresentadas e o aumento da competitividade da AdP Internacional, tirando partido de todo o potencial da inovação em produtos e em soluções desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP.

Destaca-se ainda o elevado número de pré-qualificações a propostas apresentadas durante o ano de 2021, que deverão ter sequência no próximo ano, nomeadamente o mercado tunisino, onde a AdP Internacional participa num consórcio para o concurso de operação e manutenção dos sistemas de saneamento e ETAR de Tunes Norte, bem como o mercado libanês, que deverá ter um impacto positivo na atividade da AdP em 2022, fruto da assinatura de um contrato de assistência técnica com a empresa DAI, financiado pela USAID, e cujo âmbito passa pela reforma e apoio institucional das 4 empresas de água e saneamento daquele país.

A atividade comercial continuará alinhada com a estratégia definida nos últimos anos, procurando alargar a área de atuação da empresa a mercados nas vizinhanças dos mercados considerados prioritários, nomeadamente no Norte de África

(Marrocos, Argélia e Tunísia), na África Ocidental (Costa do Marfim e Senegal) e, eventualmente, nalguns países asiáticos e outros em que a experiência do Grupo AdP seja considerada relevante para as Instituições Financeiras Multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Outro dos pilares estratégicos da AdP Internacional é a consolidação de parcerias com empresas portuguesas e a identificação de parceiros internacionais com forte implantação em geografias menos tradicionais para a AdP Internacional, mas com elevado potencial de negócio face aos financiamentos multilaterais disponíveis.

Em 2022, a AdP Internacional manterá a trajetória de sustentabilidade económica e financeira, a par de uma crescente especialização em áreas-chave para os mercados onde está presente. Em consonância com a estratégia definida, na abordagem a novos mercados e novos contratos, manter-se-á o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdP Internacional se venha a envolver, de forma a permitir a melhoria da margem operacional.

É de relevar ainda, o estreitar do relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta Instituição Financiadora Multilateral designado "Utilities of the Future", bem demonstrador das competências técnicas do Grupo Águas de Portugal e do reconhecimento que nos é devido por aquela Instituição.

Sucursais e subsidiárias

Sucursais



Angola continuou a assumir-se como uma das grandes prioridades no desenvolvimento de negócios da AdP Internacional. Através da sucursal (AdP Angola) foi dada continuidade ao trabalho de implementação do nome da AdP neste mercado.

O ano de 2021 foi caracterizado pela continuidade dos dois contratos com Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pelo arranque de dois novos contratos, um na província da Huila, financiado pelo Banco Mundial e outro de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento.



Na Guiné-Bissau, 2021 foi marcada pela continuidade da participação no Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial.



A Sucursal da AdP Internacional em São Tomé e Príncipe foi aberta no final do ano de 2018.

Esta Sucursal surge naturalmente no decurso dos projetos que, desde 2017, se têm vindo a realizar no país e na vontade de continuarmos a assumir como um parceiro importante no desenvolvimento do país na área do abastecimento de água e do saneamento.

Em dezembro de 2019 finalizou-se o Projeto de Cooperação iniciado em 2017 e que trouxe substanciais melhorias para os 16 Sistemas de Abastecimento de Água sobre a responsabilidade da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe).

O ano de 2020 foi marcado por esforços para dar seguimento à colaboração com a EMAE e ao seguimento do trabalho realizado nas 2 ilhas e esforços de ajuda com o país face a esta situação pandémica e por um esforço de ajuda e cooperação através da colaboração com a ONGD-LD Leigos para o desenvolvimento com objetivo colaborar na identificação e desenho de uma solução mais reforçada e melhorada para o abastecimento de água às populações de Porto Alegre e Vila Maianza.



No decurso do ano de 2021, a AdP Internacional desenvolveu 4 Assistências Técnicas em Cabo Verde, a saber:

Projeto PHOS-VALUE, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do sector de tratamento e reciclagem de águas residuais em Cabo Verde através da validação e implementação de novas soluções estruturais (soluções sustentáveis) para tratar e reciclar efluentes como biofertilizantes para agricultura e/ou outras aplicações industriais.

Projeto Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água.

Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas.

Projeto Roadmap dos Resíduos Sólidos em Cabo Verde.

Subsidiarias



Capital Social: 5 000 USD

Em Timor-Leste, em 2020 o consórcio AdP Timor-Leste/Engidro iniciou o desenvolvimento do contrato RFP039 com o objetivo de desenvolver soluções, ao nível de projeto de execução, de sistemas de água e saneamento para as capitais de Município de Baucau, Los Palos, Same e Viqueque.

No final de 2020, deu início o desenvolvimento dos Planos Diretores de Água e Saneamento para as capitais de Município de Ainaro, Bobonaro e Covalima.

Em termos operacionais, em 2021, foi dada continuidade à assistência técnica desenvolvida no âmbito dos projetos em curso. Os resultados da empresa foram ligeiramente positivos, reflexo da eficiência operacional das equipas afetas à execução dos projetos em curso.



Capital Social: 2 476 580 MZM

A Aquatec tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, constituindo-se como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios nas referidas áreas, com particular enfoque nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção.

Em termos operacionais, em 2021, foi dada continuidade à assistência técnica às Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

O ano de 2017 foi um ano de reestruturação da empresa, tendo sido eliminada a função de diretor-geral a partir de junho, decisão que se manterá em vigor até que o volume de atividade da empresa justifique uma alteração. Esta decisão teve um impacto significativo nos gastos operacionais no segundo semestre do ano e permitiu o equilíbrio económico e financeiro da empresa em 2018. Em 2019, os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto das atividades da Missão Apoiar Moçambique suportadas pela empresa. Em 2020, os resultados da empresa sofreram o impacto negativo do redébito por parte da AdP Internacional à Aquatec do sistema de gestão comercial (Aquamatrix) referente ao período 2016 a 2020.

Em 2021 os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto da realização de algumas missões comerciais realizadas durante o ano, com o objetivo de preparar a atividade futura da AdP Internacional no país.

Sustentabilidade e Desempenho

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A presente matéria é objeto de necessário desenvolvimento no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. Desde 2008 que o Grupo AdP, onde se integra a AdP Internacional, publica o seu relatório de sustentabilidade o qual relata de forma consistente e transparente a responsabilidade económica, social e ambiental do Grupo. Integra o balanço consolidado da atividade de todas as empresas do grupo reportando o seu desempenho e evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

Esta publicação permite um estreitar de relações com todos os seus stakeholders. A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2021, será desenvolvido em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI - Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, que será sujeito a verificação por entidade externa, pode ser consultado, quando disponível, no sítio da internet da AdP, através do link: <http://www.adp.pt/pt/comunicacao/publicacoes/?id=42> e do SIRIEF (<https://sirief.dgtrf.pt>).

Em 2021 o Grupo AdP revisitou a sua estratégia de sustentabilidade alinhando-a com o Quadro Estratégico de Compromisso, onde foi sistematizada a visão do Grupo até 2030, e em 2022 assumirá as 7 ambições, objetivos e metas até 2025. A AdP Internacional tem alinhada a sua estratégia em matéria de Sustentabilidade com o Grupo.

Esta estratégia resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio (QEC), da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact, no âmbito das Nações Unidas, e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A AdP Internacional enquanto empresa pertencente ao universo AdP, alinha a sua estratégia de sustentabilidade com a estratégia de sustentabilidade do Grupo.

O ano 2021 foi o ano de transição da estratégia revista em 2017 e as ambições, objetivos e metas a assumir de 2022 a 2025, pelo que, durante o ano de 2021 a AdP Internacional observou os seguintes Princípios e Compromissos, até então definidos:

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

De realçar em 2021

- O ano de 2021 voltou a ser um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia COVID-19. Neste contexto, continuámos a prosseguir o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência.
- Implementámos em tempo o Plano de contingência de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos nossos/as trabalhadores/as bem como para a continuidade das nossas atividades. Garantimos a segurança e saúde dos nossos/as trabalhadores/as tanto das estruturas operacionais como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. E continuamos a disponibilizar EPI's adequados, apoio psicológico, ginástica laboral, entre outros a todos os nossos/as trabalhadores/as.
- Na AdP Internacional, foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência para a COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde, que vem complementar os respetivos planos operacionais e de emergência.
- Foi e continua a ser dada especial atenção à sensibilização e informação de todos os trabalhadores/as para a adoção dos imprescindíveis comportamentos individuais de higiene pessoal e de conduta social, quer em situação de trabalho quer na vida pessoal.
- O Compromisso de Integridade do Grupo AdP do qual a AdP Internacional é parte integrante, foi apresentado publicamente em dezembro de 2021 e assenta num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública e foi subscrito por todas as empresas do Grupo. A Política de Integridade do Grupo AdP apresenta a nossa visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso das empresas constituintes com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.
- No âmbito da saúde e bem-estar, alinhada com a nossa política no âmbito da Conciliação, continuámos com: (i) o programa de Ginástica, disponibilizado três vezes por semana, aos (às) trabalhadores/as, em horário pós-laboral (ii) com a disponibilização de consultas de apoio psicológico, a todos(as) os (as) trabalhadores(as) e famílias (iii) e com o programa da distribuição de fruta que consiste na distribuição de fruta diária vinda diretamente de pequenos produtores nacionais.
- A AdP Internacional, nas auditorias realizadas no ano de 2021, garantiu a renovação da certificação dos seus processos com base nos normativos fixados pela NP EN ISO 9001:2015 (Qualidade), NP EN ISO 14001:2015 (Ambiente), OSHAS 18001:2007 (Segurança) - a 25 de outubro de 2021 -, a renovação da certificação dos seus processos com base no normativo fixado pela SA 8000 (Responsabilidade Social) - a 20 de dezembro de 2021 - e a manutenção da certificação com base no normativo fixado pela NP 4552:2016 (Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal) - a 7 de outubro de 2021 -;
- Na vanguarda da tendência mundial, e na sequência da Adesão do Grupo AdP em 2009 aos compromissos do Global Compact - UNGC que abrangem as áreas dos direitos humanos, das práticas laborais, da proteção ambiental e os mecanismos anticorrupção sendo anualmente validadas as nossas ações pela UNGC através do Relatório de Sustentabilidade, neste exercício de 2021, as empresas do Grupo AdP, onde se inclui a AdP Internacional, subscreveram a adesão ao Global Compact das Nações Unidas, integrando por essa via a Global Compact Network Portugal (GCNP).

- Nesse âmbito, as empresas do Grupo AdP assumem o compromisso de que as suas estratégias e políticas empresariais respeitam integralmente os 10 princípios consagrados pelas Nações Unidas no Pacto Global, que envolvem os direitos humanos e do trabalho, proteção do ambiente e combate à corrupção, assumindo ainda o compromisso de implementar e difundir esses princípios dentro da sua esfera de influência.
- O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo águas de Portugal onde se integra a AdP Internacional, tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades desde a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD, o Fórum IGEN, a Carta Portuguesa para a Diversidade entre outros, todos alinhados para o desenvolvimento sustentável. Também em 2016 subscreveu a Carta Portuguesa para a Diversidade, iniciativa da União Europeia, com o objetivo de encorajar os empregadores a implementar e desenvolver políticas e práticas internas de promoção da diversidade e em 2021 torna-se associado da APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão e do GRACE - Associação Empresas Responsáveis
- O programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo, no qual a AdP Internacional também contribui, tendo em vista o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es sendo este um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2021, nesta que foi a edição com maior número de candidaturas apresentadas, foram atribuídas 64 bolsas de estudo, 33 bolsas destinadas ao Ensino Superior e 31 bolsas destinadas ao Ensino Especial no valor de 1.200 euros cada. No âmbito do programa de atribuição de bolsas de estudo já foram atribuídas até à data no Grupo 328 bolsas.
- Foi definida a Estratégia de Inovação 360º, através da qual se assume a inovação como vetor de agilização e aceleração do compromisso do Grupo AdP para a década, definindo o caminho na evolução de paradigma necessária para responder aos novos desafios sociais. Neste âmbito, ao longo de três anos, o Grupo AdP vai alocar mais de um milhão de euros a um fundo criado especificamente para financiar novos projetos e acelerar a inovação estratégica.
- A assinatura de dois contratos com o Ministério de Energia e Águas da República de Angola, no montante de 10,5 milhões de dólares com financiamento do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento, relativos à assistência técnica para desenvolvimento de serviços de abastecimento de água e de saneamento que irão beneficiar 2,5 milhões de pessoas em diversas províncias, marcaram a atividade internacional em 2021.
- Em maio foram apresentados os resultados do Covidetect, o projeto de investigação iniciado em 2020 e desenvolvido por um consórcio integrando várias empresas do Grupo AdP, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico com vista a criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2 nas águas residuais e contribuir para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença.
- Como tal, o Grupo AdP tem vindo a desenvolver estratégias de combate às alterações climáticas, tendo assumido o compromisso de atingir a neutralidade energética em 2030, através do Programa ZERO, o qual envolve todas as empresas e atividades do Grupo, incluindo as desenvolvidas a nível internacional. O Programa contempla a redução do consumo de energia elétrica e o aumento da produção própria de energia 100% renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito de estufa, até atingir a sua neutralidade. Esta iniciativa vem reforçar o compromisso assumido, em 2019, ano em que assinámos a carta “Business Ambition for 1.5° C”, promovida pelo United Nations Global Compact.

- No que respeita à promoção da economia circular no ciclo urbano da água, destaca-se o Plano de Ação para a Reutilização do Grupo AdP, tendo como objetivo identificar as instalações de tratamento com viabilidade de produção de água para reutilização (ApR), os potenciais usos e as necessidades de investimento para assegurar os níveis de tratamento em conformidade com as normas de qualidade exigidas e para a construção dos sistemas de distribuição de ApR, ajustando-se à procura que, em cada momento, se vier a observar.
- Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2021 continuamos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social. O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP Internacional, volta a associar-se ao projeto "Engenheiras Por Um Dia" que tem por objetivo promover, junto das jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, a opção pelas engenharias e pelas tecnologias, desconstruindo a ideia de que estas são áreas masculinas e combater os estereótipos que condicionam as suas opções escolares e de carreira. Este Projeto está integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal Mais Igual;
- A AdP Internacional apoiou este ano novamente o estágio da Taniça, uma das participantes do programa "CHANGE" no âmbito do projeto de empreendedorismo feminino Girl Move. A Girl Move é uma Fundação que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de entre-ajuda e cooperação entre pares, intergeracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar estas jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar
- O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP Internacional, continuou a ser parceiro do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2021. No quadro da nossa estratégia de responsabilidade social apoiamos o desporto para todos e este apoio, vai de encontro à nossa missão. Era já esse o nosso objetivo quando apoiámos a Seleção Portuguesa de Natação Adaptada para os Jogos Paralímpicos de 2012, que se realizaram em Londres.
- A AdP Internacional tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Para além desta Política específica, a existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o próprio Código de Conduta e Ética e as certificações nas normas de Responsabilidade Social SA8000 e na norma da conciliação entre a vida pessoal profissional e familiar solidificam esta temática.
- O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP Internacional está também entre as oito Empresas Bandeira portuguesas que lideram o objetivo de alcançar 40% de mulheres em cargos de decisão até 2030, tendo subscrito em 2021 a Meta Nacional para a Igualdade de Género, ato que reitera o objetivo de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades e da participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais.

O Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O RS corporativo é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas bem como na intranet.

Stakeholders

A AdP Internacional está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais, em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Sistema de Controlo Interno é Controlo do Risco

A Águas de Portugal Internacional e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdPI se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

• Informação e Comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 foi concluído na AdPI o mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. O trabalho, iniciado no 4.º trimestre de 2020, respeitou o cronograma temporal definido inicialmente, tendo sido integralmente concluído, conforme previsto inicialmente, no final do 4.º trimestre de 2021.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da AdPI, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdPI sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na AdPI, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

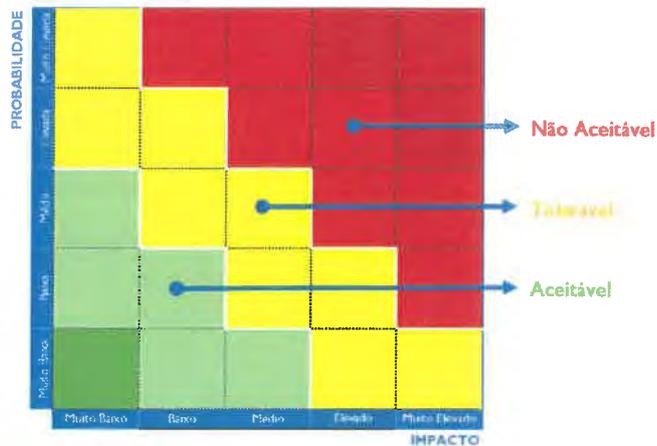
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e

gipf

- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdPI, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdPI e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a AdPI se encontra exposta, são os seguintes:

- **Eventos Climáticos Extremos** – Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.
- **Falha das medidas de ciber segurança** – Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização.
- **Cambial e commodities** – Risco de as demonstrações financeiras da organização serem afetadas pela sua exposição à variação cambial e de commodities no mercado monetário.
- **Gestão de talentos** - Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
 - o um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização;
 - o uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
 - o uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e
 - o uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- **Compras** – Risco de incumprimentos de e para com fornecedores que conduzam a ruturas de stock e/ou diminuição da qualidade dos produtos adquiridos e dos serviços contratados.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Risco Financeiro

O risco financeiro encontra-se explicado no ponto 2 da COL.

Gestão do Capital Humano

A AdP assume, no âmbito da sua política corporativa de gestão de recursos humanos, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento e a valorização contínua de todas/os as/os trabalhadoras/es contribuindo, desta forma, para o seu envolvimento e para uma cultura de responsabilidade, autonomia, iniciativa, meritocracia, exigência interna, excelência de serviço e utilidade social, promovendo a sustentabilidade do Grupo AdP.

O ano de 2021 correspondeu a um ano de implementação e manutenção de muitos compromissos, destacando-se a rápida adaptação das nossas pessoas a uma realidade híbrida marcada pelo regresso faseado ao encontro presencial nos nossos escritórios, e à realização, mesmo nesta envolvente, de diversos estudos e projetos de diagnóstico interno e de benchmarking nacional e internacional.

Tratando-se de um ano de mudança e readaptação, deu-se continuidade ao trabalho de **diagnóstico** aos grandes processos de recursos humanos iniciado em 2020, incluindo um diagnóstico completo ao ciclo de pessoas, do qual resultou na identificação de projetos de continuidade para efetivar a atualização, modernização, simplificação e transversalidade da gestão de recursos humanos no Grupo AdP, colocando as pessoas no centro desta discussão.

Desde 2018 que todos/as os/as trabalhadores/as do Grupo AdP estão abrangidos/as pelos **Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)** vigentes, nos quais estão previstos princípios de igualdade e não discriminação e direitos de personalidade, bem como temas como os direitos, deveres e garantias das empresas e dos/as trabalhadores/as, as categorias profissionais e os descritivos de funções, as carreiras profissionais, a organização e prestação do trabalho, as prestações pecuniárias, os equipamentos de proteção individual e a formação profissional, entre outros.

O ano 2021 marcou, igualmente, o arranque dos trabalhos das comissões paritárias associadas aos ACT, visando esclarecer quaisquer questões que pudessem existir em termos de interpretação dos respetivos clausulados.

Após a revisão da nossa **política remuneratória** em 2020, complementar aos Acordos Coletivos de Trabalho, avançámos com a aplicação da mesma a todos/as os/as trabalhadores/as do Grupo AdP. Esta política define as regras quanto à atribuição de subsídios, e outras remunerações complementares não reguladas em sede de ACT, continuando a permitir a adaptação e uma flexibilidade das práticas de gestão de recursos humanos às reais necessidades da empresa.

De salientar que em 2021 foi igualmente realizado um projeto que visou a análise salarial, incluindo benchmarking nacional e internacional, permitindo constatar a realidade do Grupo AdP.

A **formação** dos/as trabalhadores/as é uma aposta forte da política de gestão de recursos humanos, com um foco no saber, no fazer, no partilhar e no ser. Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Além dos programas de formação desenvolvidos à medida, com incidência não só nas competências técnicas, mas também nas comportamentais e pessoais, todos/as os/as trabalhadores/as foram ainda incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que

contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual. A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a **valorização profissional** ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins do Grupo AdP é igualmente incentivada e suportada.

Em 2021 materializámos o modelo dos nossos webinars internos e quinzenais, designados por **AdP T@lks**, os quais foram realizados em formato digital e abertos a todos/as os/as trabalhadores/as do Grupo AdP. Com o objetivo de inspirar e promover novas formas de pensar e de estar, realizámos 22 sessões ao longo de 2021, com convidados/as internos/as e externos/as, que nos trouxeram reflexão, abertura ao mundo e novas perspetivas.

O Programa de **Liderança Consciente** foi criado com a missão de promover vitalidade, paixão, propósito e coesão na liderança do Grupo AdP, nas suas organizações e em seu redor, tornando as equipas mais comprometidas, trabalhando mais e melhor, com melhores resultados, maior espírito de equipa e maior motivação e realização pessoal. No decorrer de 2021 foram realizados 8 grupos de formação, compostos pela alta gestão (administradores/as e diretores/as e responsáveis de primeira linha). Demos assim os primeiros passos naquele que é um caminho em que acreditamos e nos revemos – a liderança pelo exemplo.

O Sistema de **avaliação de desempenho** tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e o desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, pelo que se procura a maior transparência no desenvolvimento do processo. No decorrer de 2021 avaliámos a totalidade dos/as trabalhadores/as e iniciámos um trabalho de reflexão e revisão profundo sobre o atual sistema, tendo já sido definido um novo modelo de continuidade a implementar em 2022, que nos permitirá olhar para o desempenho da perspetiva do verdadeiro potencial individual, reforçando a máxima de que as nossas pessoas e o seu desenvolvimento são o nosso principal foco.

A **mobilidade interna** de trabalhadores/as é uma prática que valorizamos e estimulamos constituindo um fator importante na evolução profissional das nossas pessoas. O recrutamento interno de profissionais, para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de conhecimento específico, é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos/as trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. Na alocação a projetos internacionais recorreremos, sempre que possível, a trabalhadores/as internos/as como forma de capitalizar o conhecimento existente no Grupo AdP e a promover o desenvolvimento profissional das nossas pessoas.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, o Grupo AdP, com o objetivo de oficializar as práticas já existentes, monitorizá-las e desenvolver ainda melhores condições de trabalho aos/as trabalhadores/as, iniciou o processo para a certificação na norma NP 4552:2016, para a Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal. A AdP Internacional encontra-se certificada nesta norma desde 2019.

PRINCIPAIS INDICADORES (com referência a 31 de dezembro)

A AdP Internacional – sede e respetivas sucursais - conta com 38 trabalhadores/as no ativo. De salientar que a 31/12/2021, dois trabalhadores da AdP Internacional (sede) se encontravam com contrato suspenso por motivo de baixa prolongada, não relevando para o número de trabalhadores ativos àquela data.

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2021	38
AdP Internacional (sede)	14
Sucursal: AdP Angola	24
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0

Nas empresas subsidiárias da AdP Internacional, a 31 de dezembro de 2021 existia apenas 1 trabalhador ativo.

Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2021	
Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	1
Subsidiária: AdP Timor	0

A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP Internacional – sede e respetivas sucursais.

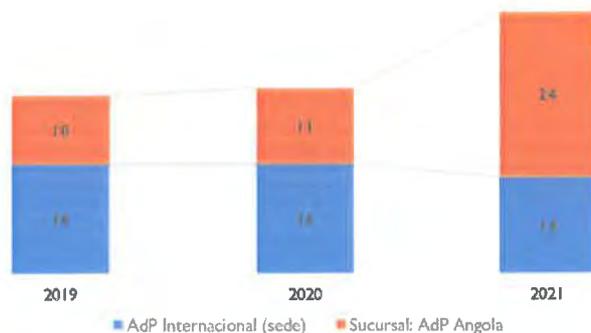
Caracterização da população ativa da AdP Internacional (sede e sucursais)

A população ativa da AdP Internacional no fim do ano de 2021 era de 38 pessoas, 37% na sede e 63% na sucursal de Angola. O aumento que se verificou no número de trabalhadores ativos ocorreu na sucursal de Angola, devido aos projetos que se encontram em curso.

A 31 de dezembro a empresa contava com 6 trabalhadores em situação de contrato suspenso, 2 dos quais por motivo de baixa prolongada, situação que se reflete na redução do número de trabalhadores ativos na sede, que passa de 16 para 14.

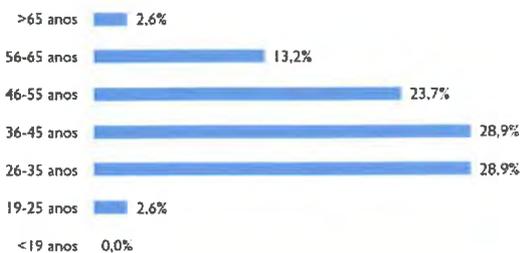


Número de trabalhadores/as ativos/as

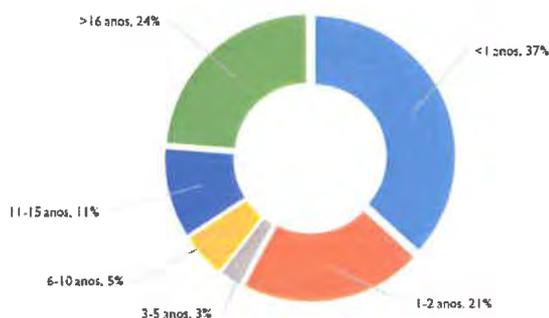


A média etária dos/as trabalhadores/as é de 43 anos, sendo que 82% se situa entre os 26 e os 55 anos de idade. A antiguidade média é de 8 anos, sendo que em 58% se verifica uma permanência na empresa inferior a 2 anos, situação que se justifica essencialmente com a entrada de novos/as trabalhadores/as para os projetos em curso na sucursal de Angola. A percentagem de trabalhadores/as com antiguidade superior a 16 anos é de 24%.

Distribuição etária

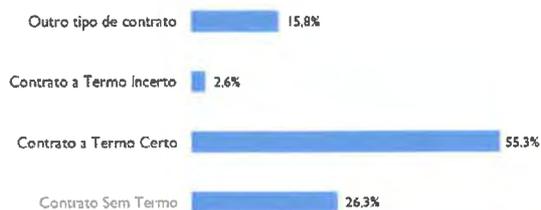


Antiguidade dos trabalhadores no ativo

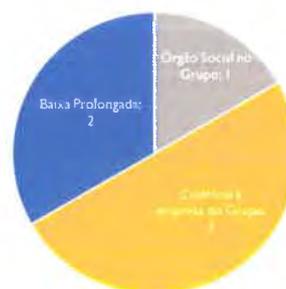


No que respeita ao vínculo contratual, 42,1% dos/as trabalhadores/as tem contrato sem termo (26,3%+15,8%), já que os contratos de cedência ocasional representam vínculos de contratos sem termo nas empresas de origem. Também no caso do vínculo contratual se destacam os/as trabalhadores/as afetos aos projetos da sucursal de Angola, com contrato a termo certo (55,3%).

Vínculo contratual



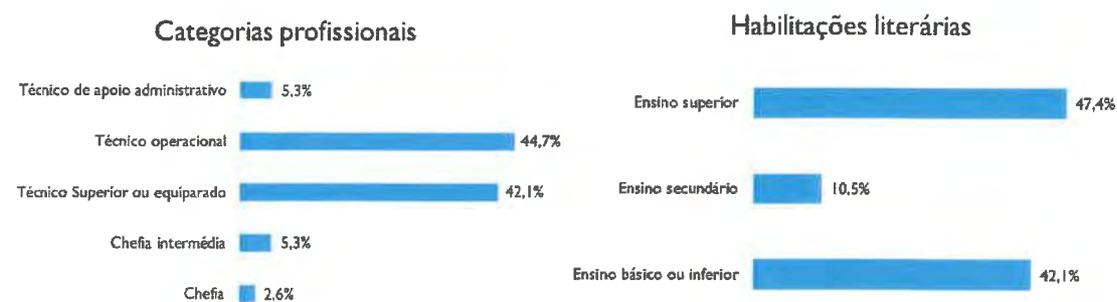
Trabalhadores com contrato suspenso



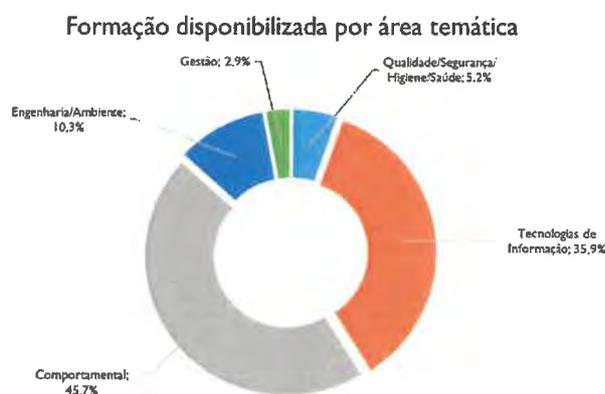
Jim F

Cerca de 42% dos/as trabalhadores/as do ativo são técnicos superiores e 44,7% são técnicos operacionais. Os lugares de chefia são ocupados por 2,6% dos/as trabalhadores/as ativos.

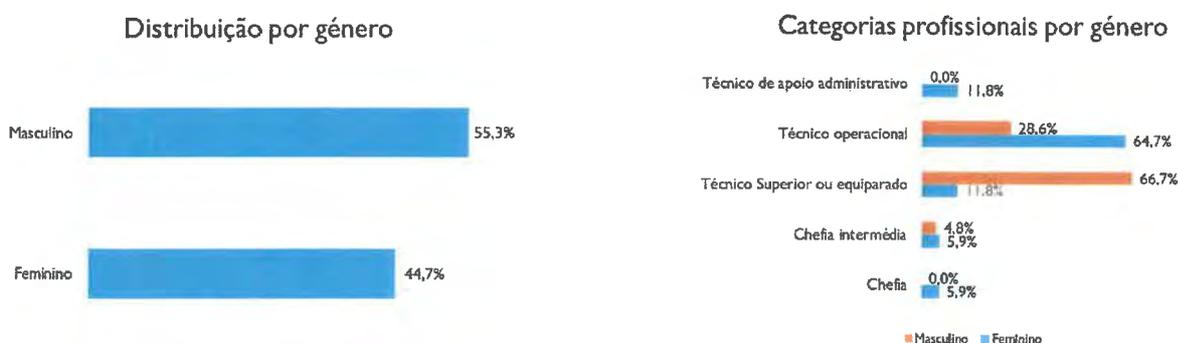
No que respeita às habilitações literárias, 47,4% tem formação superior e 42,1% tem o ensino básico ou inferior.



No ano de 2021 foram disponibilizadas 583 horas de formação a 17 formandos.



Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.



Handwritten signature

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

Un: m€

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2019	2020	2021	Var 2021 / 2019		Var 2021 / 2020	
				Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	3.491	3.544	6.262	2.772	79%	2.718	77%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	18	(79)	286	268	1517%	365	-462%
Margem EBITDA	1%	-2%	5%	0	801%	0	-305%
Resultado Operacional	(73)	123	83	155	-213%	(40)	-33%
Resultado Financeiro	(101)	(83)	(24)	76	-76%	58	-70%
Resultado Líquido	(219)	30	38	257	-117%	9	29%
Investimento	220	106	183	(37)	-17%	77	72%
Ativo Líquido	3.655	6.371	6.913	3.259	89%	542	9%
Passivo	3.692	6.160	6.675	2.983	81%	515	8%
PMP (dias)	188	248	150	(38)	-20%	(98)	-40%
PMR (dias)	418	661	105	(313)	-75%	(556)	-84%
Endividamento	1.700	4.200	4.010	2.310	136%	(190)	-5%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2021 com um resultado líquido positivo de 38 mil EUR. O cash-flow operacional foi positivo no valor de 286 mil euros.

Para este resultado contribuiu largamente o (re)início dos projetos que no ano de 2020 estiveram condicionados devido à pandemia Covid-19, nomeadamente os dois contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas Províncias do Bengo e Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o contrato de Assistência Técnica à EAGB na Guiné-Bissau, que esteve suspenso até abril de 2021.

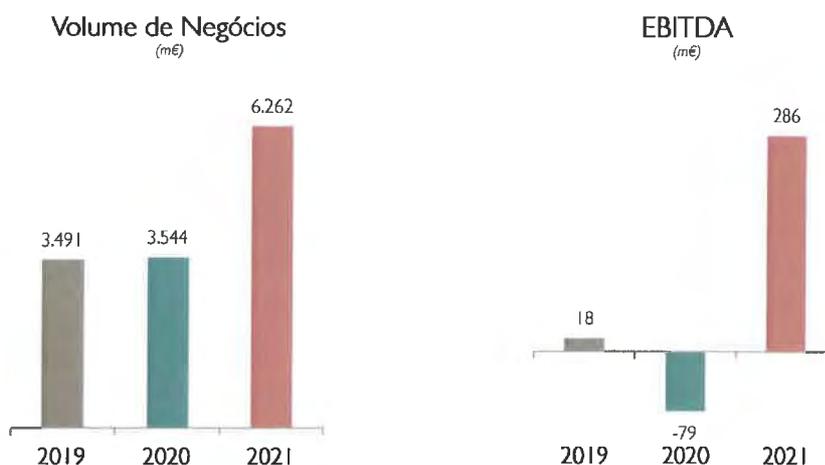
Adicionalmente o início de dois novos contratos, Assistência Técnica à empresa de águas da Huila financiado pelo Banco Mundial, e o contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento, em Angola, contribuíram, ainda que em menor escala, para aquele resultado.

AdP

Os gastos com Deslocações e Alojamento em 2021 sofreram alguns encargos adicionais resultantes da Pandemia Covid - 19 pelo facto de as equipas dos projetos em Angola terem que ficar hospedadas para cumprir com os períodos de isolamento obrigatório. Os fornecimentos e serviços externos foram também afectados devido a encargos adicionais resultantes da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e desinfeção.

Os gastos associados à frota automóvel acresceram devido ao aumento da frota operacional em Angola em duas viaturas e ao custo resultante da entrada em oficina, por acidente seguido de reparação prolongada, de uma das viaturas afeta ao projeto do Cunene.

Em 2021 o acréscimo do volume de negócios face a 2020 (2,7 milhões euros) acompanhou o acréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos (903 mil euros).



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução dos dois projetos nas províncias Angolanas do Bengo⁵ e Cunene⁶, iniciados no segundo semestre de 2019, que em 2021 traduziram-se em 4.798 mil euros de Volume de Negócios.

O projecto de AT EAGB⁷ embora tenha sido suspenso durante o período de 1 de janeiro a 31 de março permitiu o reconhecimento de 286 mil euros.

Os dois novos contratos, Assistência Técnica à empresa de águas da Huila⁸ e o contrato de Assistência Técnica ao projeto do Banco Europeu de Investimento⁹, em Angola, contribuíram com 579 mil euros e 59 mil euros respetivamente.

Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde¹⁰, originaram um impacto de 162 mil euros.

Ainda em 2021 foram terminados três contratos, Utilities Of the Future (EUA), Reforço das Competências Existentes em Cabo Verde na Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água – Fase 4 e Reforço da Resiliência dos Sistemas de Produção de Água Potável em Moçambique, que totalizaram 437 mil euros.

Adicionalmente, verificou-se um acréscimo dos Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais (95 mil euros), sobretudo resultado de diferenças de cambio favoráveis.

⁵ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo - Ref. Contrato (NC05-ISSUWSSSD/18).

⁶ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato. NC06-ISSUWSSSD/18.

⁷ Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau

⁸ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila - -- Ref. Contratct 78NC1/HUILA/19.

⁹ Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

¹⁰ Projeto Preparação do Roteiro de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água em Cabo Verde - Plano De Ação para a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e o RoadMap Resíduos em Cabo Verde.

O acréscimo dos Gastos com Pessoal (392 mil euros) reflete o incremento da atividade da empresa, nomeadamente em Angola, que por força da sua legislação exige, para a permanência no seu território dos consultores dos projetos em curso, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa de direito angolano.

Ainda para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos, a Sucursal de Angola celebrou contratos de trabalho a termo certo com trabalhadores até ao término dos respetivos projetos a quem prestam apoio.

Estas situações originaram uma variação líquida de + 13 colaboradores:

- Alteração do vínculo contratual de um colaborador qualificado em Angola para Contrato de Trabalho a Termo Certo;
- Quatro colaboradores para o projeto da Huila, em Angola, três Peritos no âmbito da regularização da situação do Visto de Trabalho e um, sem qualificações académicas, para apoio ao projeto, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Substituição de um colaborador sem qualificações académicas em Angola por um sem qualificações académicas para o projeto do Cunene, para apoio ao projeto, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Um Perito para o projeto do Cunene, no âmbito da regularização da situação do Visto de Trabalho;
- Quatro colaboradores, três sem qualificações académicas e um com qualificações académicas para apoio ao projeto do BEI, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Três colaboradores angolanos, um com habilitações literárias para apoio logístico aos projetos em curso em Angola e dois sem qualificações académicas para apoio geral aos projetos, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;

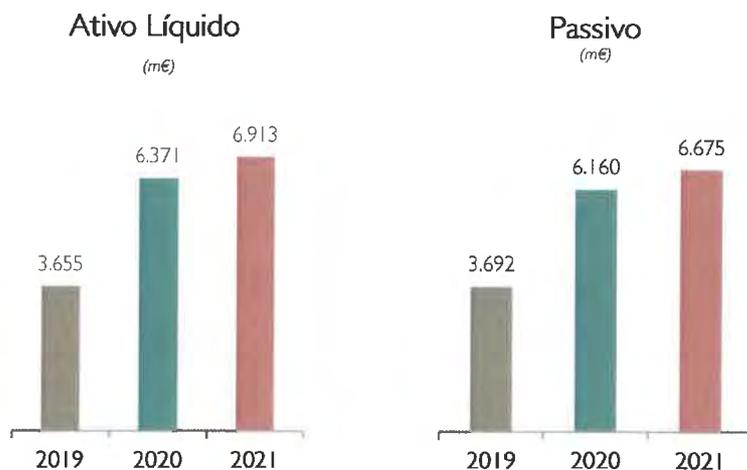
O Resultado Operacional favorável contribuiu para o EBITDA positivo de 286 mil euros.

Contribuiu ainda para o resultado a passagem, em sede de IVA, da Sucursal em Angola para o Regime Geral e a consequente faturação com a AdPI à taxa Legal em vigor de 14%, originando um acréscimo de custo de 322 mil euros refletido em Outros Gastos e Perdas Operacionais.

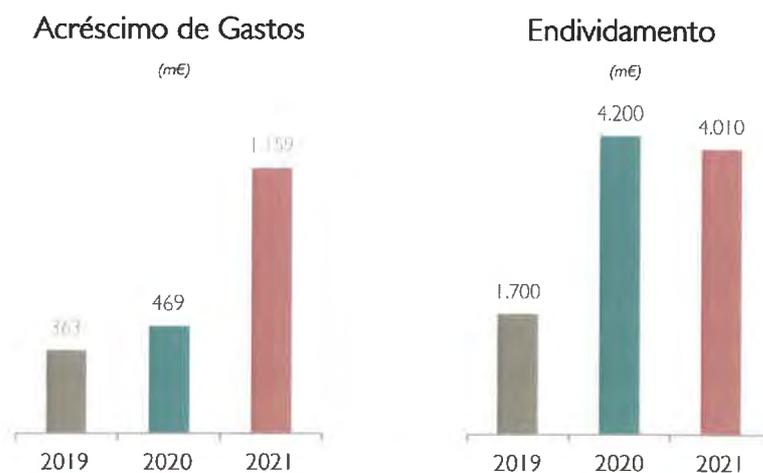
Em 2021 foi ainda registada uma provisão no montante de 78 mil Euros, relativo aos rendimentos das OT's Angolanas recebidos como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano e para as quais estava registada imparidade para a totalidade da dívida.

Finalmente, concorre para o resultado de 2021, o resultado financeiro negativo de 25 mil euros, reflexo dos juros suportados (68 mil euros) relativos ao endividamento junto da AdP SGPS.

O acréscimo do activo deve-se ao aumento da dívida de clientes pela estimativa da prestação de serviços no âmbito dos contratos, que apesar de não ter sido faturado correspondem a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).



A variação do Passivo decorreu do aumento do Acréscimo de Gastos, nomeadamente o IVA aplicado em Angola às faturas emitidas à AdPI pela Sucursal em Angola (322 mil euros) e pelos serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados (548 mil euros).

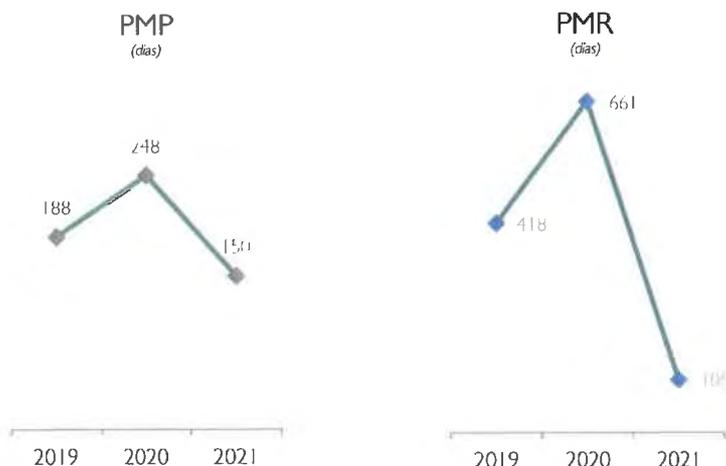


Por outro lado, o endividamento decresceu (190 mil euros em Apoios de Tesouraria), consubstanciando-se em:

- Suprimentos do acionista AdP SGPS, no valor de 3,6 milhões de euros;
- Apoios de Tesouraria da AdP SGPS, no valor 410 mil de euros.

J. A. J.

Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O indicador PMR diminuiu significativamente devido aos esforços realizados no sentido de recuperar os créditos em atraso, nomeadamente do cliente Ministério de Energias e Água de Angola financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento nas províncias do Bengo e Cunene.

Inovação e I&D

A AdP Internacional dá especial importância à inovação em todo o seu ciclo de atividade: desde a identificação de oportunidades até à execução dos contratos. A sua natureza de entidade que compete a nível internacional com os maiores *players* globais exige esta atitude proactiva de procura de inovação constante.

 **Confluence** Em resultado desse posicionamento, no início de 2021, a AdP Internacional implementou um software de gestão de projetos com o objetivo de dar resposta às necessidades existentes de partilha de informação dos diversos projetos onde a AdP Internacional atua. O Confluence é uma ferramenta composta por um conjunto de workspaces onde a gestão de projetos e de equipas estão interligadas no mesmo espaço.





Prémios e Louvores

Prémio PT Global Water Awards 2020-21 – Vencedor na categoria serviços



Internacionalização no Sector da Água com o Projecto CSAGOM – Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huíla (Angola)

Grupo Águas de Portugal em destaque na ONU

O Grupo AdP foi convidado a participar no evento organizado pela Delegação da União Europeia, pelas Missões Permanentes de Portugal, Moçambique e Antígua e Barbuda junto da ONU e pela Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Alliance of Small Island States), realizado no dia 17 de junho 2021, que teve como tema "Accelerating Adaptation in the

Handwritten signature/initials in blue ink.

Decade of Action for SDGs - Scaling up Planning and Mobilizing Finance for Adaptation Actions” e no qual foram apresentados exemplos de estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Cláudio de Jesus, Presidente da AdP Internacional, apresentou, nesta ocasião, dois exemplos de projetos realizados em países em desenvolvimento, com enfoque especial para a missão do Grupo AdP em Moçambique em 2019 (Humanitarian Aid Project - Response to Calamities Caused by Cyclones Idai and Kenneth Mozambique, 2019), na sequência da devastação causada pelos ciclones Idai e Kenneth, envolvendo a mobilização de 19 de peritos do Grupo Águas de Portugal que, em estreita articulação com o Governo Moçambicano e com as autoridades locais das zonas afetadas, desenvolveram um conjunto de acções apoiadas em 3 eixos:

- Assessment of the needs for rebuilding water supply systems in affected area;
- Support for the restoration of water supply systems (mainly in Beira);
- Supply of reagents for water disinfection.

Em destaque esteve também o trabalho de assistência ao Governo de Timor-Leste na elaboração do Plano Diretor de Drenagem e Saneamento de Díli, durante o ano de 2017, que permitiu dotar o Governo Timorense de um instrumento de planeamento para dar resposta aos fenómenos climáticos extremos que, cada vez são mais frequentes naquele país

Menção Honrosa - Prémio Internacionalização Pedro Cudell



A SOFID - instituição financeira de desenvolvimento, no âmbito da primeira edição do “Prémio Internacionalização Pedro Cudell – Internacionalização com Impacto” que nasceu com o mote de distinguir as empresas portuguesas com investimento em África, atribuiu uma menção honrosa para a Águas de Portugal internacional, na categoria de grande empresa, pela sua actuação em Angola.

Delegações



Entre 11 e 15 de outubro de 2021, a convite do Ministério do Ambiente e Ação Climática, a AdP Internacional representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Cláudio de Jesus, recebeu a Comitativa do Ministro do Saneamento e da Salubridade da Costa do Marfim, Bouaké Fofana, e sua delegação ministerial, incluindo a participação de Lazeni Outtara, Diretor Geral do Saneamento e da Salubridade, e do Embaixador da Costa do Marfim em Portugal, Koffi Fanna.

A visita oficial surgiu no âmbito da assinatura protocolar do Programa de Cooperação entre Portugal e a Costa do Marfim na Elaboração Um Programa de Formação e Capacitação para Pessoal Técnico na Área de Saneamento, entre o Ministério do Saneamento e Salubridade, República da Costa do Marfim e Empresa Nacional de Saneamento e Drenagem (ONAD) e o Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC), com parceria da AdP Internacional e o Instituto Camões.

No programa oficial da visita da comitativa da Costa do Marfim, realizaram-se várias visitas a infraestruturas do Grupo Águas de Portugal, nomeadamente à estação de elevatória de águas residuais da Ervilheira (Porto), Lavadores (Gaia), Ponte Galante Figueira da Foz, ETAR da Quinta de Cima, em Penela, ETAR de Alcântara e ETAR da Guia, em Lisboa.

Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (Ofício SAI_DGTF/2022/359, de 20.01.2022) relativo a "*Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021*".

I. Objetivos de gestão (art.º 38.º do DL 133/2013 de 3 de outubro do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de gestão (art.º 38.º do RJSPE)

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa Águas de Portugal Internacional são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por Deliberação Unânime Escrita de xxxx, tomada pela acionista única da sociedade Águas de Portugal Internacional foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022:

Objectivos de Gestão de 2021 - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.

Indicadores	Fórmula de Cálculo ⁽¹⁾	Modo de Avaliação ⁽¹⁾	Valor Atingido	Avaliação ^{(2),(4)}
1. Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSER+GP)/VN]$ <p>Varição face ao PAO proposto</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Var > +0,10 pp 2. -0,10 pp <= Var <= +0,10 pp 3. Var < -0,10 pp 	-20,97 pp	Superado
2. Evolução da Dívida Vencida de Clientes	$EDVC = \text{Saldo da Dívida Vencida de Clientes (Ano } n) / \text{Saldo da Dívida Vencida de Clientes (Ano } n-1)$	<ol style="list-style-type: none"> 1. EDVC > 105% 2. 95% <= EDVC <= 105% 3. EDVC < 95% 	68,4%	Superado
3. Limite do Endividamento	$\text{Endividamento} = 1 - \text{Stock Dívida (Ano } n) / \text{Stock Dívida (Ano } n-1)$	<ol style="list-style-type: none"> 1. X > 2% 2. 1,50% <= X <= 2% 3. X < 1,50% <p>* Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.</p>	-4,8%	Superado
4. Respeito Prazos de Pagamento	Varição do PMP face ano anterior	<ol style="list-style-type: none"> 1. N.º Dias _n > N.º Dias _{n+1} + 1 2. N.º Dias _{n+1} - 1 <= N.º Dias _n <= N.º Dias _{n+1} + 1 3. N.º Dias _n < N.º Dias _{n+1} - 1 	-114 dias	Superado
5. Rentabilidade	Varição do RL face ao PAO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Var > 105% 2. 95% <= Var <= 105% 3. Var < 95% 	-71%	Não Atingido
6. Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 30.06.2023 2. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 31.12.2022 3. Apresentação, às Tutelas, de projeto de uma nova operação internacional (plano de negócios), de longo prazo (>= 3 anos), até 30.06.2022 	⁽³⁾	-

NOTAS:

- (1) Conforme estabelecidos na Deliberação Unânime Escrita datada de 14 de setembro de 2021.
- (2) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores
- (3) Indicador não avaliável em 2021
- (3) Modo de Avaliação:
- | | |
|--------------|---|
| Não Atingido | 1 |
| Atingido | 2 |
| Superado | 3 |

Avaliação dos gestores:

Desadequado	< 1,8
Adequado	1,8 ≤ Avaliação < 2,5
Superado	≥ 2,5

Avaliação Global de Desempenho: 2,6 (Superado)

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2021

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ('RJSPE'), a Direção Geral do Tesouro e Finanças comunicou, através de Despacho n.º 445/2021 - SET, de 27 de maio de 2021, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2021.

Os principais indicadores de execução orçamental constam do quadro seguinte:

INDICADORES	Unid	2021	PAO 2021	2020	2019	Un: EUR Execução
EBITDA*	€	285.808	415.184	-78.859	17.674	69%
CMVC+FSE+Gastos com pessoal	€	4.631.310	7.915.223	3.336.522	3.426.052	59%
PRC	%	73,80%	93,53%	93,90%	98,08%	79%
Gastos c/ Deslocações/Aj. De Custo/Gastos frota automóvel	€	567.937	461.050	351.079	492.959	123%
Volume de Negócios	€	6.262.254	8.338.107	3.544.104	3.490.644	75%
Resultado Líquido	€	38.215	131.986	29.566	-218.703	29%
Investimento	€	183.338	0	106.332	219.528	0%
Endividamento	€	4.009.831	1.700.000	4.200.000	1.700.000	236%
Gastos com Pessoal	€	1.576.930	1.408.888	1.185.223	1.315.447	112%
Gastos com o Pessoal corrigido das indemnizações	€	1.576.930	1.408.888	1.185.223	1.315.447	112%
N.º de trabalhadores **	n.º	42	29	29	28	145%
Gastos com Frota automóvel	€	235.063	200.623	166.207	158.984	117%
N.º Viaturas	n.º	27	25	21	17	108%
PMP	n.º	150	111	248	188	135%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

** O número de colaboradores é apenas o efetivo, excluindo assim 2 membros Assembleia Geral, 4 contratos suspensos, 1 vogal não executivo e 1 órgão fiscal.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade dos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento nas províncias do Bengo e do Cunene, em Angola.

Na Guiné-Bissau, a Assistência Técnica à EAGB, financiada pelo Banco Mundial manteve-se suspensa até abril de 2021.

Os desvios no volume de negócios face ao previsto no PAO de 2021, deveu-se em grande medida ao atraso registado no arranque dos dois novos contratos em Angola, projeto da Huila¹¹, assinado em julho de 2020, mas iniciado apenas a meados do ano de 2021 e o projeto do BEI¹², cujo contrato só seria assinado em setembro e o arranque em dezembro de 2021.

No PAO de 2021 foi previsto, na rubrica de FSE, o custo dos consultores no âmbito da execução dos contratos dos projetos em curso em Angola, contudo por força da legislação de Angola, que exige para permanências de longa duração no seu território, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa de direito angolano, o custo passou a ser registado como Gastos com Pessoal.

Ainda para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos, a Sucursal de Angola celebrou contratos de trabalho a termo certo com trabalhadores até ao término dos respetivos projetos a quem prestam apoio.

Estas situações originaram uma variação líquida de mais 13 colaboradores (4 dos quais não foram previstas em PAO 2020):

- Três colaboradores, não previstos em PAO 2020, sem qualificações académicas para apoio ao projeto do Cunene em Angola, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Um colaborador, não previsto em PAO 2020, sem qualificações académicas para apoio ao projeto do Bengo em Angola, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Alteração do vínculo contratual de um colaborador qualificado em Angola para Contrato de Trabalho a Termo Certo;
- Quatro colaboradores, não previstos no PAO 2021, para o projeto da Huila, em Angola, três Peritos no âmbito da regularização da situação do Visto de Trabalho e um, sem qualificações académicas, para apoio ao projeto, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Substituição, prevista em PAO 2021, de 2 colaboradores sem qualificações académicas em Angola que saíram em 2020 por 2 qualificados a serem cedidos de outras empresas do Grupo de forma a garantir melhor execução do novo projeto do BEI;
- Quatro colaboradores, não previstos em PAO 2021, um com qualificações académicas três sem qualificações académicas para apoio ao projeto do BEI em Angola, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Dois colaboradores, não previstos em PAO 2021, sem qualificações académicas para apoio geral aos projetos em Angola, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;

¹¹ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila -- Ref. Contratct 78NC1/HUILA/19.

¹² Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

Plano de Investimentos

No que concerne ao investimento apresenta-se de seguida o quadro dos investimentos não previstos no PAO 2021:

Un: EUR

Investimento/Projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
Equipamento Transporte:				
Projecto AT Huila	34.020	35.741	1.721	Investimento previsto para 2021 com a aquisição de 1 viatura, para o projeto AT Huila, financiado pelo Banco Mundial.
Projecto AT BEI	102.060	88.778	-13.282	Investimento previsto para 2021, com a aquisição de 3 viaturas para o projeto PMC BEI.
Projecto AT Cunene	-	35.741	35.741	Aquisição não prevista no primeiro semestre de 2021 de 1 viatura para o projeto AT Cunene, para suprir a paragem, por avaria prolongada (mais de um ano) de uma viatura adquirida em 2019.
AdP Angola	-	23.076	23.076	Aquisição não prevista no final de 2021 de 1 viatura para a Sucursal em Angola para fazer face às exigências inerentes à gestão local de 4 projetos, em virtude de avaria prolongada de uma das suas viaturas.
Total	136.080	183.337	47.257	

Nota: No final do ano de 2020 antecipou-se o investimento previsto para 2021, com a aquisição de 4 viaturas para o projeto AT Huila.

Não existem novos Investimentos com expressão material nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019, considerando-se "novos Investimentos com expressão material" os que não figurem no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.000.000 EUR ou 10% do orçamento anual da empresa

c) Perímetro de consolidação

A AdP Internacional não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

2. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 e 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	2021
Depósitos à ordem (Nota 12)	647.494
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)	334.191
Total	981.685

Rating	2021
A3	2.625
Baa1	256.985
Baa2 ^{a)}	207.394
Baa3 ^{a)}	0
Ba1	0
B1	
B3 ^{b)}	334.191
Caa1 ^{b)}	0
não disponível ^{c)}	180.490
Total	981.685

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2022.

^{a)} Em 31 de dezembro de 2021 corresponde aos depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (149.825 euros) e junto da Caixa Geral de Depósitos (57.569 euros). Em 31 de dezembro de 2020 correspondia aos depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

^{b)} Corresponde a títulos de dívida pública de Angola.

^{c)} Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP Internacional, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos financeiros associados dos últimos 5 anos.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	67.750	42.828	42.544	55.299	118.589
Taxa Média de Financiamento (%)	2%	1%	3%	2%	3%

A AdP Internacional beneficia dos seguintes financiamentos:

- Suprimento: limite 4 milhões de euros, em 31/12/2021 com utilização de 3,6 milhões de euros – taxa - Euribor 1M + 1,7%;
- Apoio de Tesouraria: limite 3 milhões de euros, utilizado em 410 mil euros em 31/12/2021 – taxa - Euribor 3M + 1,6%.

3. Limite de crescimento do endividamento

Conforme e nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 junho (DLEO 2019).

O quadro seguinte ilustra a evolução do endividamento da AdP Internacional dos últimos 2 anos (período de 2020 a 2021).

Passivo Remunerado	2021	2020
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	4.009.831	4.200.000
Capital Social / Capital Estatutário	175.000	175.000
Novos Investimento no ano 2021 (com expressão material)	-	-
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	- 0,04	1,33

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{(FR_{t-1} + Capital_{t-1})}$$

4. Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no decreto-lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua redução.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2021	2020	Variação 2021/2020	
			Valor	%
Prazo (dias)	150	248	-98	-39,5%

De acordo com o Despacho n.º 9870/2009, o PMP da AdP Internacional a 31 de dezembro de 2021 correspondeu a 150 dias, tendo-se verificado um decréscimo de 39,5 % face ao PMP do ano de 2020.

Mapa da posição a 31/12/2021 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

O quadro seguinte ilustra o mapa da posição das Dívidas Vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a 31 de dezembro de 2021.

Dívidas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	-	-	885	-	1.135.215	
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	
Total	-	-	885	-	1.135.215	

Dívidas Vencidas Sem Intragrupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-	
Aq. de Capital	-	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	-	

Para feitos desta orientação, considera-se "Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdP Internacional divulgou durante o exercício de 2021, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos, bem como uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis, há mais de 30 dias, atualizada trimestralmente (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>).

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações (Apêndice I)

No Apêndice I ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais:

- a) Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021 (Mesa da AG, Conselho de Administração e Conselho Fiscal/ROC ou Fiscal Único).

Foi dado cumprimento integral a todas as orientações sobre a política remuneratória contantes da legislação em vigor aplicável ao Setor do Estado, relativas às remunerações vigentes em 2021 dos membros dos Órgãos Sociais da AdP Internacional.

Durante o ano de 2021, a AdP Internacional não atribui prémios de gestão aos órgãos sociais.

- b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021.

No exercício de 2021, não se encontrava designado pela sociedade ou pelo acionista qualquer Auditor Externo.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Membro do CA	Gastos com comunicações (€)		
	Plafond mensal (definido)	Valor Anual	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	80	1.155	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	n.a	-	
Carlos Alberto Mineiro Aires	n.a	n.a	n.a
Ana Margarida Linares Luis	80	-	
Total		1.155	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	458	1573	825	2399	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	n.a	-	-	-	
Carlos Alberto Mineiro Aires	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Ana Margarida Linares Luis	366	276	136	412	
Total				2.811	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, a AdP Internacional promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, o Relatório de Remunerações Pagas a Homens e Mulheres relativo ao ano de 2021.

Adicionalmente, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, pode ser verificada a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, que é divulgada no Relatório anual de Sustentabilidade do Grupo AdP, no capítulo relativo à Simbiose dos Colaboradores, no Princípio “Valorizamos a relação com os colaboradores”, e no Compromisso “Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional”.

O Relatório relativo ao exercício de 2020 pode ser consultado em: https://www.adp.pt/pt/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/downloads/file403_pt.pdf

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme disposto no nº1 do artigo 46º do RJSPE de 1 de julho de 2009

A AdP Internacional adotou desde 2019 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281>). Encontra-se em fase de conclusão a revisão do referido Plano, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Portugal Internacional procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdPI uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade

A Águas de Portugal Internacional e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

II. Contratação Pública, indicando designadamente:

- a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2021, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habituação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

- b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.

O Grupo AdP, de molde a assegurar a uniformização de procedimentos ao nível das empresas que tutela, reviu recentemente os procedimentos internos para a contratação de bens e serviços, tendo em conta:

- Uniformização de práticas e de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP,
- Garantia de observância de requisitos legais e relativos à abertura de procedimentos de contratação pública,
- Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação,
- Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado,
- Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação,
- Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte,
- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos,
- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsável pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos
- Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS.
- A última revisão periódica decorreu ao longo do segundo semestre de 2020.

AdP

- c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2021 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 124º Decreto-Lei nº25/2017, de 3 de março, e com o modelo disponibilizado pela DGTF.

PRC	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA *	285.808	415.184	-78.859	17.674	364.667	-462%	268.134	1517%
(1) CMVMC				0	0	0%	0	0%
(2) FSE	3.054.380	6.506.335	2.151.299	2.110.606	903.081	42%	943.774	45%
(3) Gastos com o Pessoal	1.576.930	1.408.888	1.185.223	1.315.447	391.707	33%	261.483	20%
i. Indemnizações pagas por rescisão		0		0	0	0%	0	0%
ii. Valorizações remuneratórias	3.512	22.227		2.507	3.512	0%	1.005	40%
iii. Impacto da aplicação dos IRCT			9.325		-9.325	-100%	0	0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii e iii	1.573.418	1.386.661	1.175.899	1.312.940	397.519	34%	260.478	20%
(5) Impacto da Pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ^{a)}	39.025	61.221	34.597		4.428	13%	39.025	0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	4.588.773	7.831.775	3.292.601	3.423.546	1.296.172	39%	1.165.227	34%
(7) Volume de negócios (VN)	6.262.254	8.338.107	3.544.104	3.490.644	2.718.150	77%	2.771.610	79%
Subsídios à exploração								
Indemnizações Compensatórias								
(8) Perda de receita decorrente da Pandemia por COVID-19 ^{a)}	39.685	66.806	37.642		2.043	5%	39.685	0%
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	6.222.569	8.271.301	3.506.463	3.490.644	2.716.107	77%	2.731.925	78%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	73,8%	94,7%	93,9%	98,1%	-20,1%	-21%	-24,3%	-25%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	311.389	234.426	176.414	302.598	134.974	77%	8.791	3%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	21.485	26.000	8.458	31.378	13.027	154%	-9.893	-32%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	235.063	200.623	166.207	158.984	68.856	41%	76.079	48%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	567.937	461.050	351.079	492.959	216.858	62%	74.978	15%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	82.953	81.110	130.636	128.911	-47.683	-37%	-45.957	-36%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) **	44	29	31	30	13	42%	14	47%
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	4	2	4	4	0	0%	0	0%
Nº Cargos de Direção (CD)	2	2	1	2	1	100%	0	0%
Nº Trabalhadores (sem O.S. e sem CD) ***	38	25	26	24	12	46%	14	58%
Nº de Trabalhadores/ Nº CD	19	13	26	15	-7	-27%	5	31%
Nº de viaturas	27	25	21	17	6	29%	10	59%

^{a)} Os impactos das medidas tomadas para fazer face à Pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços pretados (se aplicável).

^{b)} Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Notas:

* O número de Órgãos Sociais a 31/12/2021 é composto por 2 administradores executivos, 1 administrador não executivo e o Fiscal Único. No PAO2021 apenas se reportaram os administradores executivos.

O número de trabalhadores a 31/12/2021 é composto por 16 trabalhadores nacionais e 24 trabalhadores da AdPI Angola. A 31/12/2021 a AdP Internacional contava com 4 trabalhadores com contrato suspenso.

A AdP Internacional apresenta um EBITDA positivo de 286 mil euros resultado do (re)início dos projetos que no ano de 2020 estiveram condicionados devido à pandemia Covid-19, nomeadamente os dois contratos com o Ministerio da Energia e Águas de Angola, nas Provincias do Bengo e Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o contrato de Assistência Técnica à EAGB na Guiné-Bissau, que esteve suspenso até abril de 2021.

O arranque mais tarde do que o previsto em orçamento dos dois novos contratos em Angola, o projeto da Huíla, assinado em julho de 2020, mas iniciado apenas a meados do ano de 2021 e o projeto do BEI, cujo contrato só seria assinado em

setembro e o arranque em dezembro de 2021 conduziram a que o volume de negócios ficasse aquém do orçamentado, mas superior em 79% face ao ano de 2019.

Os Gastos com Pessoal foram superiores aos verificados no período homólogo e resultaram de uma variação líquida positiva de mais 13 colaboradores, devido sobretudo à legislação de Angola e à política de atribuição de vistos de trabalho para permanências de longa duração, mas também à regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos.

Estas exigências decorrentes da legislação resultaram nas seguintes alterações em Angola:

- Alteração do vínculo contratual de um colaborador qualificado em Angola para Contrato de Trabalho a Termo Certo, uma vez que a natureza da atividade laboral exercida figurava condições típicas de um contrato de trabalho;
- Quatro colaboradores para o projeto da Huila, em Angola, três qualificados no âmbito da regularização da situação do Visto de Trabalho e um, sem qualificações académicas, para apoio ao projeto, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Três colaboradores para o projeto do Cunene, em Angola, dois qualificados no âmbito da regularização da situação do Visto de Trabalho e um sem qualificações académicas, para apoio ao projeto, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Quatro colaboradores não qualificados para apoio ao projeto do BEI, em Angola, de acordo com a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos;
- Um colaborador angolano com habilitações literárias para apoio logístico aos projetos em curso em Angola.

De destacar a melhoria do PRC em 25% face a 2019 e 21% face ao período homólogo.

De seguida, apresentam-se detalhadamente os impactos decorrentes da situação pandémica Covid 19:

Un: €

	2021 Exec.	PAO 2021	Execução
Perda de receita decorrente da Pandemia por COVID-19	39.685	66.806	59%
Fornecimentos e Serviços Externos	35.496	57.621	62%
<i>Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)</i>	15.039	26.922	56%
<i>Gastos associados à frota automóvel</i>			0%
<i>Outros FSE</i>	20.457	30.699	67%
Gastos com pessoal	3.530	3.600	98%
Impacto da Pandemia por COVID-19 nos gastos operacionais (CMVCM, FSE's e Gastos com Pessoal)	39.025	61.221	64%

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, mais concretamente Deslocações e Alojamento em 2021 sofreram alguns encargos adicionais resultantes da Pandemia –Covid 19 pelo facto de as equipas dos projetos em Angola terem que ficar hospedadas para cumprir com os períodos de isolamento obrigatório. Os fornecimentos e serviços externos foram também afetados devido a encargos adicionais resultantes da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e desinfeção.

Relativamente ao n.º de viaturas, para além da aquisição, em 2021, das quatro viaturas previstas para Angola (três para o projeto do BEI e uma para o projeto da Huila), uma das viaturas adquiridas no ano de 2019 para o projeto de Assistência

Técnica à empresa provincial de abastecimento de água e saneamento do Cunene, em Angola, sofreu um acidente no primeiro semestre de 2020, tendo passado mais de um ano em reparações, o que obrigou à aquisição de uma viatura com as mesmas características no ano de 2021, justificada pela necessidade operacional na execução da Assistência Técnica. No final do ano de 2021 foi ainda adquirida uma viatura para a AdP Angola, que decorreu da necessidade operacional na prestação de serviços de apoio contratados com os quatro projetos em curso em Angola.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
 - a) Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta;
 - b) Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º 2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para enviar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO 2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

- Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:
 - Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;
 - Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
 - Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
 - Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
 - Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.
- Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:
 - Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2021.

<i>Un: EUR</i>				
IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	77.823	571.527	205.011	149.825
Aplicações Financeiras	0	0	0	0
Total	77.823	571.527	205.011	149.825

<i>Un: EUR</i>				
Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Novo Banco	0	0	0	0
BPI	132.879	499.741	549.763	251.016
BNU/CGD	0	0	0	0
BBV	2.625	2.625	2.625	2.625
Fomento Angola	22.158	3.307	3.307	2.120
BPA Angola	52.852	88.081	125.776	100.386
OraBank	32.995	11.760	9.898	31.479
BCA Cabo Verde	28.109	25.933	24.893	34.227
BKI	4.826	4.216	13.606	8.203
CGD	13.073	12.949	832	57.570
BIS	13.913	13.283	12.921	12.278
Total	303.431	661.894	743.620	499.904
Juros auferidos**	29.070	29.070	66.566	75.575

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

g p f

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A AdP Internacional, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AdP Internacional realizou, em 2021, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2022, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2022 da AdP Internacional foi inserido a 15 de setembro de 2021 na plataforma do CITE, tendo sido remetido ao SIOE a 30 de novembro de 2021.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2022 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional, podendo ser acedido através do seguinte link: da AdP Internacional (<http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/sustentabilidade/igualdade-de-genero/?id=285>).

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC, contendo no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos.

Elaboração de demonstração não financeira, prevista nos artigos 66º-B ou 508º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos. Esta informação deverá ser preferencialmente apresentada em relatório separado do Relatório de Gestão, em anexos ao RGS.

A AdP Internacional à data de 31 de dezembro de 2021 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

19. Quadro de informação para divulgação no sítio da internet do SEE

A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	--	vide nota
Caracterização da Empresa	N.A.	--	vide nota
Função de tutela e acionista	N.A.	--	vide nota
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	N.A.	--	vide nota
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	--	vide nota
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	--	vide nota
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	--	vide nota
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	--	vide nota
Esforço Financeiro Público	N.A.	--	vide nota
Ficha Síntese	N.A.	--	vide nota
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	--	vide nota
Princípios de Bom Governo:	N.A.	--	vide nota
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	--	vide nota
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	--	vide nota
- Outras transações	N.A.	--	vide nota
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	--	vide nota
- Económico	N.A.	--	vide nota
- Social	N.A.	--	vide nota
- Ambiental	N.A.	--	vide nota
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	--	vide nota
Código de ética	N.A.	--	vide nota

Nota: A AdP Internacional S.A. não divulga informação no sítio da Internet do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Apêndice I

I – Mesa da Assembleia Geral

Não auferem remunerações.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020-2022	Presidente	AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A	0	0
2020-2022	Secretario	Ana Cristina Rebelo Pereira	0	0
Total				

2 - Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela média dos últimos 3 anos (v)			N.º total de Mandatos	
			Forma (i)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Data de autorização e Forma		Entidade Pagadora (O/D)
2020-2022	Presidente Executivo	Cláudio Miguel André Sousa Jesus	DUE	28.05.2020	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	DUE de Eleição	D	4
2020-2022	Vogal Executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	DUE	28.05.2020	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	DUE de Eleição	D(b)	2
2020-2022	Vogal Não Executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (**)	DUE	29.09.2021	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	2
2020-2022	Vogal N/Executivo	Carlos Alberto Mineiro Aires (*)	DUE	28.05.2020	Não	n.a.	n.a.	n.a.	2
2020-2022	Vogal Executiva	Ana Margarida Linares Luis (***)	DUE	08.10.2021	Sim		DUE de 15/10/2021		1

(i) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(v) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou Opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP, indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) Cessou funções a 29 de outubro de 2021

(**) Cessou funções de vogal executiva a 30 de setembro de 2021, passando desde essa data a exercer funções de vogal não executiva. Desde 24 de setembro de 2021, a remuneração de gestora passou a ser suportada pela Águas do Tejo Atlântico

(***) De 29 de setembro a 8 de outubro de 2021, a gestora desempenhou funções de vogal não executiva, sem remuneração. Desde 8 de outubro de 2021, a gestora passa a exercer funções de vogal executiva do CA, com opção pelo vencimento de origem, conforme deliberação acionista de 15/10/2021, com produção de efeitos retroativos à data de assunção de funções executivas

Membro do CA (nome)	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	n.a			
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	AdP VALOR	Presidente Executiva (até 30/09/2021)	Publico	n.a
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Águas do Tejo Atlântico, S.A	Presidente Executiva (desde 24/09/2021)	Publico	DUE
Carlos Alberto Mineiro Aires	Ordem Bastonários	Presidente	Publico	n.a
Ana Margarida Linares Luis	n.a	n.a	n.a	n.a

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	C	5.723	685
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (*)	S	C	0	0
Carlos Alberto Mineiro Aires	S	C	916	0
Ana Margarida Linares Luis	S	C	5.723	107
Total			12.361	793

(*) Até 30/09/2021 a gestora auferia remuneração pela AdP Valor, enquanto Presidente do Conselho de Administração. A partir de 30/09/2021 a gestora passou a auferir remuneração pela Águas do Tejo Atlântico

Membro do CA (nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa ⁽¹⁾	Variável ⁽²⁾	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias ⁽⁴⁾	Valor Bruto Anual (5) = (3) - (4)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	88.342	-	88.342	4.417	83.924
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (*)	-	-	-	-	-
Carlos Alberto Mineiro Aires	10.677	-	10.677	534	10.143
Ana Margarida Linares Luis	19.342	-	19.342	967	18.375
Total	118.360	-	118.360	5.918	112.442

⁽¹⁾ O valor da remuneração fixa correspondente ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

⁽²⁾ Redução prevista no artigo 12º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho

⁽⁴⁾ Até 30/09/2021 a gestora auferia remuneração pela AdP Valor, enquanto Presidente do Conselho de Administração. A partir de 30/09/2021 a gestora passou a auferir remuneração pela Águas do Tejo Atlântico.

J. P. F.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	7,14	1.599	Segurança Social	19.932	1.160	1.486	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(*)	-	-	---	-	-	-	-	-
Carlos Alberto Mineiro Aires	-	-	---	-	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis	7,14	400	Segurança Social	4.395	312	285	-	-
Total	—	1.999	—	24.328	1.472	1.771	-	-

^(*) Até 30/09/2021 a gestora auferia remuneração pela AdP Valor, enquanto Presidente do Conselho de Administração. A partir de 30/09/2021 a gestora passou a auferir remuneração pela Águas do Tejo Atlântico.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	S	S	41.328	Rent-a-car	2020	2021	444	5.358	n.a.
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(*)	N	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Carlos Alberto Mineiro Aires	N	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ana Margarida Linares Luis	S	S	26.419	AOV	2018	2022	299	894	5

⁽¹⁾ aquisição; ALD; Leasing ou outra

^(*) Até 30/09/2021 a gestora auferia remuneração pela AdP Valor, enquanto Presidente do Conselho de Administração. A partir de 30/09/2021 a gestora passou a auferir remuneração pela Águas do Tejo Atlântico.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André Sousa Jesus	19.183	8.557	2.922	-	-	30.662
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra ^(*)	10.078	525	-	-	-	10.603
Carlos Alberto Mineiro Aires	-	-	-	-	-	-
Ana Margarida Linares Luis	-	-	-	-	-	-
Total						41.264

^(*) Até 30/09/2021 a gestora auferia remuneração pela AdP Valor, enquanto Presidente do Conselho de Administração. A partir de 30/09/2021 a gestora passou a auferir remuneração pela Águas do Tejo Atlântico.

3 – Fiscalização

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2019-2021	Fiscal Único Efetivo	PricewaterhouseCoopers, SROC, rep José Alves Bizarro Duarte (*)	183	20161485	DUE	22.04.2019	23.04.2019	3	3
2019-2021	Fiscal Único Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	DUE	22.04.2019	23.04.2019	3	3

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

⁽¹⁾ Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)		Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)	
	Valor ⁽¹⁾	Reduções ⁽²⁾	Identificação do Serviço	Valor ⁽¹⁾
Pricewaterhousecoopers, SROC, Lda rep. por José Alves Bizarro Duarte (ROC nº 1957, CMVM nº 20200003)	6.779	0	6.779	n.a.
			Valor Final ^{(3) = (1) - (2)}	Valor Final ^{(4) = (3) - (5)}

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2021, serviços de Auditoria Externa Independente.

Apêndice 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações Legais - 2021	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão:	X				Ver Ponto 1. a) COL
Metas a Atingir constantes no PAO 2021					Ver Ponto 1.b) COL
Investimento		X		0%	
Nível de endividamento				236%	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE		X			Ver Ponto 1 c) COL
Gestão do Risco Financeiro	X			1%	Ver Ponto 2 COL
Limites de Crescimento de Endividamento	X			-0,04	Ver Ponto 3 COL
Evolução do PMP a fornecedores	X			-98 dias	Ver Ponto 4 COL
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			1.136.100	Ver Ponto 4 COL
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X		Ver Ponto 5 COL
Reservas emitidas na última CLC					
Reservas			X		
Remunerações/Honorários					Ver Ponto 6 do COL e ver Apêndice 1 do R&C 2020
Não atribuição de prêmios de gestão	X				Ver Ponto 6 do COL
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	X			5.918,00	Ver Apêndice 1 do R&C 2021
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	X			-	Ver Apêndice 1 do R&C 2021
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)			X	-	Ver Apêndice 1 do R&C 2021
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					Ver ponto 7 do COL
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 7 a) do COL
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 7 b) do COL
Valor máximo de despesas com comunicações	X				Ver ponto 7 c) do COL
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 7 d) do COL
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 8 do COL
Promoção de Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/a-sustentabilidade/estrategia-de-sustentabilidade/?id=142	Ver ponto 9 do COL e Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			http://www.adpinternacional.com/pt/sobre/deveres-de-informacao/?id=281	Ver ponto 10 do COL e www.adpinternacional.com

Cumprimento das Orientações Legais - 2021	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	NA		
Contratação Pública	X				Ver ponto 11 do COL
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11 a) do COL
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11 a) do COL
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Ver ponto 11 b) do COL
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	X				Ver ponto 12 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		X			Ver ponto 13 do COL
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artº49 do DLEO 2019)	X				Ver ponto 14 do COL
Princípio da Unidade de Tesouraria (art 28º do DL 133/2013)	X				Ver ponto 15
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			30%	-
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			499.904	-
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X				-
Auditorias do Tribunal de Contas	X				Ver ponto 16 do COL
Elaboração do Plano para a Igualdade, conforme determina o artº7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto	X				Ver ponto 17 do COL
Apresentação da demonstração não financeira	X				Ver ponto 18 do COL

Perspectivas futuras

Em 2022, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajectória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2022 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista “fazer mais e melhor com os mesmos recursos”;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP);
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados da África francófona;
- Melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP, sobretudo potenciando o aparecimento de novos colaboradores disponíveis para aceitarem desafios internacionais;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional: comunicações técnicas em conferências e eventos internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdPI se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.

PS f

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes, transações ou alterações que ponham em causa o relato apresentado no presente Relatório de Gestão, nem põe em causa o relato e/ou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021 constantes das Demonstrações Financeiras.

Sucursais da Sociedade

A AdP internacional constituiu, no final de 2010, a sua sucursal em Angola sob a designação de AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Angola.

No início de 2015, constituiu em Cabo Verde a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Cabo Verde.

No início de 2016, constituiu em Guiné-Bissau a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal da Guiné-Bissau.

No final de 2018, constituiu em São Tomé e Príncipe a sua sucursal denominada a AdP- Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de São Tomé e Príncipe.

Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo AdP e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

Proposta de aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2021 refletem capitais próprios positivos de 238.428,98 euros, com um Resultado Líquido positivo de 38.215,48 euros.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apresentado tenha a seguinte aplicação:

- 38.215,48 euros para resultados transitados.

Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2021, o Capital da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelo acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração



Eng^o Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
(Presidente Executivo)



Eng^a Ana Margarida de Linares Luís
(Vogal Executivo)



Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal não Executivo)

Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

a) Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2021.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

c) Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

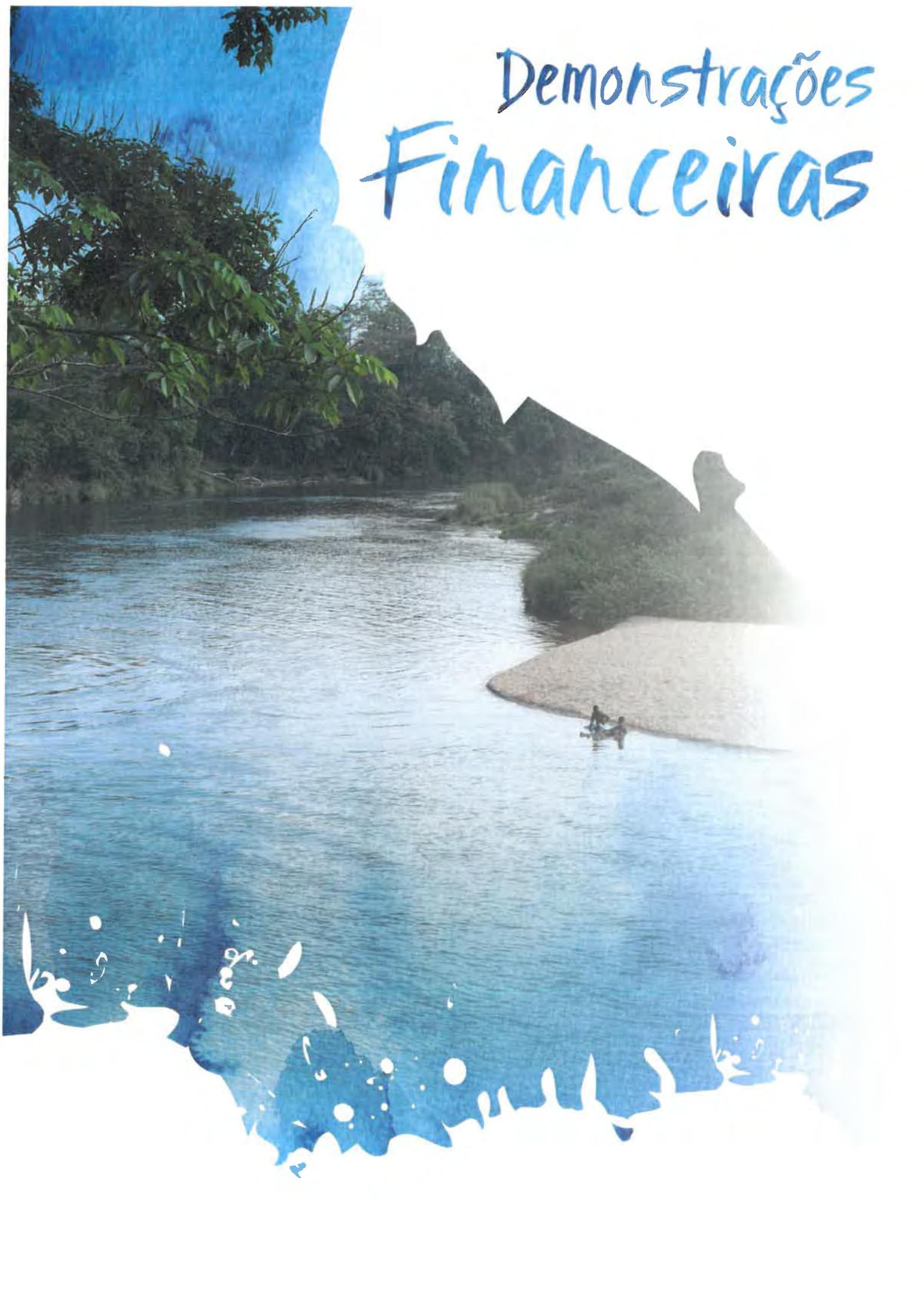
Quinta-feira, 31 de março de 2022

Os Administradores não executivos,



Eng^a Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal não Executivo)

Demonstrações Financeiras



Índice	
Demonstração da posição financeira	3
Demonstração dos resultados e do rendimento integral	4
Demonstração das variações do capital próprio	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas às demonstrações financeiras	7
1. Informação geral	7
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas.....	7
3. Novas normas e alteração de políticas	10
4. Políticas de gestão do risco financeiro	13
5. Ativos fixos tangíveis.....	17
6. Locações.....	19
7. Investimentos financeiros em subsidiárias.....	23
8. Empréstimos a empresas do Grupo	25
9. Outros ativos financeiros.....	30
10. Clientes.....	31
11. Outros ativos correntes	33
12. Caixa e equivalentes de caixa	34
13. Capital próprio.....	34
14. Provisões, ativos e passivos contingentes.....	35
15. Empréstimos.....	37
16. Fornecedores	40
17. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	41
18. Rédito de contratos com clientes	42
19. Fornecimentos e serviços externos.....	44
20. Gastos com pessoal.....	45
21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	46
22. Outros gastos operacionais.....	46
23. Outros rendimentos operacionais.....	46
24. Gastos financeiros.....	47
25. Rendimentos financeiros	47
26. Imposto sobre o rendimento	47
27. Saldos e transações com partes relacionadas.....	50
28. Informações exigidas por diploma legal	51

Demonstração da posição financeira

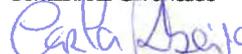
	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	5	327 206	251 595
Ativos sob direito de uso	6	16 323	34 993
Investimentos financeiros em subsidiárias	7	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	8	821 175	871 175
Outros ativos financeiros	9	8 370	262 052
Total do Ativo não corrente		1 178 076	1 424 817
Ativo corrente			
Empréstimos a empresas do Grupo	8	50 932	-
Clientes	10	4 203 685	3 087 949
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	37 023	61 361
Outros ativos correntes	11	459 531	1 167 623
Outros ativos financeiros	9	334 191	-
Caixa e equivalentes de caixa	12	649 728	629 395
Total do Ativo corrente		5 735 090	4 946 328
Total do Ativo		6 913 165	6 371 145
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	13	175 000	175 000
Reservas	13	175 087	175 087
Resultados transitados	13	(149 873)	(168 711)
Resultado líquido do exercício	13	38 215	29 566
Total do Capital próprio		238 429	210 942
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	105 318	27 000
Empréstimos	15	3 600 000	1 700 000
Passivos da locação	6	7 106	18 854
Total do Passivo não corrente		3 712 424	1 745 854
Passivo corrente			
Empréstimos	15	409 831	2 500 000
Passivos da locação	6	9 553	16 580
Fornecedores e outros passivos correntes	16	2 542 928	1 897 769
Total do Passivo corrente		2 962 312	4 414 349
Total do Passivo		6 674 736	6 160 203
Total do Passivo e do Capital Próprio		6 913 165	6 371 145

O Conselho de Administração

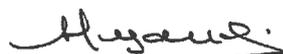


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)



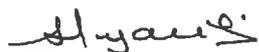
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

Demonstração dos resultados e do rendimento integral

	Notas	2021	2020
Rédito de contratos com clientes	18	6 262 254	3 544 104
Fornecimentos e serviços externos	19	(3 054 380)	(2 151 299)
Gastos com pessoal	20	(1 576 930)	(1 185 223)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	21	(124 973)	(92 189)
Provisões e reversões do exercício	14	(78 318)	-
Perdas por imparidade e reversões do exercício	10	-	293 826
Outros gastos e perdas operacionais	22	(1 657 639)	(504 360)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	23	312 503	217 920
Resultados operacionais		82 517	122 779
Gastos financeiros	24	(100 060)	(115 866)
Rendimentos financeiros	25	75 575	33 320
Ganhos/(perdas) em investimentos financeiros			
Resultados antes de impostos		58 032	40 233
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	(19 817)	(10 667)
Resultado Líquido do exercício		38 215	29 566
Rendimento integral		38 215	29 566
Resultado por ação (básico e diluído)	13	1,09	0,84
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	13	1,09	0,84

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado


Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Reserva cambial	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 dezembro 2019	175 000	35 303	139 784	(168 711)	(218 703)	(37 327)
Aplicação do resultado de 2019	-	-	-	(218 703)	218 703	-
Quinhora do prejuízo de 2019	-	-	-	218 703	-	218 703
Resultado líquido do exercício de 2020	-	-	-	-	29 566	29 566
Saldos 31 dezembro 2020	175 000	35 303	139 784	(168 711)	29 566	210 942
Aplicação do resultado de 2020	-	-	-	29 566	(29 566)	-
Outros	-	-	-	(10 728)	-	(10 728)
Resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	38 215	38 215
Saldos 31 dezembro 2021	175 000	35 303	139 784	(149 873)	38 215	238 429

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)

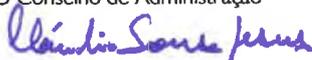


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha-Serra (Vogal não Executivo)

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2021	2020
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	4 092 459	1 713 563
Pagamentos a fornecedores		(2 720 726)	(2 614 789)
Pagamentos ao pessoal		(1 571 365)	(984 391)
Fluxo gerado pelas operações		(199 632)	(1 885 617)
Recebimentos / (Pagamentos) do Imposto sobre o rendimento		172 224	(22 411)
Outros Recebimentos / (Pagamentos) relativos à atividade operacional		495 125	(142 555)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais		667 349	(164 966)
Fluxo de atividades operacionais		467 717	(2 050 583)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		53 701	22 214
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento		53 701	22 214
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(183 337)	(83 834)
Empréstimos concedidos		-	(413 851)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento		(183 337)	(497 685)
Fluxo das atividades de investimento		(129 636)	(475 471)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		-	218 703
Financiamentos obtidos	15	2 800 000	2 720 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento		2 800 000	2 938 703
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	15	(3 000 000)	(220 000)
Capital de passivos da locação		(18 775)	(17 243)
Juros e gastos similares		(98 968)	(109 295)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento		(3 117 743)	(346 538)
Fluxo das atividades de financiamento		(317 743)	2 592 165
Variação de caixa e seus equivalentes		20 338	66 111
Caixa e seus equivalentes no início do período		629 395	563 183
Variação cambial		(5)	101
Caixa e seus equivalentes no fim do período		649 728	629 395
Variação de caixa e seus equivalentes		20 338	66 111

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Ana Margarida de Linares Luís (Vogal Executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

I.1. Identificação da Empresa

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada também por Empresa ou AdP Internacional), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001.

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

I.2 Atividade económica

A Empresa foi constituída no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente, no mercado internacional.

A Empresa tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2021		31.12.2020	
		médio	final	médio	final
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Mozambique	Meticais	76,354	71,58	79,865	91,05
E.U.A.	USD	1,1304	1,1326	1,141	1,2271
Angola	Kwanza	734,967	635,751	655,217	797,1291
Guiné-Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	24.500	24.500

Fonte: Banco de Portugal

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 7.2 - Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias
- Nota 8.2 - Imparidade para ativos financeiros
- Nota 14.2 – Provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 26.2 – Impostos diferidos

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela EU*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

- Ainda não endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2022.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	31.12.2021	Impacto Taxa média +1%	Impacto Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(67 750)	(17 548)	-

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2021	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	409 831	3 600 000	-

A AdP Internacional não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do planfond disponível	Valor do planfond usado	Valor do planfond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	3 600	400
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	400	2 600
	7 000	4 000	3 000

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2021	2020
Suprimentos obtidos (Grupo)	3 600 000	1 700 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	400 000	2 500 000
Disponibilidades	(649 728)	(629 395)
Endividamento líquido	3 350 272	3 570 605
Total do capital próprio	238 429	210 942
Capital	3 588 701	3 781 547
Dívida/total do capital	0,93	0,94

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

4.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e outras entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL (Nota 10)
Tipologia de clientes			
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	4 805 020	1 623 635	6 428 655
Imparidade	(1 461 900)	(763 070)	(2 224 970)
Exposição líquida	3 343 120	860 565	4 203 685

4.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 e 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros	2021	2020
Depósitos à ordem (Nota 12)	647 494	627 275
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 9)	334 191	255 469
	981 685	882 744
	-	-
Rating	2021	2020
A3	2 625	2 778
Baa1	256 985	361 465
Baa2 (a)	207 394	
Baa3 (a)	-	141 953
Ba1	-	859
B3 (b)	334 191	-
Caa1 (b)	-	255 469
não disponível (c)	180 490	120 220
	981 685	882 744

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2022.

- (a) Em 31 de dezembro de 2021 corresponde aos depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (149.825 euros) e junto da Caixa Geral de Depósitos (57.569 euros). Em 31 de dezembro de 2020 correspondia aos depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
- (b) Corresponde a títulos de dívida pública Angolana.
- (c) Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado de forma linear por duodécimos em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na quantia escriturada do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5-10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do

ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Equipamento de transporte	305 728	219 645
Equipamento administrativo	21 478	31 950
	327 206	251 595

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2020			Aquisições	Depreciações do exercício (Nota 21)	2021		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido			Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	358 427	(138 782)	219 645	183 337	(97 254)	541 764	(236 036)	305 728
Equipamento administrativo	130 248	(98 298)	31 950	-	(10 472)	130 248	(108 770)	21 478
	488 675	(237 080)	251 595	183 337	(107 726)	672 012	(344 806)	327 206

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdP Internacional reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja esperado ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);

	2019			Aquisições	Depreciações do exercício (Nota 21)	2020		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido			Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	274 592	(74 337)	200 255	83 835	(64 445)	358 427	(138 782)	219 645
Equipamento administrativo	130 248	(86 501)	43 747	-	(11 797)	130 248	(98 298)	31 950
	404 840	(160 838)	244 002	83 835	(76 242)	488 675	(237 080)	251 595

6. Locações

6.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdP Internacional é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdP Internacional reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdP Internacional reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdP Internacional apenas tem locações enquanto locatário.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdP Internacional contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdP Internacional (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdP Internacional mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela Empresa enquanto locatário

A Empresa utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;

- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdP Internacional é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é como segue:

Ativos sob direito de uso	2020			Amortizações do exercício (Nota 21)	Abates		2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Licenças de software	22 498	(625)	21 873	(7 499)	-	-	22 498	(8 124)	14 374
Equipamento de transporte	30 957	(17 837)	13 120	(9 748)	(17 179)	15 756	13 778	(11 829)	1 949
	53 455	(18 462)	34 993	(17 247)	(17 179)	15 756	36 276	(19 953)	16 323

Ativos sob direito de uso	2019			Adições	Amortizações do exercício (Nota 21)	Abates		2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Licenças de software	-	-	-	22 498	(625)	-	-	22 498	(625)	21 873
Equipamento de transporte	59 066	(21 085)	37 981	-	(15 322)	(28 109)	18 570	30 957	(17 837)	13 120
	59 066	(21 085)	37 981	22 498	(15 947)	(28 109)	18 570	53 455	(18 462)	34 993

6.3 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Não corrente	7 106	18 854
Corrente	9 553	16 580
	16 659	35 434
Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	2021	2020
Licenças de software	14 443	21 882
Equipamento de transporte	2 216	13 552
	16 659	35 434
Futuros pagamentos mínimos	2021	2020
Até 1 ano	9 633	17 015
De 1 a 5 anos	7 106	18 955
Mais de 5 anos	-	-
	16 739	35 970

Juros	2021	2020
Até 1 ano	80	435
De 1 a 5 anos	-	101
Mais de 5 anos	-	-
	80	536

Valor presente dos pagamentos mínimos	2021	2020
Até 1 ano	9 553	16 580
De 1 a 5 anos	7 106	18 854
Mais de 5 anos	-	-
	16 659	35 434

6.4 Pagamentos da locação

Total de pagamentos da locação	2021	2020
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	22 436	15 588
Contabilizadas como despesa em resultados	117 779	100 995
	140 215	116 583

7. Investimentos financeiros em subsidiárias

7.1 Políticas contábilísticas

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controle. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controle ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja, pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido

substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da Empresa – AdP SGPS.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

7.2 Estimativas e julgamentos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias.

7.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
AdP Timor	5 002	5 002
Aquatec	-	-
	5 002	5 002

A informação financeira das subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Subsidiária	Sede	% de Capital detido	Moeda	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido
AdP Timor Leste, Unipessoal, Lda.	Timor-Leste	100%	USD	5 000	(502 712)	1 759
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100%	MZN	2 476 580	(67 796 195)	(1 588 447)

8. Empréstimos a empresas do Grupo

8.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, títulos de dívida pública, Crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do

ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes”, “Empréstimos a empresas do Grupo” e “Outros ativos financeiros”, a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e

obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

8.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para empréstimos a subsidiárias são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os empréstimos a empresas do Grupo, face à sua natureza, o risco de imparidade é reduzido, sendo o mesmo um reflexo da existência de capitais próprios negativos das subsidiárias. Neste sentido não foram efetuadas análises de sensibilidade.

8.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de Empréstimos a Empresas do Grupo é como segue:

	2021			2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Suprimentos:						
. AdP Timor	2 188 003	50 000	2 238 003	2 238 003	-	2 238 003
. Aquatec	1 216 053	-	1 216 053	1 216 053	-	1 216 053
	3 404 056	50 000	3 454 056	3 454 056	-	3 454 056
Juros corridos	-	932	932	-	-	-
	3 404 056	50 932	3 454 988	3 454 056	-	3 454 056
Imparidade	(2 582 881)	-	(2 582 881)	(2 582 881)	-	(2 582 881)
	821 175	50 932	872 107	871 175	-	871 175

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe da alocação da imparidade por subsidiária é como segue:

	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AdP Timor	2 238 003	(1 373 859)	864 144
Aquatec	1 216 053	(1 209 022)	7 031
	3 454 056	(2 582 881)	871 175

O movimento ocorrido nos Empréstimos a empresas do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

	2021			2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	3 454 056	-	3 454 056	3 047 011	-	3 047 011
Utilização do crédito	-	-	-	407 045	-	407 045
Reembolso de capital	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de não corrente para corrente	(50 000)	50 000	-	-	-	-
Saldo final	3 404 056	50 000	3 454 056	3 454 056	-	3 454 056

Em 2020 a Empresa concedeu dois suprimentos à subsidiária AdP Timor, no montante de 70.000 USD e 350.000 euros.

9. Outros ativos financeiros

9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgações na nota 8.1.

9.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para outros ativos financeiros são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os outros ativos financeiros correspondem essencialmente a títulos de dívida pública Angolana com maturidade em 31 de março de 2022, pelo que não foram efetuadas análises de sensibilidade.

9.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos Outros ativos financeiros é como segue:

	2021			2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Títulos da Dívida Pública Angolana (a)	-	348 721	348 721	277 670	-	277 670
Outros ativos financeiros	8 370	-	8 370	6 583	-	6 583
	8 370	348 721	357 091	284 253	-	284 253
Juros corridos	-	13 874	13 874	-	-	-
	8 370	362 595	370 965	284 253	-	284 253
Imparidade (a)	-	(28 404)	(28 404)	(22 201)	-	(22 201)
	8 370	334 191	342 561	262 052	-	262 052

- (a) Os títulos de dívida pública Angolana têm valor nominal de 221,7 milhões de kwanzas, maturidade em 31 de março de 2022, com reembolso de capital na maturidade, e são remunerados por juros semestrais à taxa de 16% ao ano. Para estes títulos foi constituída imparidade no montante de 28.404 euros. Estes títulos foram recebidos como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano e para as quais estava registada imparidade para a totalidade da dívida (ver nota 10). A variação ocorrida no custo e na imparidade em 2021, resulta da atualização cambial (diferença de câmbio favorável em 71.051 Euros e diferença de câmbio desfavorável em 6.203 Euros, respetivamente – notas 23 e 22).

10. Clientes

10.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos Clientes, consultar divulgações na nota 8.1

10.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para clientes são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

10.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos Clientes é como segue:

	2021	2020
Empresas do Grupo	1 623 635	1 571 696
Clientes nacionais	243 848	243 848
Clientes internacionais	1 951 668	2 509 657
	3 819 151	4 325 201
Ativos contratuais - Estimativa de serviços a faturar (a)	2 609 504	1 138 387
	6 428 655	5 463 588
Imparidade	(2 224 970)	(2 375 639)
	4 203 685	3 087 949

- (a) Esta rubrica corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).

Em 31 de dezembro de 2021 a antiguidade da dívida de Clientes era a seguinte:

Tipologia de clientes	Grandes clientes industriais e outras entidades				Empresas do Grupo				
	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total
Não vencida	2 912 699	-	0,0%	2 912 699	6 508	-	0,0%	6 508	2 919 207
Vencida até 180 dias	262 508	-	0,0%	262 508	10 733	-	0,0%	10 733	273 241
Vencida há mais de 180 dias	1 629 813	(1 461 900)	89,7%	167 913	1 606 394	(763 070)	47,5%	843 324	1 011 237
	4 805 020	(1 461 900)	30,4%	3 343 120	1 623 635	(763 070)	47,0%	860 565	4 203 685

O movimento ocorrido na imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3 476 714	763 070	4 239 784
Reversão	(293 826)	-	(293 826)
Utilização (b)	(1 548 118)	-	(1 548 118)
Reclassificação para Outros ativos financeiros (b) e Nota 9	(22 201)	-	(22 201)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 612 569	763 070	2 375 639
Utilização	(150 669)	-	(150 669)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 461 900	763 070	2 224 970

(b) Em 2020, o Ministério da Energia e Águas (Angola) liquidou um conjunto de faturas emitidas em anos anteriores em kwanzas e para as quais estava constituída imparidade na totalidade, através da atribuição de títulos de dívida pública (ver nota 9). A dívida registada em clientes que foi liquidada ascendia a 1.864.145 Euros.

O movimento ocorrido nos saldos de balanço relacionados com contratos com clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi como segue:

Notas	Contratos com clientes - Saldos balanço				
	Clientes	Ativos contratuais	Acréscimos de gastos (Nota 16)	Imparidade	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4 325 201	1 091 040	(307 286)	(2 375 639)	2 733 316
Rédito reconhecido 18	-	6 262 254	-	-	6 262 254
Faturação emitida	4 743 790	(4 743 790)	-	-	-
Recebimentos	(4 092 459)	-	-	-	(4 092 459)
Crédito abatido	(150 669)	-	-	150 669	-
Reconhecimento de imposto industrial Angolano 22	(525 897)	-	60 835	-	(465 062)
Reconhecimento de diferenças cambiais 22 e 23	(501 757)	-	62 241	-	(439 516)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3 798 209	2 609 504	(184 210)	(2 224 970)	3 998 533

II. Outros ativos correntes

II.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos Outros ativos correntes, consultar divulgações na nota 8.1.

II.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos Outros ativos correntes é como segue:

		2021	2020
Outras contas a receber	i)	357 581	657 386
Encargos diferidos	ii)	42 298	40 388
Estado e outros entes públicos	iii)	59 652	469 849
		459 531	1 167 623

i) Outras contas a receber

	2021	2020
Despesas a redebitar a subsidiárias	114 431	-
Consolidado fiscal	-	178 520
Adiantamentos ao pessoal	-	16 657
Outras contas a receber	243 150	462 209
	357 581	657 386

ii) Encargos diferidos

	2021	2020
Seguros	26 503	16 318
Rendas	5 509	24 070
Pagamento antecipado de outros serviços	10 286	-
	42 298	40 388

iii) Estado e outros entes públicos

		2021	2020
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(a)	56 631	461 143
Outras tributações		3 021	8 706
		59 652	469 849

(a) Em 2021 a Empresa solicitou o reembolso de IVA no montante de 464.588 Euros, o qual foi recebido em 2021.

12. Caixa e equivalentes de caixa

12.1 Políticas contábilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

12.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	2021	2020
Numerário	2 234	2 120
Depósitos à ordem	647 494	627 275
	649 728	629 395

13. Capital próprio

13.1 Políticas contábilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2 Capital social

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

13.3 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	38 215	29 566
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	1,09	0,84

	2021	2020
Rendimento integral	38 215	29 566
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	1,09	0,84

A aplicação de resultados de 2020 foi aprovada conforme Deliberação Unânime do Acionista por escrito de 6 de abril de 2021.

14. Provisões, ativos e passivos contingentes

14.1 Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2 Estimativas e julgamentos

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3 Detalhe

Processos judiciais em curso

A Empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Outras provisões

Em 2021 a Empresa registou uma provisão no montante de 78.318 Euros para fazer face ao disposto no nº 9, artigo 115º, do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos das OT's Angolanas (ver Notas 9 e 25).

Garantias

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Empresa que não figuram na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 apresentam-se do seguinte modo:

Garantias técnicas	1 460 410
Garantias financeiras	2 519 399
	3 979 808

Em 31 de dezembro de 2021, existem garantias prestadas pela Empresa no montante de 2.831.159 Euros que estão avalizadas pela AdP SGPS.

15. Empréstimos

15.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros pelo custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros pelo custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

15.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos Empréstimos é como segue:

	2021			2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos do acionista AdP						
SGPS:						
. Suprimentos	3 600 000	-	3 600 000	1 700 000	-	1 700 000
. Apoios de tesouraria	-	400 000	400 000	-	2 500 000	2 500 000
	3 600 000	400 000	4 000 000	1 700 000	2 500 000	4 200 000
Juros corridos	(a)	-	9 831	-	-	-
	3 600 000	409 831	4 009 831	1 700 000	2 500 000	4 200 000

(a) Em 31 de dezembro de 2020 os juros corridos estavam registados na rubrica "Fornecedores e outros passivos correntes" (8.739 Euros).

Os suprimentos correspondem a empréstimos com maturidade superior a um ano, e os apoios de tesouraria correspondem a empréstimos reembolsáveis num prazo inferior a um ano. Os suprimentos e os apoios de tesouraria são remunerados com juros.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	2021			2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	1 700 000	2 500 000	4 200 000	1 700 000	-	1 700 000
Obtenção de empréstimos	1 900 000	900 000	2 800 000	-	2 720 000	2 720 000
Reembolso de capital de empréstimos	-	(3 000 000)	(3 000 000)	-	(220 000)	(220 000)
Varição na especialização de juros	-	9 831	9 831	-	-	-
Saldo final	3 600 000	409 831	4 009 831	1 700 000	2 500 000	4 200 000

Empréstimos por maturidade

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro e por maturidade de reembolso de capital:

Taxa de juro variável	2021	2020
Até 1 ano	400 000	2 500 000
De 1 a 2 anos	3 600 000	1 700 000
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	4 000 000	4 200 000

MF

Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos concedidos pelo acionista em 2020 e 2021, remunerados a taxas de juro que correspondem a condições de mercado, pelo que se considera que o justo valor dos empréstimos obtidos corresponde aproximadamente ao custo amortizado contabilizado em 31 de dezembro de 2021.

16. Fornecedores

16.1 Políticas contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

16.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe dos Fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

		2021	2020
Fornecedores gerais	i)	1 136 100	1 136 286
Outras contas a pagar	ii)	217 700	266 740
Acréscimos de gastos	iii)	1 158 960	469 092
Estado e outros entes públicos	iv)	30 168	25 651
		2 542 928	1 897 769

i) Fornecedores

	2021	2020
Empresas do Grupo	1 136 100	1 141 986
Outros fornecedores	-	(5 700)
	1 136 100	1 136 286

ii) Outras contas a pagar

	2021	2020
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar	259 215	259 215
Outros credores	(41 515)	7 525
	217 700	266 740

iii) Acréscimos de gastos

		2021	2020
Férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal		75 742	70 177
Perdas cambiais relativas a faturas emitidas a clientes não liquidadas	Nota 10	91 255	153 496
Imposto industrial Angolano relativas a faturas emitidas a clientes não liquidadas	Nota 10	92 955	153 790
Imposto sobre o Valor Acrescentado (Angola)	(a)	322 190	-
Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados		547 782	78 912
Formação		7 360	3 044
Juros a liquidar	(b)	-	8 739
Outros acréscimos de gastos		21 676	934
		1 158 960	469 092

(a) Corresponde ao IVA aplicado em Angola às faturas a emitir à Empresa pela sucursal AdP Angola e que não é recuperável.

(b) Em 31 de dezembro de 2021 os juros a liquidar dos empréstimos obtidos estão registados na rubrica do passivo "Empréstimos" (Nota 15).

iv) Estado e outros entes públicos

	2021	2020
Segurança Social	20 608	16 288
Retenções de imposto efetuadas a terceiros	9 530	9 208
Outras tributações	30	155
	30 168	25 651

17. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2021)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	872 107		872 107
Clientes	4 203 685		4 203 685
Outros ativos financeiros	342 561		342 561
Caixa e equivalentes de caixa	649 728		649 728
Total do ativo	6 068 081	-	6 068 081
Empréstimos		4 009 831	4 009 831
Fornecedores		1 136 100	1 136 100
Total do passivo	-	5 145 931	5 145 931

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2020)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	871 175		871 175
Clientes	3 087 949		3 087 949
Outros ativos financeiros	262 052		262 052
Caixa e equivalentes de caixa	629 395		629 395
Total do ativo	4 850 571		4 850 571
Empréstimos		4 208 739	4 208 739
Fornecedores		1 136 286	1 136 286
Total do passivo		5 345 025	5 345 025

18. Rédito de contratos com clientes

18.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transa es realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito   registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes   sua concretiza o, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabiliza o do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribui o a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obriga es de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transa o, (4) alocar o preço da transa o às obriga es de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obriga o de desempenho.

Na determina o do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transa o as obriga es de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transa o a afetar a cada obriga o de desempenho identificada na transa o e a existência de condi es de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na presta o de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obriga o de desempenho (*“performance obligation”*), pelo que o rédito   reconhecido de imediato, com a presta o do serviço ao cliente.

18.2 Detalhe

O Rédito de contratos com clientes reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se da seguinte forma por geografia e projeto:

Mercado geográfico /Projeto	Cliente	Financiador	2021	2020
Angola:				
Gestão para capacitação, operação e manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	2 161 105	1 254 533
Capacitação para a gestão, operação e manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento do Cunene	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Africano de Desenvolvimento	2 637 346	1 673 116
Serviços de gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água da Província da Huíla	Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Mundial	578 473	-
Consultoria em gestão de projetos do MINEA (PMC BEI)	Ministério da Energia e Águas de Angola	Banco Europeu de Investimentos	59 208	-
			5 436 132	2 927 649
Guiné-Bissau:				
Melhoria dos serviços de água e energia à EAGB (Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau)	Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau	Banco Mundial	286 427	354 503
			286 427	354 503
Cabo Verde:				
Reforço das Competências existentes em Cabo Verde na prevenção e gestão de conflitos nos usos da água - Fase 4	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	(a) 94 635	35 525
Preparação do roteiro de economia circular no ciclo urbano da água em Cabo Verde - Plano de ação de reutilização	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	48 049	45 548
Preparação do roteiro de economia circular no ciclo urbano da água em Cabo Verde - Roadmap Resíduos Fase 5	ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	30 544	-
Outros			(11 399)	108 526
			161 829	189 599
Moçambique:				
Reforço da resiliência dos sistemas de produção de água potável	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal	(a) 248 515	1 858
Outros			-	5 000
			248 515	6 858

Mercado geográfico /Projeto	Cliente	Financiador	2021	2020
Outras geografias:				
Malawi - Consultoria de preparação de uma estratégia de melhoria de saneamento e drenagem e plano diretor para a cidade de Lilongwe	Conselho de Água de Lilongwe e Conselho Municipal de Lilongwe	Banco Mundial	11 243	13 097
EUA - UOF ("Utilities of the Future") - apoio técnico	Banco Mundial	Banco Mundial	(a) 93 802	28 688
Grenada - Climate-resilient Water Sector - Consultancy in water resource management and water utility management		Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	35 128	-
Outros			(10 822)	23 710
			129 351	65 495
			6 262 254	3 544 104

(a) Projetos encerrados em 2021

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o réditto é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

19. Fornecimentos e serviços externos

19.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

19.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2021	2020
Serviços especializados	1 426 975	1 397 817
Cedência de espaço	130 618	111 120
Materiais	281 900	139 500
Energia e fluídos	25 551	14 377
Deslocações, estadas e transportes	321 128	178 001
Despesas de representação	31 412	10 161
Conservação e reparação	562 309	86 627
Comunicação	24 620	17 092
Rendas e alugueres	117 779	100 995
Seguros	57 346	39 758
Serviços diversos	74 742	55 851
	3 054 380	2 151 299

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável entre anos, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). O aumento verificado nesta rubrica é justificado essencialmente por: i) novos projetos iniciados em 2021 (Huila, Grenada, PMC BEI) que implica um aumento generalizado nos gastos essencialmente em serviços especializados, materiais e conservação e reparação; e ii) aumento de gastos diversos decorrente de em 2020 a maioria das tarefas ter sido realizada por teletrabalho devido à pandemia COVID-19 (deslocações e estadas, comunicação).

20. Gastos com pessoal

20.1 Políticas contabilísticas

Os benefícios a curto prazo dos empregados e os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses após o final do período) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes, e o seu pagamento é expectável que ocorra num prazo máximo de 12 meses.

A Empresa reconhece um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios.

20.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos sociais	130 012	120 773
Remunerações do pessoal	1 192 335	832 967
Encargos sobre as remunerações	188 041	182 218
Seguros	51 307	41 633
Gastos de ação social	7 192	2 032
Outros gastos com o pessoal	8 043	5 600
	1 576 930	1 185 223

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2021	2020
Conselho de Administração	123 233	113 994
Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único	6 779	6 779
	130 012	120 773

Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2021	2020	2021	2020
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	34	27	40	27
	37	30	43	30

21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as Amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

		2021	2020
Ativos fixos tangíveis	Nota 5	107 726	76 242
Ativos sob direito de uso	Nota 6	17 247	15 947
		124 973	92 189

22. Outros gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

		2021	2020
Impostos:			
. Imposto industrial retido em Angola	Nota 10	465 062	160 091
. Imposto sobre o Valor Acrescentado em Angola		467 440	-
. Outros impostos e taxas		5 399	3 677
Diferenças de câmbio desfavoráveis:			
. Em réditos de contratos com clientes	Nota 10	496 851	170 771
. Em imparidade para outros ativos financeiros	Nota 9	6 203	-
. Outras perdas cambiais		130 694	165 938
Outros gastos e perdas		85 990	3 883
		1 657 639	504 360

23. Outros rendimentos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

		2021	2020
Diferenças de câmbio favoráveis:			
. Em réditos de contratos com clientes	Nota 10	57 335	7 687
. Em outros ativos financeiros	Nota 9	71 051	-
. Outros ganhos cambiais		100 681	75 840
Regularizações de saldos credores com antiguidade elevada		-	126 787
Outros rendimentos e ganhos		83 436	7 606
		312 503	217 920

24. Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2021	2020
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo	67 750	42 828
Juros suportados de passivos da locação	452	1 137
Diferenças de câmbio desfavoráveis / (favoráveis)	(20 010)	20 038
Comissões bancárias	49 653	44 726
Outros gastos e perdas de financiamento	2 215	7 137
	100 060	115 866

25. Rendimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2021	2020
Juros obtidos por títulos de dívida pública angolana	53 700	33 320
Juros obtidos por empréstimos concedidos a subsidiárias	21 875	-
	75 575	33 320

26. Imposto sobre o rendimento

26.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdP Internacional é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das

declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

26.2 Estimativas e julgamentos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Dado que não existe uma estimativa fiável que permita aferir sobre o momento da reversão dos prejuízos fiscais reportáveis, a Empresa não registou os correspondentes ativos por impostos diferidos.

26.3 Detalhe e movimento

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	2021	2020
Estimativa de imposto do exercício	(19 817)	(10 530)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	-	15 051
Pagamentos especiais por conta	19 307	19 307
Retenções na fonte efetuadas por terceiros (sucursal Angola)	37 533	37 533
Imposto a receber	37 023	61 361

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2021	2020
Estimativa de imposto do exercício	19 817	10 530
Imposto diferido	-	137
IRC estimado no exercício	19 817	10 667
Resultado antes de impostos	58 032	40 233
Taxa efetiva de imposto	34,15%	26,51%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2021			2020		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	58 032			40 233		
Taxa nominal de imposto (*)		22,50%	13 057		22,50%	9 052
Imposto esperado		22,50%	13 057		22,50%	9 052
Diferenças permanentes:						
. Amortizações	12 224	4,74%	2 750	7 058	3,95%	1 588
. Outros	(3 603)	-1,40%	(811)	7 709	4,31%	1 735
Provisões e imparidade temporariamente não aceite, sem ativos por impostos diferidos constituídos	84 521	32,77%	19 017	(1 841 944)	1030,09%	(414 437)
Poupança na taxa de Derrama Estadual		0,00%	-		66,64%	26 813
Prejuízos fiscais reportáveis gerados sem ativos por impostos diferidos registados		0,00%	-		933,03%	375 386
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis sem ativos por impostos diferidos registados		-38,29%	(22 223)		0,00%	-
Tributação autónoma		13,83%	8 025		26,17%	10 530
Imposto sobre o rendimento estimado no exercício		34,15%	19 817		26,51%	10 667

(*) Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (21%) + Derrama Municipal (1,5%) + Derrama Estadual sobre 6.000.000 Euros (3%) + Derrama Estadual sobre 27.500.000 Euros (5%) + Derrama Estadual sobre lucro tributável superior a 35.000.000 Euros (9%)

Conforme indicado na Nota 26.I a Empresa regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Em 31 de dezembro de 2021 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais não tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Caducidade	Valor do prejuízo	Imposto
2015	2029	439 310	92 255
2016	2030	679 024	142 595
2017	2024	475 920	99 943
2019	2026	171 192	35 950
2020	2032	1 796 259	377 214
		3 561 705	747 958

27. Saldos e transações com partes relacionadas

27.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- . AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- . Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- . Outras entidades do Grupo AdP:
- . Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- . Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

27.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos	Fornecedores e outros passivos correntes	Total	
Total de saldo da rubrica	872 107	4 203 685	459 531	5 535 322	4 009 831	2 542 928	6 552 759	(1 017 437)
AdP SGPS	-	1 200	807	2 007	4 009 831	170 178	4 180 009	(4 178 002)
Aquatec (*)	7 031	218 006	35 000	260 037	-	19 786	19 786	240 251
AdP Timor (*)	865 076	641 359	174 796	1 681 231	-	1 136 057	1 136 057	545 174
AdP Valor	-	-	5 700	5 700	-	273 435	273 435	(267 735)
Águas do Norte	-	-	-	-	-	10 032	10 032	(10 032)
Águas do Centro Litoral	-	-	-	-	-	(852)	(852)	852
EPAL	-	-	-	-	-	36 397	36 397	(36 397)
Total de saldos intra-grupo	872 107	860 565	216 303	1 948 975	4 009 831	1 645 033	5 654 864	(3 705 889)
Total de saldos fora de grupo	-	3 343 120	243 228	3 586 347	-	897 895	897 895	2 688 452

(*) Saldos líquidos de imparidade

27.3 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(3 054 380)	312 503	(100 060)	75 575	(2 766 362)
AdP SGPS	(65 779)	-	(67 750)	-	(133 529)
Aquatec	35 000	-	-	-	35 000
AdP Timor	-	79 431	-	21 875	101 306
AdP Valor	(268 727)	-	-	-	(268 727)
AdP Energias	(2 400)	-	-	-	(2 400)
Águas do Norte	(1 332)	-	-	-	(1 332)
EPAL	(48 819)	-	-	-	(48 819)
Total de transações intra-grupo	(352 057)	79 431	(67 750)	21 875	(318 501)
Total de transações fora de grupo	(2 702 323)	233 072	(32 310)	53 700	(2 447 861)

28. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2021, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais;
- Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2022, nos prazos legais.

29. Eventos subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

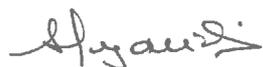
Lisboa, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

(Presidente executivo)



Ana Margarida de Linares Luís

(Vogal Executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra

(Vogal não Executivo)

O Contabilista Certificado



Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.913.165 euros e um total de capital próprio de 238.429 euros, incluindo um resultado líquido de 38.215 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com o n.º 20200003



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna, se existentes, na medida em que sejam relevantes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, do rendimento integral, das variações do capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- iii) o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Entidade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, é nosso parecer que as demonstrações financeiras, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis.

Expressamos ainda o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores da Entidade pelo apoio prestado no exercício das nossas funções.

19 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003